J. P. OLIVEIRA MARTINS

CARTAS PENINSULARES

EDIÇÃO POSTHUMA

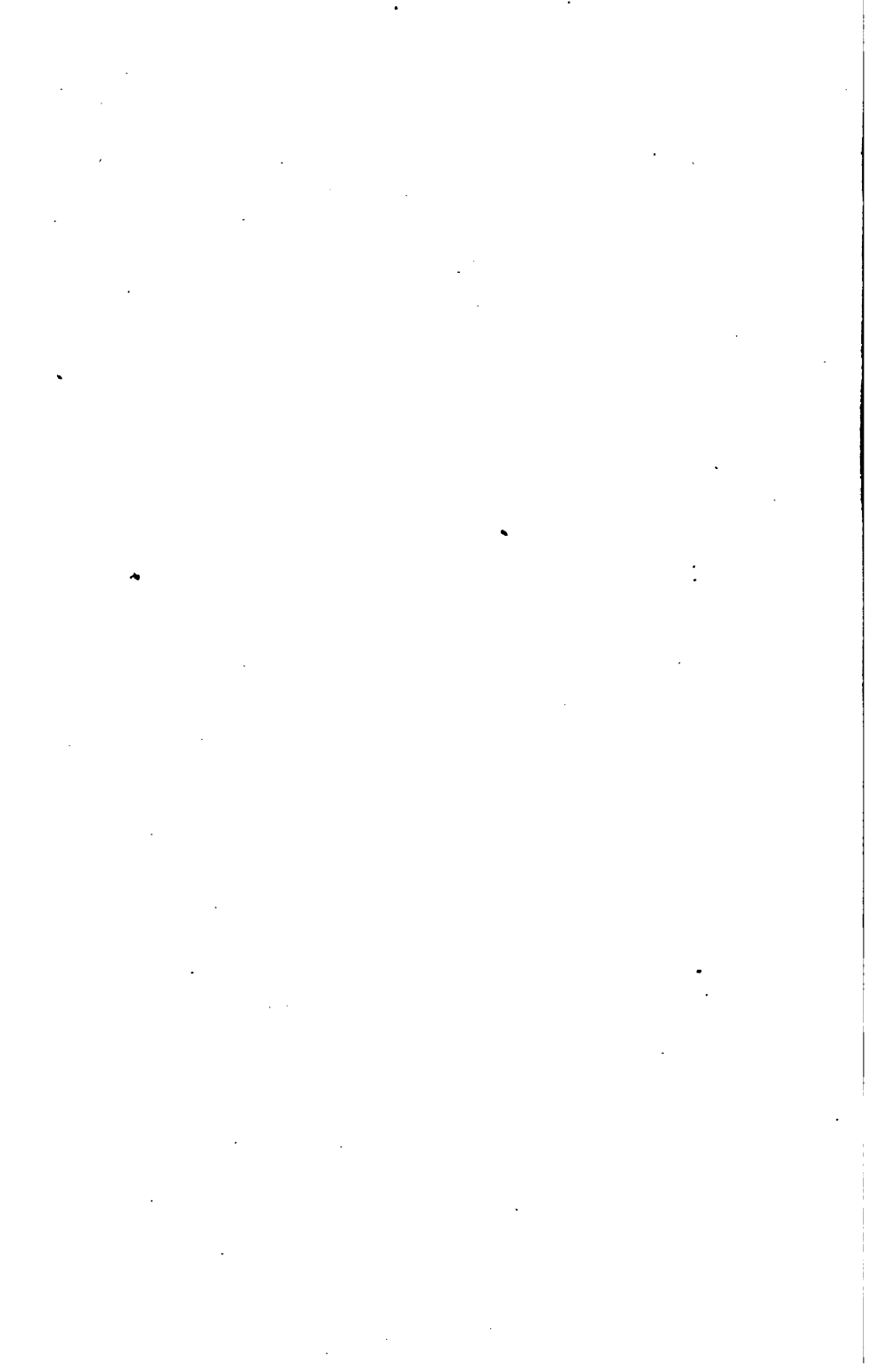
Precedida d'um esboço biographico do auctor

POR SEU IRMÃO

GUILHERME DE OLIVEIRA MARTINS

LISBOA
LIVRARIA DE ANTONIO MARIA PEREIRA — EDITOR
50, 52 — Rua Augusta — 52, 54

1895

CARTAS PENINSULARES

J. P. OLIVEIRA MARTINS

CARTAS PENINSULARES

EDIÇÃO POSTHUMA

Precedida d'um esboço biographico do auctor

POR SEU IRMÃO

GUILHERME DE OLIVEIRA MARTINS

LISBOA
LIVRARIA DE ANTONIO MARIA PEREIRA — EDITOR
50, 52 — Rua Augusta — 52, 54
1895

ESBOÇO BIOGRAPHICO

DE

J. P. OLIVEIRA MARTINS

Esboço biographico

.... *«Sinto a satisfação de quem fez um navio e o vê a salvo a navegar.»*

Assim se expressava meu saudoso irmão Joaquim, em carta dirigida a sua mulher, por occasião de vêr terminado o meu curso medico, tarefa que tam generosamente emprehendera.

O navio, porém, não correspondeu ao valor do constructor: é um humilde baixel.

Humildes baixeis eram, no entanto, os que transportaram grandes vultos da nacionalidade portugueza. Seja-me, pois, permittido similhantemente comportar o testemunho das multiplices e superiores qualidades d'aquelle em quem tive um pai extremoso, e emprehender uma derrota,

gloriosa apenas por visar a que se tornem bem patentes os seus difficilmente egualaveis merecimentos.

Sei bem que é uma empreza arrojada, pois conheço a minha insufficiencia. Espero porém, que as imperfeições em que hei de incorrer me serão relevadas, pois só tenho em vista o cumprimento inadiavel de um dever sagrado de inexcedivel gratidão.

Apresentarei, portanto, o melhor que em minhas forças caiba, um pequeno esboço biographico d'esse martyr do trabalho, cuja perda tantos deploram; procurando quanto possivel destruir equivocos, por vezes devidos a um imperfeito conhecimento das personalidades estudadas.

Oxalá eu possa condignamente desempenhar-me d'essa missão.

Rumo muito diverso do meu, foi o que Oliveira Martins seguiu, na cultura do seu espirito: facto este que me impede de bem poder avaliar os seus trabalhos; não falta, porém, quem muito auctorisadamente co-

nheça cada uma das suas especialidades. Reservarei, pois, para mim, o descrever a traços geraes a sua individualidade nos variados aspectos que fizeram de Oliveira Martins um chefe de familia exemplar, e um cidadão inexcedivelmente prestante, cuja vida encerra largo ensinamento.

*

* *

Nascer a soffrer para aprender a viver. Era este um pensamento que muitas vezes lhe ouvi repetir, e que bem completamente se acha justificado na sua vida de trabalho.

Ao apparecer no mundo (em Lisboa, aos 30 de abril de 1845) encontrou-se n'um meio que longe de ser de opulencia, era de uma accentuada mediania.

Encetou os estudos de preparatorios, tendo frequentado o Lyceu de Lisboa e a Academia das Bellas Artes.

As circumstancias difficeis occasionadas pela morte de nosso pai (dezembro de 1857) pouco tempo lhe permittiram prose-

guir na sua educação, podendo apenas fazer alguns exames de linguas. A necessidade de contribuir com o seu trabalho para a manutenção dos seus, levou Oliveira Martins a abandonar os cursos officiaes e ir ganhar o pão quotidiano.

Encontrou collocação na casa Gruis & C.ª, teria proximamente quinze annos, indo breve em procura de melhores vantagens, que obteve na casa Ellicott, Abreu & C.ª Em pouco tempo se tornou senhor dos negocios correntes, chegando a obter dos patrões a maxima confiança, expressa n'estes termos: *nada se faz sem o Oliveirinha dizer.*

O fallecimento de um dos socios determinou a liquidação da firma commercial, nascendo d'aqui para Oliveira Martins a necessidade de procurar novo modo de ganhar a vida.

Contava então vinte e quatro annos. Reconhecendo que tam novo lhe seria difficil encontrar em Lisboa onde podesse auferir os meios precisos para proporcionar um passadio, ainda que modesto, a sua mulher, sua mãe e a seus irmãos, e depa-

rando-se-lhe uma collocação em Hespanha, para ahi seguiu em companhia do seu bom amigo Henry Ellicott.

Durante este primeiro periodo que estabeleço, já se achavam muito bem esboçadas: a sua vocação litteraria e o seu interesse pelas classes trabalhadoras. A primeira pelos artigos publicados em diversos jornaes, e pelo apparecimento do seu *Phœbus Moniz*, romance historico *(1867)*, que mais tarde retirou do mercado, e do opusculo *Theophilo Braga e o Cancioneiro* (1869). A segunda, pela organisação de um centro onde, em companhia de, entre outros, Anthero do Quental e José Fontana se tratava de assumptos relativos ao operariado.

*
* *

Nomeado administrador das minas de Santa Eufemia, na provincia de Cordova, Hespanha, (1870), ahi teve ensejo de se dedicar socegadamente aos seus estudos, robustecendo fortemente o seu talento e alargando a área dos seus conhecimentos.

O seu tempo era methodicamente distribuido, tendo horas destinadas aos affazeres do seu cargo e outras para os seus trabalhos litterarios; sendo aquellas duplamente utilisadas, pois que, ao passo que administrava a mina, observava attentamente as condições de vida da classe operaria. ali representada por algumas centenas de individuos.

A convivencia em tal meio deixou-lhe saudosas recordações; mais de uma vez ouvi dizer a Oliveira Martins ter reconhecido serem em geral bons os operarios. Tinha-os ali de varias procedencias e qualidades, e nunca tivera com elles o menor conflicto, pois sempre procurára fazer-lhes justiça. Era, porém, mais do que justo para com elles; era seu amigo. Estava sempre prompto para lhes dispensar o seu auxilio, quer curando-lhes as feridas do corpo, quer melhorando-lhes as da alma, aperfeiçoando-os com o seu salutar conselho.

Secundava-o brilhantemente sua mulher, na sua missão caritativa. E' assim que reconhecendo a necessidade de cultivar o

espirito das creanças fundou uma escola, onde ministrava a instrucção a muitas dezenas de filhos dos operarios.

O abundante capital de dedicação prestada a todo aquelle povo, teve por juro o amôr que este tributava áquelles que tanto lhe queriam.

Com profunda tristeza foi recebida na mina a noticia de que Oliveira Martins breve deixaria o seu logar, sahindo de Hespanha.

De luto consideraram o dia da partida; ninguem foi ao trabalho.

Um enorme cortejo formado pelas creanças, mulheres e homens precedia, pelas veredas da Serra Morena, os seus protectores, durante o percurso que separa Santa Eufemia da estação de Almaden; causando assombro tam imponente manifestação.

A *Theoria do Socialismo* e o *Portugal e o Socialismo (1872-73)*, tiveram o seu natural apparecimento durante a estada de Oliveira Martins em Hespanha. Por este tempo foram tambem publicados alguns artigos litterarios e o livro sobre os *Luziadas (1872)*.

A tranquillidade de espirito, que a vida n'aquellas paragens proporcionava a Oliveira Martins, permittiu-lhe dedicar-se a estudos praticos de engenharia, chegando mesmo a desempenhar officiosamente as funcções de engenheiro, conseguindo ainda adestrar-se no doseamento dos minérios. Familiarisado com esta ordem de serviços, e descontente pelos pequenos lucros que auferia, deparou-se-lhe o convite para tomar parte na empreza constructora do Caminho de Ferro do Porto á Povoa de Varzim.

*

* *

Estabelecida a sua residencia no Porto (1874), ahi encontrei Oliveira Martins levantando plantas, traçandos perfis, fazendo planos de estações de caminho de ferro, estudando pontes, dirigindo e executando trabalhos tanto de campo, como de gabinete, ao lado de dois engenheiros.

Concluida que foi a construcção da linha, coube-lhe a distincção de ser escolhido para assumir a direcção technica e econo-

mica da Companhia, logar que exerceu até 1888.

Varios foram, no dizer dos technicos, os trabalhos de valor realisados por Oliveira Martins; entre estes tive conhecimento de uma importante modificação feita n'uma locomotiva, melhoramento este, recebido com reconhecimento e adoptado pela casa constructora.

Amigos seus o convidaram por vezes para escrever sobre a exploração dos caminhos de ferro; nunca accedeu, porém, dizendo não ser aquella a especialidade que queria cultivar, mas apenas o seu ganha-pão.

O pessoal da companhia perdeu em Oliveira Martins um protector disvellado. A organisação das caixas de soccorros, a dedicação com que os animava a cumprirem os seus deveres, e a gratidão que lhe tributaram constituem sufficiente prova.

Era no Porto o mesmo que fôra em Santa Eufemia.

Os quatorze annos que esteve no Porto foram extraordinariamente ferteis. Excessivamente methodico, dedicava ao seu em-

prego o intervallo do almoço ao jantar; a manhã e o serão pertenciam aos seus trabalhos de escriptor. — Era seu costume ter sempre mais que um estudo entre mãos, pois dizia que a melhor maneira de descançar era mudando de trabalho.

Durante os dois primeiros annos de estada no Porto, não poude Oliveira Martins estudar tanto como desejava, porque os seus affazeres profissionaes lhe tomavam muito o tempo. Foi porém armazenando conhecimentos que lhe permittiram começar a sua grande serie de publicações.

Para bem evidenciar a enorme força de trabalho de Oliveira Martins, seguirei por annos a exposição da sua obra, como historiador, como economista, como politico, em summa, sob os diversos aspectos em que se patenteou a superioridade d'este grande trabalhador.

1877

Publicou o opusculo *Reorganisação do Banco de Portugal.*

1878

Publicou: *As eleições,* opusculo, *O Hellenismo e a Civilisação Christã*, e a *Memoria sobre a Circulação Fiduciaria.* Este ultimo trabalho foi presente ao jury do concurso aberto pela Academia das Sciencias de Lisboa, e por esta premiado com a medalha de ouro, distincção que até ao presente só foi conferida a Oliveira Martins. Por esta mesma occasião foi nomeado socio correspondente da mesma Academia.

1879

Em maio sahiu do prélo a *Historia da Civilisação Iberica* e em outubro a *Historia de Portugal.*

1880

Em fevereiro apparece *O Brazil e as Colonias.* Em junho é convidado para tomar a presidencia da Sociedade de Geographia Commercial do Porto. Procurando corresponder á distincção recebida, entregou-se Oliveira Martins a varios estudos,

que apresentou em conferencias, e em artigos no boletim da mesma Sociedade. Em julho dá a publico, revista, a 2.ª edição da *Historia de Portugal*. Em agosto publicou os *Elementos de Anthropologia* e fechou o anno em outubro apresentando a 2.ª edição da *Historia da Civilisação Iberica*.

1881

Em fevereiro publicou a 2.ª edição dos *Elementos de Anthropologia*; em abril *O Portugal Contemporaneo;* em julho a 2.ª edição de *O Brazil e as Colonias;* em novembro *As raças Humanas e a Civilisação primitiva*.

N'este mesmo mez foi presente ao governo o *Relatorio da Commissão de Inquerito Industrial* no norte do paiz. Este relatorio representa uma enorme somma de trabalho a que Oliveira Martins e os seus companheiros se prestaram, sem a menor retribuição pecuniaria, e digo pecuniaria, porque Oliveira Martins se considerava largamente recompensado por se lhe ter proporcionado o ensejo de estudar e mos-

trar ao governo a situação precaria das nossas industrias, apresentando os alvitres a seguir para a remediar.

D'esta fórma mais uma vez vêmos quanta attenção merecia a Oliveira Martins o trabalho nacional, e ainda mais o provou acceitando n'este mesmo anno a nomeação de membro da *Commissão reguladora dos trabalhos dos operarios.*

1882

No mez de julho foram publicados: a 3.ª edição da *Historia de Portugal* e o *Systhema dos mythos religiosos.*

1883

Em janeiro sae do prélo o *Quadro das Instituições Primitivas.*

Em maio vai a Hespanha tratar de negocios da Companhia Mineira de Ciudad Real, regressando a Lisboa accomettido por uma febre typhoide que lhe poz a vida em risco. Aproveitando os momentos de

mais descanço que a doença lhe concedia, occupava-se em rever as provas do *Regime das riquezas*, obra publicada em junho.

No mez de novembro dava a publico a 2.ª edição do *Portugal contemporaneo.*

1884

Parte d'este anno e do anterior foi preenchida com trabalhos relativos ao Museu Industrial e Commercial do Porto, de que tinha sido nomeado director por Antonio Augusto de Aguiar.

A confiança que este ministro depositava no saber de Oliveira Martins, levou-o a entregar-lhe a elaboração do plano para o estabelecimento d'esta ordem de museus. «*Seu irmão,* dizia-me Aguiar, por occasião da abertura do museu, *convida-me para ir assistir á inauguração da minha obra; isto é um favor, porque o trabalho é d'elle por completo.*» Pretendendo Aguiar que o seu nomeado tivesse um mais largo campo de estudo, assignou uma portaria em que encarregava Oliveira Martins de visitar todos os centros industriaes que julgasse conve-

niente para bem informar o governo. Esta portaria, porém, não foi acceite por melindres pessoaes.

N'este anno foram publicadas as *Taboas de chronologia* (outubro) e um opusculo, não posto no mercado, *O Emprestimo Real Portuguez de 1832.*

1885

No principio d'este anno teve logar a publicação do volume *Politica e economia nacional;* obra em que se acham reproduzidos diversos artigos publicados por Oliveira Martins em jornaes noticiosos, seguidos de um programma politico.

Oliveira Martins, que até então seguira a politica como espectador, dicidira-se a entrar em acção. Reconhecendo que o estado do paiz reclamava prompto remedio, e considerando como inopportuna qualquer mudança de fórma de governo, entendeu que a melhor fórma de tornar-se util á sua terra era ligar-se a *alguem* que lhe merecesse inteira confiança.

Esse *alguem* foi Anselmo Braamcamp,

cuja superioridade de caracter Oliveira Martins apreciava em extremo.

Alistou-se, pois, no partido progressista, encetando a sua campanha jornalistica contra a situação regeneradora, sendo o seu primeiro artigo publicado nas *Novidades*, de 9 de janeiro.

Vencidos varios attritos, conseguiu realisar a concentração dos principaes elementos do partido; celebrando-se uma reunião magna no Porto a 25 de abril. Por esta occasião declarou Oliveira Martins ter sido republicano theorico e que pelos motivos apontados no seu ultimo livro *(Politica e economia nacional)*, entendia que adoptando a presente linha de conducta, seguia o caminho mais seguro para tornar efficazes os seus esforços no sentido de bem servir o paiz.

Em junho foi Braamcamp ao Porto e um solemne banquete celebrava a união das forças progressistas. Estava iniciado o movimento chamado da *Vida nova*.

N'este mesmo anno resolveu Oliveira Martins fundar um jornal seu *A Provincia*, onde pouco depois se revelava como po-

lemista distincto, ferindo a campanha destinada a sustentar a influencia do partido nas eleições municipaes do Porto; sendo os seus esforços coroados por um exito completo.

Numerosos foram os artigos de debate politico que de envolta com outros asseguraram a sua aptidão como jornalista.

No desempenho da ardua tarefa do jornalismo, que veiu sommar-se aos seus numerosos affazeres, chegou por vezes a fazer prodigios de trabalho. E' assim que achando-se bastante fatigado no decurso da elaboração de um artigo (A Hespanha, a Guerra e Nós — *Provincia* de 7 de setembre de 1885) e julgando inadiavel a sua publicação, trouxe para junto de si uma garrafa de vinho do Porto, e á medida que as forças lhe iam faltando, procurava animar-se tomando-a aos calices — ***De manhã,*** dizia, ***estava gasto o vinho, concluido o artigo e eu como se não tivera perdido a noite.***

Em setembro publicou a 3.ª edição da *Anthropologia.*

1886

Em janeiro sahiu do prélo a 3.ª edição da *Historia da Civilisação Iberica.*

Perante uma reunião do partido progressista, realisada em Lisboa, com o fim de honrar a memoria de Braamcamp, leu o *Elogio historico* d'este estadista, pondo bem em relevo o alto apreço que consagrava ás suas superiores qualidades.

Oliveira Martins foi eleito deputado pela primeira vez n'este mesmo anno; representou o circulo de Vianna do Castello.

Sendo em fevereiro chamado ao poder o partido progressista, contava Oliveira Martins, que segundo combinações anteriormente feitas lhe seria confiada uma das pastas; porém complicações sobrevindas levaram o presidente do conselho a propôr a creação do ministerio da agricultura, cuja gerencia lhe seria entregue mais tarde, para d'este modo pôr termo ás difficuldades levantadas para a organisação do gabinete.

No fim de julho estava creado o novo ministerio. Oliveira Martins porém comprehendendo que a sua subida ao poder era

consequencia de uma imposição, resolveu não acceitar o convite, ficando sem effeito o decreto já lavrado.

Varios e não pouco numerosos incidentes lhe fizeram reconhecer quanto era opposta ao seu modo de vêr, a marcha seguida pelo governo; nascendo-lhe d'aqui a convicção de não ser aquella aggremiação partidaria o meio propicio para tornar fecundos os seus estudos.

Mais que uma vez lhe ouvi lamentar a morte de Anselmo Braamcamp, sentindo vêr que em logar da *vida nova* ambicionada, continuaria, melhorada, a vida velha.

Proseguiu, comtudo, acompanhando a marcha politica, não deixando porém os seus trabalhos de escriptor.

Em maio publicou a 4.ª edição da *Historia de Portugal.*

1887

Eleito deputado pelo Porto, apresentou á Camara em sessão de 27 de abril o seu *Projecto de Lei sobre o Fomento Rural*, estudo este, que não obstante nunca ter

entrado em discussão, por muitos tem sido largamente aproveitado. Foi eleito membro de varias commissões parlamentares, sendo grandes os serviços ahi prestados.

Publicou n'este anno o seu *Artigo Banco, do Diccionario Universal Portuguez*.

1888

Estabeleceu a sua residencia em Lisboa.

Tomou a direcção do *Reporter*, publicando n'este jornal um grande numero de artigos politicos e outros sobre varios assumptos, mostrando o seu desagrado pela marcha da politica do governo.

A maneira porque no seio das commissões parlamentares defendeu a industria nacional, mereceu-lhe receber como homenagem uma estatueta de bronze — *Le Travail* — em cuja base se lê a seguinte dedicatoria:

AO DEPUTADO ÁS CORTES PORTUGUEZAS

O NOTAVEL DEFENSOR DO TRABALHO NACIONAL

EX.^mo SR. JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA MARTINS

OFFERECE EM TESTEMUNHO DE RECONHECIMENTO

A INDUSTRIA DE ARTEFACTOS DE MALHA

PORTO, MAIO 1888

Foi esta uma offerta que muito penhorou Oliveira Martins e a que ligava grande valor.

Por este mesmo tempo a *Associação dos Typographos do Porto* offerecia-lhe egualmente um quadro commemorativo da sua gratidão.

1889

Publicou a 3.ª edição do *Brazil e as Colonias*, e o *Portugal nos mares*.

Foi nomeado para o logar de administrador da *Régie*. E' este o primeiro serviço publico que Oliveira Martins prestou recebendo retribuição.

Se acceitou este logar em taes condições foi porque lhe pesava ter consumido tam grande parte das suas forças, e não vêr garantido o seu futuro e portanto o dos seus. Começava já a sentir-se cançado e a pensar que má sorte o esperava se a doença o vencesse.

Entregue aos trabalhos da Administração Geral dos Tabacos, ahi o encontrámos de novo, em contacto com a classe por cuja boa sorte sempre tanto pugnara.

Procurar alliar os interesses do Estado com os dos operarios, eis o que sempre teve em vista; e portanto não lhe faltou tempo para cuidar da organisação de todos os serviços tendentes a assegurar-lhes os seus direitos, dispensando-lhes ao mesmo tempo toda a protecção, no caso de doença. A gratidão que ainda hoje lhe tributa o pessoal operario, é a justa recompensa dos deveres sagrados sabiamente cumpridos.

1890

Foi nomeado pelo governo regenerador delegado de Portugal na *Conferencia Internacional de Berlim*, e na de *Propriedade Industrial de Madrid*. Por esta occasião, referindo-se ao subido valor de Oliveira Martins, dizia um dos conferentes: «*Como é que um paiz tam pequeno poude produzir um homem tam grande?!*»

N'este anno foi eleito deputado por accumulação.

1891

Accedendo ao convite que lhe foi diri-

gido pelo *Atheneu de Madrid,* tomou parte nas conferencias preparatorias para a celebração do centenario de Colombo.

A 24 de fevereiro teve logar a sua conferencia, lida em castelhano, e que tem por titulo: *Navigaciones y Descobrimientos de los Portuguezes, anteriores al viaje de Colon.*

O acolhimento que os hespanhoes dispensaram a Oliveira Martins muito o penhorou; todos os jornaes de Madrid lhe dirigiram palavras de louvor. Limitar-me-hei a transcrever algumas de *La Epoca,* de 25 de fevereiro de 1891.

. . . .

. . . .

«La concurrencia era la de las noches de gala en el Ateneo: las letras como las artes, la politica como la ciencia, tenian brillantissima representacion; adonde quiera qué se volvia la vista distinguiase algun hombre ilustre. Antes, pues, de presentarse ya habia obtenido una ovacion el conferente; como á Talma, se le habia dispuesto — *un parterre de rois.*

Al presentarse la ovacion fué de otro genero; resonó tan larga e nutrida salva de aplausos que parecian no tenir fin».

. . . .

. . . .

Se a imprensa obsequiava por este modo a Oliveira Martins, não foram menos significativas as distincções com que o honraram: o marquez de Hoyos, Canovas del Castillo, o conde de Casal Ribeiro e Emilio Castelar recebendo-o festivamente em suas casas.

Oliveira Martins sentia-se sempre bem em Hespanha; por varias vezes ali tinha estado, sendo sempre alvo de grandes provas de estima. O seu valor era talvez mais reconhecido ahi do que entre os seus patricios.

Recebeu por esta occasião o diploma de socio da Academia de Historia, distincção esta que até então só fôra concedida a dois estrangeiros: Momsen e Cesar Cantu. Egualmente foi feito membro do Atheneu de Madrid.

O governo hespanhol agraciou-o com a gran-cruz do merito naval. [1]

---

[1] Tinha tambem a commenda de Sant'Anna da Russia. Os governos do seu paiz, não obstante muito utilisarem os seus serviços, distinguiram-o, não lhe conferindo distincção alguma.

Em março publicou *Os Filhos de D. João I*, mais tarde o *Camões e os Luziadas* e o *Portugal em Africa*, primeiro volume da *Carteira de um jornalista*.

N'este anno deixou a Administração Geral dos Tabacos, com o findar da *Régie*.

Durante o exercicio d'este logar trabalhou muitissimo, a fim de tornar todo aquelle serviço tam productivo quanto possivel. Não teve, porém, tempo, de vêr o resultado dos seus trabalhos, pois quando estava prestes a ter tudo em ordem, celebrou o governo o arrendamento dos tabacos.

Opportuno me parece dizer que os lucros fabulosos que muitos suppozeram que Oliveira Martins ia auferir, se limitaram á mensalidade de 75$000 réis e a duas partilhas de lucros, uma de 592$000 (1889) e outra de 613$500 (1890).

Como sempre, pensava mais no cumprimento dos seus deveres do que no seu interesse.

Nenhuma das arduas tarefas que lhe foram confiadas o tornou crédor d'uma simples portaria de louvôr!

1892

Por varias vezes, depois de 1886, tinha sido Oliveira Martins instado para entrar para o governo; porém, não queria fazel-o senão em condições de poder pôr em pratica o plano que de ha muito trazia estudado. A observação mostrava-lhe que ligado a qualquer partido politico lhe seria por completo impossivel realisar os seus desejos.

Complicações sobre complicações se levantavam, e elle, que até então tinha resistido, estava certo de que algum momento angustioso teria de apparecer, em que o dever o obrigasse a entrar no governo. Foi assim que, alheiando-se do convivio intimo dos partidos, procurou ligações que lhe offerecessem garantia segura de não serem estereis os seus esforços, caso se désse tal conjunctura.

O momento chegou, e a 17 de janeiro constituiu-se um gabinete em que Oliveira Martins tomou parte, ficando a seu cargo a pasta da fazenda.

A sua saude já era pouca e chega a pa-

recer impossivel que podesse supportar trabalho tam intenso como aquelle que realisava. Os oito primeiros dias, tempo que levou a elaborar o relatorio em que mostrou a situação financeira do paiz, foram passados quasi sem dormir. Enormemente continuou trabalhando durante os poucos mezes que esteve no ministerio, pois era empenho seu tornar a sua gerencia o mais fecunda que possivel fosse.

Aos que lhe pediam que moderasse o seu labôr, respondia «*isto é só emquanto as cousas não entram nos eixos.*»

Durante todo o tempo que Oliveira Martins esteve no poder, nada se preoccupou com o que se chama politica; pôr as cousas a direito era o seu unico intuito, confiando absolutamente em que todos os seus companheiros pensariam egualmente.

Porém, não obstante Moniz Barreto dizer n'um estudo publicado: «*A peça mestra da intelligencia do sr. Oliveira Martins é a imaginação psychologica, isto é, o dom de vêr e descrevêr interiores da alma*», parece que n'esta occasião esse dom falhára; mas não se deu tal. Oliveira Martins conhecia

bem que os homens são sujeitos a deixarem-se levar por vãs aspirações: porém, animado como estava do desejo sincero de bem servir o seu paiz, não podia conceber que, dada a crise tremenda, fosse possivel a nenhum dos membros do gabinete abandonar o programma tam enthusiastica e tam *antecipadamente* combinado.

Estas considerações não são minhas; mas sim a reproducção do seu modo de pensar, attentamente escutado por mim.

Em 27 de maio foi forçado a demittir-se, sendo recomposto o gabinete.

A 28 apparecia no *Correio da Manhã*, um dos poucos jornaes que não aggrediu Oliveira Martins, um artigo de que reproduzo alguns periodos, que julgo serem a expressão da verdadeira justiça:

. . . .

«Em todo o caso não deixaremos sahir o sr. Oliveira Martins sem lhe prestarmos a sincera homenagem do nosso respeito e da nossa sympathia. Para essa solução do convenio, que é incontestavelmente uma solução util para o paiz, contribuiu elle incontestavelmente, como ninguem, pela sua lealdade, pela seriedade com que tratou essa difficil questão e pela escolha que fez do sr. Serpa para as negociações em Paris.

Atravessou um periodo calamitoso, foi muito aggredido pelas medidas que tomou e que lhe eram impostas pela fatalidade das circumstancias. Os que as aggrediam esqueciam-se porém de indicar o modo de as substituir. Sacrificou ao paiz uns mezes da sua vida sem colher outra recompensa senão os insultos e os aggravos.»

Transcreverei em seguida o artigo publicado pelo *Jornal do Commercio* de Lisboa do dia 31 de maio, pois n'elle se acha o balanço do trabalho de Oliveira Martins, durante a sua curta gerencia:

«A' hora em que o nosso jornal apparecer, estará o sr. Oliveira Martins afivelando a sua mala para embarcar a bordo do *Magdalena*, em direcção a Southampton, a repousar por algum tempo o seu superior espirito, das miserias da nossa politica, na contemplação e estudo de um paiz, o qual, apezar de lhe devermos aggravos, é em todo o caso uma nação grandemente patriotica, em que, embora ás vezes com sacrificio dos fracos, os homens de Estado, e todos, sabem antepôr a grandeza e prosperidade nacional ás mesquinhas e estereis questões da intriga pessoal.

O illustre publicista e politico vae descançar, trabalhando sempre, que nunca outra fórma de descanço tem tido, d'estes quatro mezes de extraordinario e fecundo trabalho, que prematuramente se epilogou n'um triste enredo de politica, em que imaginaram compromettel-o, mas de que elle sae impavido e sereno, com a absoluta

consciencia do dever cumprido, desdenhoso de toda essa gritaria jornalistica, que não affronta o seu animo, e consciente de que em tão pouco tempo nunca ninguem prestou, em tão melindrosa conjunctura, tão assignalados e corajosos serviços.

Uma cabala de interesses que civicamente teve de ferir e de inconfessaveis ambições que não poude satisfazer o precipitam logo no inicio da sua obra de reformação. Mas o que deixa feito dá a sufficiente medida da larga e franca estrada de nova administração pela qual se encaminhava á conquista de melhores dias para este paiz, tão provado durante já demasiadamente dilatados annos pelos erros da nossa politica e da nossa administração.

Mal iniciada a sua patriotica derrota, assaltaram-lhe a marcha. Mas Oliveira Martins não caiu nem succumbiu. Julgavam precipital-o á valeta, involvel-o na poeira, maculal-o na lama. Não o conseguiram, porque elle ficou de pé, dominando os malfeitores de toda a altura da sua superioridade moral.

D'isto tem o paiz consciencia, e d'isto tambem já a estas horas devem estar convencidos os auctores e instrumentos d'essa tonta intriga que privou momentaneamente a necessaria regeneração da administração publica da sua mais forte e solida garantia, porque Oliveira Martins já era agora mais de que uma esperança. Podiamos nós, que nos honramos ha tantos annos com a amizade do ex-ministro da fazenda, sermos suspeitos, fallando assim. Mas bem mais alto fallam os factos, e n'este momento em que, passada a barra do Tejo, nem já lhe chegará o echo do vozear de alguns *politicos*, cubiçosos das

prebendas da finança, util é rememorar a historia dos seus quatro mezes de dura e trabalhosa administração, e aquilatar por ella o desenvolvimento do seu plano administrativo.

*

Esse plano era simples e claro, naturalmente deduzido dos termos do problema.

A situação era, no fundo, uma crise economica, latente, á superficie uma crise do thesouro, declarada.

Que havia, portanto, a fazer?

Tratar urgentemente da crise que immediatamente nos assoberbava, e obviar á que estava imminente, e dependia tambem d'aquell'outra.

Partindo d'aqui, o programma do sr. Oliveira Martins abrangia naturalmente, tres momentos caracteristicos:

1.º Rapido equilibrio do orçamento por todos os expedientes mais directamente productivos e ao alcance da acção governamental.

2.º Substituição d'esses meios, naturalmente violentos, por outros mais suaves e equitativos.

3.º Restauração da economia publica pelo fomento da riqueza indigena.

No seu primeiro momento, teve o sr. Oliveira Martins de recorrer a medidas quasi draconianas, da maior violencia, como a reducção dos ordenados e do juro da divida publica.

Nunca o paiz fôra sujeito a uma tão violenta medicação. Mas precisamente o grande elogio de Oliveira Martins está na confiança e resignação com que o paiz acceitou das suas mãos a imposição d'esse supremo sacrificio. Onde está o

ministro que n'um momento angustioso, como aquelle em que nos encontrámos, teria a auctoridade para pedir tal sacrificio, sem que uma convulsão anarchica de resistencia logo agitasse o paiz?

Foi depois de liquidada essa parte do programma, a mais odiosa de todas, quando, entrando no segundo periodo do seu systema, o sr. Oliveira Martins, pouco a pouco, pela reorganisação dos serviços e remodelação do imposto, iria progressivamente desonerando aquelles sobre os quaes as primeiras medidas especialmente pesavam, que foi julgado opportuno o momento para o derrubar n'uma conspiração, em que visivelmente tomaram parte os proprios, que, pelo prestigio do nome do seu collega, tinham alcançado o poder e em que julgaram dever envolver mais dois tambem prestigiosos companheiros, o nobre visconde de Chancelleiros e o sr. Costa Lobo. Mas descancem, que o paiz lh'o saberá reconhecer.

Na ordem economica, coroamento final do programma, varios projectos de protecção e desenvolvimento industrial e agricola, estavam já tambem em estudo, para opportuna applicação. Mas tudo isto, que é sério, não servia á intriga, a qual só se curva reverente perante os expedientes faceis, os malabares financeiros e a alta charlatanice e tranquibernice d'Estado.

*

Mas de todo esse sensato programma, para o desenvolvimento do qual se podia contar com aquella perseverança de trabalho e absoluta honradez e justiça d'intuitos, que a ninguem offere-

cem duvidas, que vestigios effectivos chegaram a revelar-se? Nenhuns?

Muito do que o sr. Oliveira Martins tinha de fazer dependia naturalmente da sancção legislativa, mas para o que d'ella podia prescindir, que tempo teve deante de si? Quatro mezes apenas, isto é, cento e vinte dias.

Mas em quatro mezes de ministerio, tres com camaras abertas, quem produziu nunca a série de medidas, a que o sr. Oliveira Martins deixou vinculado o seu nome e do conjuncto das quaes resalta manifesta a orientação do seu programma?

Veja-se.

Como *actos legislativos* organisou e apresentou a proposta da chamada *lei de salvação publica*, creando receita e diminuindo despeza na importancia de **8:700 contos,** auctorisando a reforma dos serviços, e cohibindo nomeações novas.

Promulgou a nova *pauta geral*, em cuja discussão nas commissões e na camara tomou parte sempre, no sentido de protecção industrial e da defeza do trabalho nacional.

E finalmente creou o *imposto do alcool e dos phosphoros*, que veiu produzir uma receita nova de **670 contos.**

Usando depois das auctorisações legislativas, ninguem, percorrendo a seguinte lista de decretos, dirá que ficasse de braços cruzados o ministro da fazenda.

Reorganisação das alfandegas. Feriu interesses? Feriu, como succede em todas as *verdadeiras* reformas, n'aquellas que não tem em vista anichar compadres. Mas do cahos aduaneiro, subdividido em principados, fez uma unidade

séria e concertada. E ainda em cima uma economia de **300 contos.** Malvado!

Reorganisação das repartições de fazenda districtaes e concelhias. Foi hoje publicado este decreto, mal tivemos tempo de o apreciar, mas desde que preceitua a inamovibilidade dos escrivães de fazenda, ha uma garantia de que, deixando elles de ser joguete das manobras eleitoraes e das inspirações dos trumphos locaes, a distribuição dos impostos ha de ter outra regularidade e seriedade. E sobre isto, de economia de serviço: **76 contos.**

Abolição das agencias financeiras de Londres e Rio de Janeiro. Nao serviam para nada e custavam **56 contos.** Foram portanto muito bem supprimidas.

Organisação da loteria nacional. Tinhamos loteria nacional e loteria extrangeira. Esta prejudicava aquella, e prejudicava o paiz, especialmente n'esta occasião, pela sahida de ouro que determinava. Deu-se protecção á loteria nacional, o que, alem de outras vantagens, produz uma receita nova de **180 contos.**

Suspensão do serviço das matrizes.—Este serviço é util certamente. Mas da fórma por que se fazia era apenas uma machina eleitoral, que, além d'isso, custava **100 contos.**

Suppressão de gratificações não auctorisadas por lei.—Poz muita gente a gritar, porque, ao que consta, as havia de todo o feitio e valor, e andava a brincadeira por obra dos seus **100 contos!!**

E note-se agora, que dentro do alto e pequeno *expediente* não foram economica e moralmente menos fecundos os quatro mezes da administração do sr. Oliveira Martins.

Por um decreto, manda rateiar pelas fabricas o *deficit* do trigo nacional, afim de evitar o excesso de importação do anno findo, em detrimento da agricultura nacional.

Por uma portaria, *manda recolher 100 contos* que a *Companhia Real dos Caminhos de Ferro* retinha do *imposto do transito* por ella cobrado.

Tendo de prover *vagas de recebedorias*, abre concurso, *exclusivamente entre empregados addidos*.

Promulga os novos *estatutos do Banco de Portugal*, faculta-lhe o *alargamento da sua emissão fiduciaria*, e manda publicar regularmente os seus *balancetes*, que ha muito se não publicavam.

Regularisa a *concessão dos adeantamentos* aos empregados publicos, que até agora se fazia fóra de toda a medida, com inconveniencia para o Estado e para os proprios empregados.

Nomeia outra *commissão* para estudar a creação das *bolsas agricolas* nas regiões do reino e sobre ellas fundar mais tarde o *credito rural.*

Nomeia outra *commissão* para proceder ao *cadastro dos bens nacionaes*, que... não existia!

Sequestra á Companhia as *linhas de Salamanca*, afim de evitar que podessem ser revindicadas pelo governo hespanhol e sacrificados os interesses que o Estado lhes vinculára.

Manda publicar regularmente o *boletim da divida fluctuante*, d'onde se mostra uma *amortisação* de janeiro a abril, que se eleva a **3:000 contos.**

Edita o *regulamento da cobrança dos impostos de alcooes e oleos.*

Liquida as contas com a *Companhia do Ca-*

minho de Ferro de Ambaca e faz com ella um *convenio*, em que, com beneficio para o paiz, lhe resolve as proprias difficuldades, a que tambem se ligavam interesses do Estado.

Etc.

E, finalmente, recapitulando este conjuncto de medidas e sommando o que é sommavel, isto é, o activo que ellas trazem para o thesouro, vejamos o seu fructo.

O quadro é simples de traçar. Eil-o em toda a sua nudez e eloquencia:

Receitas creadas e economias feitas

Lei de 26 de fevereiro.....	8:700	contos
Alcooes e phosphoros......	670	»
Serviços de matrizes.......	100	»
Reforma das alfandegas.....	300	»
Agencias financiaes.........	56	»
Loteria nacional...........	180	»
Repartições de fazenda.....	76	»
Gratificações supprimidas ...	100	»
	10:182	»

E como consequencia de todo esse conjuncto de medidas: o premio das libras descendo gradualmente de 1$640 a 1$000 réis e a cotação do 3 %, que estivera a 25 3/8, subindo até 30.

*

A obra do sr. Oliveira Martins foi esta. Foi esta a sua *tão longa obra de tão curto tempo*, que tantas promessas em si continha, e com a in-

tensidade da qual não é comparavel a de nenhum outro ministro.

Com estas medidas, com a sinceridade com que as promulgou, com a absoluta seriedade com que tratou com todos com quem, portuguezes ou extrangeiros, teve de tratar, o sr. Oliveira Martins trouxe a Portugal um momento de pacificação e de esperança e levantou fortemente o credito da nossa administração official, tão combalido pelas aventuras, habilidades e enganos de que mais de uma vez a tornaram responsavel.

Por isso a cabala se levantou audaciosa e cynica, para castigar quem pretendia vasar a administração publica em novos moldes de seriedade, de franqueza, de boa fé, de desinteresse, alheios a todo o espirito de baixo politiquismo e mais ainda a toda a asquerosa intriga politico-financeira.

Deante de nenhum meio recuaram para enodoar e desgostar esse homem, que ainda antes de ser ministro era já uma gloria nacional. Deram-no successivamente entendido para coisas lobregas, já com principes exilados, já com banqueiros opulentos, e não recuaram até em apresental-o como assassino, protogonista de um drama sinistro, á Ponson du Terrail, no fundo de uma mina...

Mas que importa? Attinge-o esse vozear desordenado?

E' o paiz que protesta? Não. E' uma intriga que uiva, e os gritos que solta são, perante o paiz, a maxima consagração d'aquelle contra quem são lançados.

*

Oliveira Martins vae embarcar dentro em

poucas horas. Levará o coração opprimido pela dôr de vêr os maus dias que se estão preparando ao paiz, mas a sua consciencia póde ir, e vae, tranquilla, porque essa patria elle a serviu leal, corajosa e efficazmente, e se a intriga venceu para o derrubar, não venceu até ao ponto d'impedir que o paiz lhe faça justiça.

Vencido material e momentaneo da intriga, triumphará moralmente na definitiva historia da crise que o affastou dos negocios publicos, e se o seu ex-collega, o actual ministro dos negocios extrangeiros, quizesse, no seu profissional idioma fazer acto de consciencia e dizer uma gentileza ao seu collega de hontem, bem poderia ámanhã ir ao *portaló* do *Magdalena* estender-lhe a mão e segredar-lhe suavemente, em ar diplomatico de gracioso trocadilho de confissão

Victus, sed victor.

Porque, além do mais, Oliveira Martins, confiadamente entregue sobre um fragil e incerto batel á immensidade do oceano voraz, estará ali mais seguro do que na poltrona de ministro... entre os lealissimos cavalheiros que se sabe.»

Teem aqui perfeito cabimento as palavras escriptas por Oliveira Martins no *Elogio historico de Anselmo Braamcamp,* referindo-se a Mousinho da Silveira:

Duram muito quasi sempre os governos estereis, pela mesma razão que é longa a vida dos homens vasios de idéas e de coragem. Os pensa-

mentos são como a luz que ardendo consome. E quando os homens são fleugmaticos por temperamento, sendo activos por pensamento, o consumir das forças é maior ainda, porque as afflicções reprimidas corroem como o aço o esmeril.

Oliveira Martins, fazendo a biographia de Braamcamp, mal pensava que estava compondo periodos que mais tarde lhe seriam justamente applicados. Assim é que, depois da sua sahida do ministerio, entristeceu, concorrendo talvez muito, — quem sabe! — o mal estar do seu espirito para o aggravamento da sua doença.

Oliveira Martins seguiu no dia 31 para Inglaterra; poucas foram as pessoas que o acompanharam no momento da partida: portanto, pequeno foi o numero dos que poderam avaliar o estado de perturbação especial em que se achava. Parecia sentir-se envergonhado por ter sido alvo de tão grande injustiça. Chegados que fomos juntos do *Magdalena*, quasi se não despediu de nós, subiu atrapalhadamente a escada do portaló, e internando-se no navio parecia querer fugir da nossa vista; nunca

lhe passára pela mente a possibilidade do que succedera!

Chegado a Inglaterra, ahi se distrahiu, escrevendo as suas cartas para o *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, que de ha muito as esperava, pois antes de entrar para o ministerio já se tinha comprommettido a escrevel-as. Estas cartas foram depois publicadas em volume, sob o titulo: *A Inglaterra de hoje.*

N'este mesmo anno, foi eleito deputado pelo Porto.

A viagem a Inglaterra fez-lhe bem: descançou o espirito.

Não conseguiu, porém, apagar-lhe a má impressão produzida pelos acontecimentos do anno anterior.

Não tendo nunca pedido a ninguem que o defendesse, aguardou occasião opportuna para liquidar as suas contas com aquelles a quem honrára subindo ao poder em sua companhia.

Queria mostrar ao paiz quanto eram injustas as investidas que contra elle dirigira parte da imprensa, mal dispondo a seu respeito a opinião publica.

As contas liquidou-as nas sessões de 6 e 7 de fevereiro.

Opportuno me parece pois transcrever a parte d'estas duas sessões; porque os seus discursos constituem a sua justificação perante o paiz e perante a camara que, com grande benevolencia, o acolhera, e com egual dedicação o acompanhava n'este momento solemne.

O SR. OLIVEIRA MARTINS: — Tambem eu necessito de entrar no capitulo das explicações. Não é para as pedir ao sr. presidente do conselho, mas é para as dar á camara e ao paiz.

Devo-as a ambos por dois motivos. Á camara, pelas extraordinarias provas de deferencia, benevolencia e confiança, com que me honrou na sessão do anno transacto; ao paiz pelo acolhimento com que por toda a parte foram recebidas as medidas que tive a honra de apresentar ao parlamento.

Mas não é este motivo o unico que me obriga a dar explicações n'este momento; ha um outro, que são as supposições, as quasi accusações, e posso empregar esta palavra, que me foram directa e pessoalmente feitas por occasião da crise de maio do anno passado.

Os acontecimentos, que determinaram esta crise, ou que pelo menos a precederam, fizeram entrar no espirito de alguns, se não de muitos, a convicção de que houvera na minha maneira de encaminhar os negocios da fazenda publica fra-

queza e subserviencia tibia para com os crédores estrangeiros.

Este ponto, como v. ex.ª e a camara perfeitamente pódem comprehender, é summamente doloroso para mim. Necessito esclarecel-o agora; e esclarecel-o por completo, de um modo formal e terminante, uma vez que durante oito mezes decorridos, tenho tido a coragem (posso empregar esta palavra) de me conservar n'um silencio absoluto e completo. E não me arrependo de o ter feito, pois me parece que era esse o meu dever.

Eu não venho inspirado pela acrimonia, nem pelo despeito, retaliar, nem invectivar ninguem; venho unicamente explicar os meus actos, e dizer á camara como procedi, por que procedi, o que fiz e o que me não deixaram continuar a fazer.

O tempo fez esquecer aquillo que da lembrança não fôra logo varrido pelo meu . . pela minha fleugma.

Tenho de ser extenso, tenho de fatigar a camara, mórmente n'um assumpto que de si não tem attractivos; mas ao mesmo tempo espero que a camara me desculpará, attendendo a que são poucas, se não raras as vezes, que a incommodo com a minha palavra.

Tenho de dizer o que achei, quando tive a honra de entrar nos conselhos da corôa: o que achei e o que fiz; tenho de contar os successivos episodios de um plano, que foi abortado pela crise de maio; mas tenho de expôr á camara qual é a minha opinião sobre o decreto de 13 de junho, que substituiu o que até ahi se fizera, e que, a meu vêr, é a causa da situação inextricavel, para não dizer mais, a que o paiz foi arrastado.

Mas antes de começar na exposição de differentes themas de que tenho de occupar a camara, e tendo ouvido a declaração que ha pouco fez o sr. relator da commissão de fazenda, de que a minha assignatura no parecer vinha errada com a indicação de *declarações*, quando de facto eu assignára *vencido*, necessito observar que esta declaração de s. ex.ª preveniu a que eu tinha a fazer n'este sentido, porque de outro modo muitas das palavras que vou proferir, não se comprehenderiam bem.

Começo por duas perguntas que vou fazer ao sr. presidente do conselho, antes de entrar na materia.

O projecto que está em discussão, reproduz com pequenas alterações o decreto de 13 de junho de 1892.

A camara e o paiz sabem que este decreto provocou protestos, não só por parte dos crédores da divida portugueza externa, como por parte dos governos de algumas nações. Refiro-me a isto por ser do dominio publico. Houve uma interpellação na camara franceza a este respeito. Houve uma nota que o governo allemão mandou publicar no *Diario official*, e a resposta do governo portuguez foi tambem publicada conjunctamente; de maneira que não me parece poder haver inconfidencia n'este assumpto. *(Appoiados.)*

Mas, digo eu, tendo havido estes protestos e reclamações, apresentando-se aqui hoje um projecto, que é a remodelação do decreto de junho, no meu espirito entra esta duvida: em que situação ficará collocado o parlamento portuguez no dia immediato áquelle em que, votado este projecto, se levante uma contestação qualquer ácerca da sua execução? *(Appoiados).*

V. ex.ª comprehende que, emquanto se tratava unicamente de um acto dictatorial do governo, esse acto, quando tivesse de ser annullado, não importava mais do que a quéda do governo, que era o seu auctor e responsavel; *(Appoiados)* mas hoje é uma cousa differente. Hoje quer-se transformar esse acto n'uma medida legislativa, que envolve a responsabilidade do parlamento e de toda a nação. *(Muitos appoiados).*

Portanto eu, antes de entrar na serie de considerações que vão fazer o objecto do meu discurso, pergunto ao sr. presidente do conselho se s. ex.ª conta que, approvado que seja este projecto, e transformado que seja em lei, os crédores da divida externa e os governos que naturalmente defendem os interesses adherirão aos termos estabelecidos, e a questão se poderá considerar terminada?

Ao mesmo tempo pergunto a s. ex.ª se acredita que, nas condições actuaes do thesouro, é possivel satisfazer aos encargos d'este — eu não quero empregar a palavra convenio — d'este projecto, sem haver recurso ao credito?

Espero resposta a estas perguntas, que me parece ter formulado de uma maneira sufficientemente nitida, para em seguida entrar na ordem de considerações que tenho a fazer.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS (Dias Ferreira): — Serei muito breve, porque não quero antecipar as considerações que terei de fazer.

Portanto, quanto á primeira parte, devo dizer que, desde que este projecto foi entregue ao exame da camara, ou desde o dia em que apresentei a minha proposta ás côrtes, o que é o

mesmo, nenhuma reclamação, de especie alguma, sob nenhuma fórma, se apresentou ao governo ácerca do projecto que se discute. Accrescento ainda que, se d'aqui até ao encerramento dos debates, quer n'esta quer na outra casa do parlamento, apparecer alguma reclamação, porque a vir, vem decerto durante os debates, eu immediatamente a communico á camara ou á respectiva commissão, se ella affectar os interesses do Estado.

Quanto á segunda parte, direi que o thesouro póde comportar perfeitamente estes encargos desde que sejam votadas as medidas de receita propostas pelo governo, ou quaesquer outras que as substituam e dêem a receita correspondente para o Estado.

Creio ter satisfeito claramente ás perguntas do illustre deputado.

O ORADOR: — Agradeço muito a resposta, e d'ella infiro, em primeiro logar, que este projecto não é um protocolo de negociações prévias, e pelo contrario está sugeito a todas as eventualidades que possam dar-se nas relações externas. Em segundo logar, havendo na camara propostas de augmento de receita, a mais importante das quaes é representada pelo imposto de consumo, sou tambem levado a inferir da resposta de s. ex.ª que, não se votando o imposto, não haverá recursos sufficientes para o pagamento a que se refere o projecto em discussão. *(Appoiados.)* Taes são as inferencias que eu tiro das duas respostas dadas por s. ex.ª

(Pausa.)

Quando, em janeiro de 1892, eu tive de obedecer a ordens imperiosas que, em minha consciencia, e no cumprimento do meu dever, me obri-

garam a tomar o penoso encargo da gerencia da pasta da fazenda em uma situação tão attribulada como todos conhecem, encontrei o que vou expôr, procurando resumir o mais possivel, para não fatigar a attenção da camara.

Encontrei 23:000 contos de réis de divida fluctuante, dos quaes 16:000 contos de réis de divida fluctuante interna, e 7:000 contos de réis de divida fluctuante externa.

Como a camara sabe, a divida fluctuante interna nunca é objecto de tão serias difficuldades como a externa, cujos vencimentos impreteriveis podem pôr o governo em serias difficuldades.

No proprio dia em que eu entrei nos conselhos da corôa, quer dizer, no dia 18 de janeiro, a divida fluctuante externa tinha um vencimento de 50:000 libras; em 21 de janeiro, outro de 25:000 libras; em 25 de janeiro, outro de 10:000 libras; em 28 de janeiro, outro de 2.800:000 francos; e em 31 de janeiro, outro de 10:000 libras. Quer dizer: na segunda metade do mez de janeiro tinha de pagar mais de 930 contos de réis em ouro.

Isto por um lado. Por outro lado, encontrei o *deficit* do exercicio corrente, que pelos calculos apresentados agora se vê attingir a somma de 13:500 contos de réis. Por outro lado ainda, o premio do ouro regulava por 30 por cento, e a conversão das notas do banco de Portugal estava suspensa, achando-se já estabelecido o regimen do papel em que nos encontrâmos.

Ainda por outro lado, sobre isto que expuz, além d'esta crise financeira, e d'esta crise da circulação, debatiamo-nos com uma crise economica produzida pelas circunstancias em que desde largos annos vinha existindo a sociedade portu-

gueza, como muitas vezes se tem dito n'esta casa, e eu proprio tenho escripto repetidamente.

Está proximamente calculado que o *deficit* de capitaes não era annualmente em Portugal inferior a uma somma de 40:000 a 45:000 contos de réis; e esta somma era supprida por meios que n'um praso mais ou menos largo haviam de produzir as consequencias que hoje estamos soffrendo.

Tenho aqui uma nota das emissões de divida publica desde 1853 até 1890[1]; e suppondo que

[1] Eis a nota:

Divida fundada de 3 por cento			Amortisavel		Fluctuante — Contos de réis
Annos — 30 de junho	Interna — Contos de réis	Externa — Milhares de libras	6 por cento — Contos de réis	5, 4 1/2 e 4 por cento — Contos de réis	
1853	25:704	3:667	—	—	—
1858	58:152	11:290	—	—	—
1863	90:053	17:182	—	—	—
1868	135:499	22:671	—	—	—
1873	204:507	31:571	2:034	—	—
1878	226:291	34:228	14:793	1:377	—
1883	235:681	43:513	16:273	31:435	—
1888	261:790	47:306	—	53:614	—
1889	261:761	46:366	—	87:018	12:683
1890	258:086	46:366	—	104:172	19:565

A divida amortisavel de 6 por cento foi toda convertida em 5 por cento, e, portanto, amortisada.

A de 5 por cento foi convertida em 4 1/2 por cento.

Depois de junho de 1890 emittiu-se o emprestimo de 36:000 contos de réis de 4 1/2 por cento, com garantia sobre o rendimento dos tabacos; mas a divida fluctuante,

os 232:382 contos de réis da divida interna de 3 por cento foram emittidos a 45 por cento, produziram 104:571 contos de réis; supponddo que as £ 42.699.000 da divida externa de 3 por cento foram igualmente emittidas a 45 por cento, produziram 86:454 contos de réis. A divida amortisavel emittida somma 104:172 contos de réis que, a 75, produziram 78:129 contos de réis.

Tudo isto, junto com o emprestimo dos tabacos, e com a divida fluctuante que tinhamos em janeiro de 1892, faz 319:254 contos de réis, que, em quarenta annos, dão uma média annual de 8:000 contos de réis. Quer dizer, o thesouro foi vivendo á custa de 8:000 contos de réis de emprestimo em cada anno. Talvez os *quintos* do Brazil, no seculo XVIII, não tivessem rendido tanto, como no seculo XIX os emprestimos.

N'estas circumstancias, que havia a fazer no governo, para onde eu entrei como quem entra

---

em vez de se amortisar, subia, em janeiro de 1892, a 23:000 contos de réis.

Os encargos totaes da divida em 30 de junho de 1890 eram de 18:904 contos de réis ou 4,2 milhões de libras sterlinas, saindo ao juro medio de 3,189 por cento.

Assim, em quarenta annos, as sommas que Portugal recebeu por emprestimo, podem computar-se d'este modo :

1.º	232:382 contos de réis de 3 por cento interno emittido a 45	104:571
2.º	42:699 mil libras, idem	86:454
3.º	104:172 contos de réis, divida amortisavel emittida a 75	78:129
4.º	36:000 contos de réis, idem	27:000
5.º	Divida fluctuante	23:000
		319:254

Ou sejam 8:000 contos de réis por anno.

n'um hospital de sangue? Que meios havia a empregar para evitar hemorrhagias immediatas e fulminantes?

As difficuldades que havia a debellar eram gravissimas; umas urgentes, outras que não podiam ser vencidas de momento. Mas havia sobretudo a atacar immediatamente dois problemas: um era aquelle de que dependia a conservação da ordem publica; outro era o da liquidação dos encargos do thesouro.

Emquanto á conservação da ordem publica, a primeira medida que havia a tomar era acabar de votar com a maxima rapidez a pauta que então estava em discussão. Essa pauta, contra a qual tantas cousas, e por vezes tão infundadas cousas, se tem dito, foi que salvou Portugal em 1892 de uma cessação de trabalho que teria porventura consequencias gravissimas. *(Appoiados.)*

A' sombra d'essa pauta o trabalho industrial desenvolveu-se.

Isto são factos conhecidos de todos, e que qualquer póde verificar, percorrendo os principaes centros industriaes do paiz. Onde mezes antes havia bandos de operarios esmolando, hoje, e já na segunda metade de 1892, ou pelo menos no ultimo trimestre: hoje, ha operarios, trabalhando com salarios que, se não são elevados, lhes garantem ao menos a subsistencia.

Quanto a mim, era a primeira, a urgentissima necessidade; e por isso no dia immediato áquelle em que me sentei n'uma d'aquellas cadeiras, eu estava aqui na camara continuando a discussão da pauta, e não descansei emquanto a não vi approvada nas duas camaras, e o novo regimen de protecção industrial estabelecido.

Por outro lado, emquanto á situação do the-

souro, tinha um caminho unico a seguir: era o que indicavam as palavras nobres da declaração do illustre presidente do conselho, quando em 17 de janeiro fez a apresentação do ministerio, isto é, um caminho de absoluta franqueza, um caminho de verdade completa e leal.

Foi isso o que inspirou os actos do governo, actos que se seguiram com muito poucos dias de intervallo ás declarações feitas no dia da apresentação do ministerio.

Mas, no caminho da franqueza absoluta, havia de facto duas direcções a tomar: uma era radical e violenta, suspendendo-se os pagamentos por completo, rompendo-se com os credores, preferindo a violencia, embora temeraria, á energia prudente. Não deixava esse alvitre de ter partidarios. Era o caminho da fallencia. A outra era o caminho da composição.

Eu, sr. presidente, não confundo, por modo algum, nem me parece que ninguem deva confundir, a energia verdadeira, que é sempre a alliada da prudencia, com a temeridade, que póde dar golpes mais ou menos atrevidos, mas cujas consequencias são quasi sempre deploraveis para quem os emprega!

No dia 17 apresentei-me n'esta casa, e no dia 30 apresentei ao parlamento a proposta, que veiu a ser transformada na lei que tem a data de 26 de fevereiro. Portanto, doze dias foi o tempo que consumi, desde a entrada no ministerio, na elaboração do systema de medidas que me pareciam urgentemente necessarias para iniciar uma direcção estavel e segura na marcha das finanças portuguezas.

Proseguindo anteriores diligencias, ainda n'este intervallo, mais por encargo de consciencia do

que por outro motivo, sondei o terreno no sentido de se ver se era possivel uma operação que afastasse o doloroso transe da reducção dos pagamentos; mas foram vãs as minhas diligencias, e já de antes se sabia que nenhuma remodelação da divida se conseguiria dos estabelecimentos bancarios europeus, sem condições inadmissiveis por vexatorias. Força era, pois, recorrer áquillo que chamei o caminho da *composição*.

A lei de 26 de fevereiro contém, como se sabe, disposições de varia ordem, e entre ellas a que n'este momento nos interessa de um modo particular: é a que se refere aos credores da divida externa. Quanto á divida interna, propoz o governo, e as camaras approvaram, que se lhe applicasse o imposto já existente, isto é, o imposto do rendimento, elevado a 30 por cento. Quanto á divida externa, no relatorio que precedia a proposta do governo dizia eu o seguinte:

«Tambem então (1852) foi necessario negociar um convenio com os credores estrangeiros, que não partilham comnosco a solidariedade nacional, nem são representados nas nossas assembléas legislativas; e foi necessario, para não ficarmos por mais tempo banidos do concurso das nações acreditadas. E o que então se fez depois, propõe o governo que agora se faça antes.»

Era esta a idéa que me inspirára ao propor ao parlamento a lei de 26 de fevereiro de 1892. Ainda hoje me não arrependo de ter tido uma tal idéa, por isso que o meu modo de pensar agora é exactamente aquelle que era ha um anno. O exemplo de 1852 deve servir de lição. Creio que, emquanto não podermos chegar a adoptar um systema que seja igualmente acceite pelo credor e pelo devedor, um systema que dê satis-

facção reciproca, viveremos sempre uma vida amargurada. E' por isto que eu senti muito a declaração que ouvi ao sr. presidente do conselho. Eu estimaria, com toda a verdade o digo, que s. ex.ª, depois do acto que praticou, visto que não lhe faltou o tempo, pois que decorreram seis mezes entre a publicação do decreto e a abertura do parlamento, trouxesse a esta camara alguma cousa que representasse uma tal ou qual fórmula de accordo, e que não fosse encarregar ao parlamento a execução d'um acto analogo ao proprio que s. ex.ª tinha praticado, isto é, um acto de violencia dictatorial. Por isso, repito, não me arrependo do principio que exarei no relatorio da lei de 26 de fevereiro, e tanto menos razão tenho para me arrepender, quanto o parlamento na sua sabedoria approvou o artigo 6.º da mesma lei que consignára aquelle principio.

Esse artigo diz assim:

«Artigo 6.º Fica o governo auctorisado a negociar com os portadores de titulos da divida publica externa um convenio de conversão pelo qual, garantindo-lhes o pagamento do juro em oiro, e unificando os titulos n'um typo novo, ou mantendo os typos actuaes, os mesmos portadores transformem até ao maximo de metade do capital, ou acceitem pagamento de até metade dos seus juros, em cedulas do thesouro, com ou sem juro, amortisaveis com ou sem premios, pela verba annual que para esse effeito fôr destinada e pelo modo que fôr estabelecido.

«§ unico. São para este effeito considerados titulos de divida publica externa todas as obrigações amortisaveis não comprehendidas na excepção do § unico do artigo 3.º»

Quem reparar na redacção d'este artigo, que,

com effeito, é arrevezada, ha de ver o proposito de introduzir dentro d'elle todas as hypotheses possiveis de convenio: quer dizer, a reducção do capital ou do juro, a capitalisação dos juros, a emissão das cedulas; emfim todas as hypotheses possiveis. Era precisamente isso que se queria, pois era necessario que o governo ficasse auctorisado a negociar em todas as condições, porque o governo não podia *a priori* determinar quaes as conveniencias, ou exigencias, das negociações que ía entabolar. Não estava longe do meu pensamento, ao contrario, era uma idéa que tinha presente e considerava da maior vantagem, a de reduzir em vez do juro o capital. As vantagens da reducção do capital sobre a reducção do juro eram obvias para nós, e tambem de facto reaes para os credores; a verdade, porém, é que esse alvitre foi *in limine* regeitado por todos os delegados dos credores. Recordando a historia recente da nossa vizinha Hespanha, que chegou, sim, a fazer uma reducção do capital por meio de uma conversão, mas depois de ter vivido alguns annos no systema de suspensão total ou parcial de pagamentos, sabia, porém, e não é novidade para ninguem, que a reducção dos juros havia de fatalmente levar, em praso mais ou menos longo, á reducção do capital.

Ora é escusado lembrar que o pensamento de entabolar negociações com os credores não era um pensamento exclusivamente meu, mas sim de todo o governo; e nem n'isto podia haver pensamento individual de um ministro, senão programma solidario do ministerio.

Esse pensamento tornou-se depois commum ao paiz, pois as camaras, por quasi unanimidade, votaram a proposta do governo; e n'este mo-

mento seja-me licito agradecer, com a maior sinceridade, ao parlamento portuguez a prova immerecida de confiança com que me honrou; lamentando profundamente não ver hoje reproduzir-se a mesma situação de ha um anno, quando as camaras se apresentavam animadas por um movimento sincero e profundo de patriotismo e de abnegação séria e dedicada, que ha de ficar na historia; porque uma camara composta em grande parte de funccionarios publicos, e que votou uma somma de reducções tão importantes nos vencimentos dos servidores do estado, é digna de elogio e renome.

Mas, quando a questão se apresentou n'estes termos perante o parlamento portuguez, succedeu mais que não foram só as camaras, e com ellas o paiz, que applaudiram o governo: foi a propria Europa — a Europa inteira diante da qual nós, sinto dizel-o, e digo-o sem o menor sentimento de aggressão, nem de despeito, depois do decreto de 13 de junho perdemos a reputação — pois a Europa toda fazia justiça aos intuitos e sentimentos do governo e do povo portuguez. Formaram-se, immediatamente á promulgação da lei de 26 de fevereiro e até antes d'ella, desde que viram que as cousas se encaminhavam para uma reducção de juros, *comités* dos representantes dos credores em diversas praças da Europa: em Berlim, Londres, Bruxellas, Amsterdam, Paris e Lyon. Eu direi que acho ter sido excellente, que se formassem estes *comités*, porque permittiram que o governo portuguez, em vez de collocar a questão da divida na dependencia immediata das negociações diplomaticas e das pressões dos governos, a tratasse directamente com os individuos interessados. Repito: acho

que foi excellente que se formassem estes *comités*, então muito discutidos. Perguntava-se que especie de poderes tinham, e que representavam? Eu não contesto que, sob o aspecto restricto de direito, podesse ser discutida a legitimidade da representação dos credores por via dos delegados dos *comités;* todavia é um facto sabido que em Londres existia já o *Council of foreign bondholders* que não foi formado *ad hoc* e que trata de todas estas questões, sempre que se levanta qualquer conflicto sobre fundos externos com as nações devedoras.

Por outro lado, em Berlim não se formou senão um *comité* que obteve a adhesão de todos os credores. O mesmo succedeu em Amsterdam, em Bruxellas, e em Lyon. Sómente em Paris appareceu, e desappareceu logo, um *comité* que se declarou em opposição. Portanto, emquanto á legitimidade do processo da representação dos credores não me parece que devesse haver motivo para desanimar do exito das negociações; e tanto isto é assim que, mesmo depois da denuncia do convenio, o governo continuou a negociar com esses *comités* tão atacados; e hoje ainda temos pendente um caso, não tão grave como o da divida externa, mas de certo importante: é o caso da companhia real dos caminhos de ferro portuguezes, que está negociando um convenio com os seus obrigacionistas por meio de *comités* constituidos *ad hoc.*

Eu peço desculpa á camara, porque sei que isto é fatigante, é longo. *(Vozes*: Não é, não é.)

Mas necessito contar por miudos toda esta historia *(Appoiados)* porque tambem quero dizer de minha justiça.

Constituidos os differentes *comités* de porta-

dores de divida, enviaram representantes seus a Lisboa; e houve aqui uma serie de conferencias das quaes resultou, não um accordo ou um convenio, que não podia ultimar-se, porque não tinham poderes para isso; mas o estabelecimento de bases que serviram de discussão para as negociações ulteriores.

Vou apontar á camara as disposições d'este protocollo, se assim póde chamar-se, que tem a data de 20 de março de 1892. O artigo 1.º diz:

«Article 1.er En conformité avec l'article 8eme de la loi du 26 février 1892, les intérêts de la dette consolidée extérieure, perpétuelle et amortissable, son réduits à 50 pour cent.

«Les intérêts, avant la réduction, etant de

	Contos	Francs
3 % perpétuel.........	6:164	33.902:000
4 1/2 % amortissable....	3:626	19.943:000
4 % amortissable......	452	2.486:000
Total...	10:242	56.331:000
la moitié est..........	5:121	28.165:500

«Les intérêts réduits de 50 pour cent seront payés en or aux échéances habituelles, les 1er avril et 1er octobre pour la dette 4 1/2 et 4 pour cent, et les 1er janvier et 1er juillet pour la dette 3 pour cent perpétuelle.»

Convém notar aqui que a reducção é formal e completa: é uma reducção que não deixa vestigios; não ha titulos deferidos, nem certificados, nem reserva de direitos.

«Article 2ème Les obligations de la dette 4 ½ et 4 pour cent étant amortissables au pair en soixante quinze ans, l'amortissement à 500 francs continuera à fonctionner pour ces deux types de rente, conformément au tableau d'amortissement déjà établi, et les titres sortis seront remboursés en or aux échéances habituelles. Le gouvernement portugais maintiendra dans son budget l'annuité nécessaire à cette amortissement.»

E' exactamente o que manteve o decreto de 13 de junho.

«Article 3ème Cette réduction de moitié des intérêts de la dette extérieure n'implique en aucune façon la reduction de moitié du capital; et les titres anciens continueront á circuler dans leur forme actuelle, revêtus d'une estampille mentionnant la réduction d'intérêts, sans dénaturer le nominal du titre qui reste pour

Le 3 pour cent....	100$000 réis	100 pour cent
Le 4 ½ pour cent..	90$000 »	500 francs
Le 4 pour cent....	90$000 »	500 »

É exactamente o que manteve tambem o decreto de 13 de junho. A reducção de juro não implica a reducção do capital.

Article 4ème En garantie de l'exécution de cette convention, le gouvernement affectera spécialement les revenus des douanes du royaume, disponibles après le service de l'emprunt de liquidation dont il sera fait mention plus loin. Ces revenus etant évalués pour 1892-1893 à 14:000 contos, soit 77.000:000 francs, la différence ou

solde après exécution des conventions relatives à la dette extérieure, sera affectée au service de la dette intérieure.

«Article 5ème Pour la bonne éxecution de ces conventions et pour donner aux créanciers des garanties qui leur offrent toute sécurité dans l'avenir, les sommes nécessaires au service réduit de la dette extérieure et intérieure, et à prendre sur les revenus des douanes, seront versées à la banque de Portugal, laquelle fera hebdomadairement la remise à l'étranger de la somme affectée à la dette extérieure.»

E' mister não exagerar a significação do facto da consignação de rendimentos, nos termos estabelecidos. Ha uma grande differença entre a consignação de que fala o artigo 4.º e a consignaçào, por exemplo, do nosso emprestimo dos tabacos. São duas coisas inteiramente differentes, e o preceito do artigo 4.º quer dizer apenas que os rendimentos da alfandega são applicados ao pagamento dos encargos da divida. E' o que succederia, e succede, sem a clausula expressa. Não havendo detenção da receita consignada, a consignação reduz-se a uma clausula quasi, com effeito, ociosa. De resto, o processo das dotações fixadas sobre certos rendimentos publicos é o processo historico da nossa divida, e o fundamento da organisação da junta do credito publico, a cuja constituição alludia a lei de 26 de fevereiro.

Com parte das receitas das alfandegas constituia-se uma dotação, que era diariamente entregue á junta do credito publico, ou «junta dos juros dos reaes emprestimos», como d'antes se chamava

O artigo 6.º diz o seguinte:

«Article 6ème Afin de liquider le déficit de 1891-92 ainsi que la dette flottante, et pour garantir le service de la dette extérieure pendant deux ans, sans aggraver le cours du change dans la période de crise économique actuelle, le gouvernement portugais a l'intention de contracter un emprunt de liquidation dont l'émission et les versements seront échellonnés d'après les échéances des payements à faire.

«Le montant maximum de cet emprunt sera de 100 millions de francs, amortissable en quinze ans au moyen d'une annuité provisoirement calculée à environ 10 millions de francs. Toutefois le gouvernement se réserve la faculté de remettre aux porteurs de la dette extérieure en payement de leurs coupons échus à partir du 1er avril 1892 jusqu'au 31 mars 1894 des *bonds* provisoires, qui seront échangés contre des titres de l'emprunt ci-dessus mentionné.»

O emprestimo parecia então uma especie de chimera, e eu proprio tão pouco acreditava na sua collocação que insisti pela clausula da capitalisação da metade dos juros a pagar nos dois annos, pois sabia que durante elles, no periodo transitorio da nossa reconstituição financeira, quaesquer exportações de oiro seriam ruinosas, atacando pela raiz o proprio plano que me guiava.

De certo o nosso mal chronico foi, sabidamente, o exagero com que recorremos ao credito para solver os *deficits* orçamentaes; mas n'este momento critico, o exemplo de todas as circumstancias analogas em paizes estrangeiros nos estava dizendo que só com a importação de oiro se poderia atalhar a crise de circulação, na

permanencia da qual seriam vãos todos os esforços para reorganisar as finanças.

O emprestimo, cujos fins ficavam indicados, serviria para dar ao paiz o desafogo necessario, permittindo a reorganisação financeira; ao mesmo tempo que, pela suppressão completa, ou quasi, do premio do oiro, se resolvia a crise da circulação.

N'esta occasião, repito, ninguem contestava a conveniencia; ninguem: nem os ministros, nem fóra do gabinete. Pelo contrario, consideravam-n'o uma chimera irrealisavel.

Todos pensavam que seria excellente, mas duvidavam todos de que houvesse quem emprestasse cinco réis ao governo, nas condições em que elle se encontrava, isto é, no dia immediato áquelle em que vinha impôr uma reducção de 50 por cento dos juros da divida, e depois do emprestimo dos tabacos emittido em condições tão onerosas.

O artigo 6.º, como já disse, previne tambem a hypothese do governo não poder realisar o emprestimo, obtendo por essa fórma uma quantia sonante. Em tal caso, o governo emittiria novos titulos de divida representativos de quatro semestres da divida externa, quer dizer, um emprestimo, cujos tomadores seriam os proprios portadores dos titulos da divida publica.

Assim se prevenia, em todos os casos, a exportação de oiro que o decreto de 13 de junho tornou necessaria, deixando o thesouro á mercê da agiotagem.

O artigo 7.º fixa os rendimentos que de futuro deveriam ser applicados ao augmento do pagamento de juros até ao restabelecimento futuro da integralidade. Diz assim:

«Article 7.ème Au remboursement de la moitié des intérêts non payés aux échéances, seront affectés:

a) L'annuité de 10 millions de francs dès que l'amortissement de l'emprunt de liquidation sera terminé;

b) Moitié de l'augmentation du revenu des douanes sur le chiffre de 14:000 contos, ou francs 77.000:000, calculés pour 1892-1893.

«Si, après la période de cinq années, qui suivra la ratification de la présente convention, le revenu des douanes n'excedait pas de 5 millions de francs le chiffre de 14:000 contos prévu ci-dessus, le gouvernement prendra dans les ressources ordinaires de son budget la somme de 2 1/2 millions de francs environ, pour être affectée au remboursement de la moitié des intérêts non payés aux échéances.

«Si, après la seconde période de cinq années, le revenu des douanes n'excédait pas de 10 millions de francs le même chiffre de 14:000 contos, le gouvernement prendra dans les ressources ordinaires de son budget la somme de 5 millions de francs environ, pour la même affectation.

«Enfin, après la troisième période de cinq années, l'affectation minime s'augmentera des 10 millions de francs, devenus libres par l'amortissement complet de l'emprunt de liquidation.»

Depois, os artigos 8.º e 9.º estabeleciam duas formulas hypotheticas de applicação d'estes rendimentos futuros:

«(Le montant de ces deux ressources sera appliqué selon la formule préférée par les créanciers:)

Prémière hypothèse

«Article 8ème Les ressources mentionnées à l'article 7ème seront appliquées à augmenter progressivement le montant de l'intérêt payé régulièrement aux échéances, jusqu'à concurrence de 3, 4 et 4 1/2 pour cent respectivement.

«Article 9ème Dans le cas où la taxe de l'impôt sur le revenu, à laquelle sont assujetis les titres de la dette publique intérieure, taxe fixée par l'article 4ème de la loi du 26 février 1892 à 30 pour cent, viendrait à être reduite, cette réduction devra s'appliquer également et dans les mêmes proportions aux porteurs de la dette consolidée extérieure.

Deuxième hypothèse

«Article 8éme *a)* En représentation de la moitié des intérêts non payée, le gouvernement émettra des titres amortissables, par voie de tirage ou de rachat, sans intérêt, capitalisant à 5 pour cent la dite moitié.

«Pour un titre de 100$000 réis, rente perpetuelle 3 pour cent, 30$000 réis. 30 pour cent.

«Pour un titre de 90$000 réis, amortissable 4 1/2 pour cent, 41$500 réis. 225 francs.

«Pour un titre de 90$000 réis, amortissable 4 pour cent, 36$000 réis. 200 francs.

«Article 9ème *a)* Les ressources mentionnées à l'article 7ème seront appliquées à augmenter progressivement l'amortissement des titres créés en représentation de la moitié de l'intérêt capitalisé.»

N'uma hypothese, os 50 por cento que deixavam de ser pagos, eram capitalisados, e por esses 50 por cento davam-se titulos de uma divida nova, sem juro. Na outra hypothese não havia capitalisação, mas em periodos subsequentes ia augmentando o pagamento aos credores até se restabelecer a integralidade.

«Article 10ème Conformément à l'article 9eme de la loi du 26 fèvrier 1892, les porteurs de dette extèrieurę 3 pour cent perpétuelle et de dette amortissable 4 et 4 1/2 pour cent qui n'accepteraient pas la prèsente convention seront assimilés aux porteurs de la dette intèrieure, et seront traités conformément aux dispositions de l'article 4ème, c'est-à-dire, qu'ils recevront leurs intèrêts en monnaie courante dans le pays et sous la déduction d'un impôt de 30 pour cent.»

O artigo 10.º, finalmente, conformando-se com a disposição do artigo 8.º da lei de 26 de fevereiro de 1892, estabelecia que os portadores da divida externa, tanto da consolidada, como dos titulos amortisaveis de 4 e 4 1/2 por cento, que não acceitassem a presente convenção, entrariam no regimen da divida interna.

E' sabido que o artigo 5.º da lei de 26 de fevereiro facultava por outro lado aos portadores da divida interna a conversão em externa, nos termos do convenio, ficando por tal fórma equiparadas, nos direitos ao tratamento, as duas especies dos credores.

Tal era o projecto de accordo assignado em 20 de março de 1892; projecto, digo, porque os delegados não tinham poderes sufficientes para assignar um convenio, e porque até então não

tinham desistido ainda da idéa de alcançarem uma fiscalisação, ou *controle*, sobre a percepção das consignações.

Essa idéa vinha de traz e chegára a tomar um certo corpo, em planos abandonados de conversões anteriores. Mas isto não vem propriamente para o caso de agora.

O caso é que com este projecto partiram os delegados para Paris e officiaram ao governo portuguez dizendo que o consideravam como base de negociações, e, portanto, pediam que o governo nomeasse um delegado seu para, em Paris, proseguir as negociações.

Com effeito, o governo nomeou esse delegado, que foi o sr. conselheiro Antonio de Serpa. O governo obteve do sr. Antonio de Serpa o singular favor de, com sacrificio dos seus interesses e da sua saude, e até com offensa de certos melindres, prestar ao paiz um serviço, tanto mais inestimavel, quanto raros se encontravam nas condições indispensaveis para o fazer. Seja-me licito renovar aqui o preito do meu profundo agradecimento a s. ex.ª

E' claro que, encarregando-se d'esta missão, que recebia directamente das mãos do sr. presidente do conselho e das minhas, o sr. Antonio de Serpa conhecia as bases da negociação e concordava com ellas, ao mesmo tempo que concordava na rejeição completa de qualquer fiscalisação externa.

Estamos pois chegados ás negociações de Paris.

O primeiro momento d'essa negociação abre com o telegramma de 17 de abril, em que o sr. Serpa me dizia textualmente o seguinte:

«*Comité* insiste por junta ou commissão com-

posta de maioria estrangeira que receba directamente a receita da alfandega. Recusei absolutamente; mas pedem-me telegraphe ao governo, pedindo resposta definitiva. Recusam sobretudo o banco de Portugal. Offereci antiga junta do credito publico, convenientemente modificada, mas sem estrangeiros. Não acceitaram com esta clausula. Peço resposta breve, porque allemães e hollandezes não pódem demorar-se.—*Serpa.*»

N'esse mesmo dia, depois de ouvido o conselho de ministros, respondi ao sr. Serpa:

«O governo ratifica as declarações de v. ex.ª Tem provadamente mostrado estar prompto a fazer todos os sacrificios e a dar todas as garantias compativeis com a dignidade nacional. A ingerencia estrangeira na fiscalisação ou arrecadação insurreccionaria o sentimento publico, levantando difficuldades que resultariam em detrimento dos interesses dos proprios credores. Convençam-se elles de que são solidarios comnosco na manutenção da ordem publica. Approvando, pois, completamente a attitude de v. ex.ª o governo agradece-a — *Oliveira Martins.*»

No dia 22 telegrapha o sr. Serpa de Paris:

«*Comité* cede do *contrôle* estrangeiro com estas condições: 1.º, o governo compromette-se a entregar cada semana, ou cada mez, das receitas das alfandegas, ao banco, sociedade, ou commissão que os *comités* designarem, a somma correspondente ao mez, ou semana, sufficiente para que no fim de cada anno, os credores estrangeiros sejam pagos dos juros dos seus titulos

e do capital dos que forem amortisados, mais o que for necessario para o cambio; 2.°, *comité* propõe, em substituição ao artigo 7.° das bases do governo, o seguinte. «Au bout des cinq années qui suivront la ratification de la présente convention, l'intérêt sera porté de 50 à 60 pour cent; au bout de la deuxième année, de 60 à 70 pour cent; au bout de la quinzième année, de 70 à 80 pour cent; et à partir de 1926, au plus tard, l'intérêt devra être rétabli à son taux primitif. En garantie de cet engagement le gouvernement affecte: *primo*, l'annuité attribuée au service de l'emprunt de liquidation, lorsque au bout de quinze ans elle deviendra disponible; *deuxièmement*, l'annuité attribuée au service de l'emprunt dit des tabacs, de 1891, quand cette annuité deviendra libre en 1926». Peço me diga se acceita a substituição do *contrôle* na fórma indicada, e bem assim a substituição do art. 7.° D'esta ultima creio que não fazem grande questão. — *Serpa.*»

No dia 23, depois de igualmente ouvido o conselho de ministros, porque, como a camara perfeitamente comprehende, nenhum d'estes actos podia ser praticado senão ouvidos todos os ministros; n'esse dia 23 respondia eu ao sr. Serpa:

«O abandono da intervenção estrangeira é um grande passo andado; mas a entrega dos rendimentos a estabelecimento que não seja a junta do credito publico, ou o banco de Portugal, não o acho admissivel, como ainda hontem declarei ao delegado allemão aqui, que é quem inspira o *comité* allemão. A hypothese de um banco novo em Lisboa para receber as presta-

ções já fôra aventada; mas cáe sob a mesma critica da commissão de fiscalisação, tendo alem d'isso o inconveniente do risco, pois as prestações entregues até ao pagamento do coupon ficariam em poder do banco. Conforme disse aqui ao delegado allemão, a fórma acceitavel seria entregar as prestações ao banco de Portugal, para elle as remetter para fóra, ao banco de França, por exemplo, ficando ahi em deposito, consignadas ao pagamento dos coupons. E' a garantia positiva dos credores sem offender melindres politicos. Quanto á substituição do artigo 7.º acho excessiva a obrigação que é o duplo da proposta. Duvido que se possa cumprir, e por isso não vejo a utilidade de a consignar n'um accordo em que o interesse de ambas as partes é encontrar uma combinação viavel. Disse-me hoje o delegado allemão que dera instrucções para Paris para não romperem as negociações e assentarem nas condições financeiras, emquanto se não chega a um accordo na questão da fórma do pagamento. — *Oliveira Martins.*»

Estava, portanto, posta completamente de parte pela primeira vez, e devido aos esforços do sr. Serpa Pimentel em Paris e á attitude do governo n'este sentido: estava, digo, posta de parte a idéa de um *contrôle*, ou fiscalisação estrangeira.

Entramos, portanto, no segundo momento das negociações.

Telegraphava de Paris, em 28 de abril, o sr. Serpa:

«Peço me diga se approva a seguinte formula:

«Le gouvernement s'engage à deposer chaque semaine, ou chaque mois, sur les recettes des douanes, à la banque de France, la somme correspondante à la semaine, ou au mois, suffisante pour qu'à la fin de chaque année les creanciers étrangers soient payés des intérêts de leurs titres et du capital de ceux qui seront amortis; ou à verser cette somme à Lisbonne entre les mains du, ou des agents agrées par la banque de France, avec le surplus nécessaire pour payer le change.

«A reunião do *comitè* francez com os delegados estrangeiros será na proxima terça feira.—*Serpa.*»

De 28 de abril era este telegramma, e no dia 29 respondi, é claro, de accordo com o conselho de ministros, ao sr. Serpa:

«O governo approva a seguinte formula:

«Le gouvernement versera chaque semaine, ou chaque mois, sur les recettes des douanes, à la banque de France, la somme correspondante à la semaine, ou au mois, suffisante pour qu'à la fin de chaque année les créanciers étrangers soient payés des intérêts de leurs titres et du capital de ceux qui seront amortis, avec le surplus nécessaire pour payer le change.

«Crê o governo que, nas palavras «banco de França» está incluida a idéa da percepção por via dos representantes do mesmo banco em Lisboa; e esta circumstancia é tanto menos importante, quanto por dois annos nada haverá que

pagar aqui, pois o serviço da divida externa será satisfeito com o producto do emprestimo. A intervenção dos agentes em Lisboa, claramente expressa no convenio, traria complicações politicas. Se, porém, v. ex.ª entender indispensavel á conclusão do convenio esta condição, póde fazer-se do seguinte modo: à la banque de France, soit à son siège à Paris, soit à l'établissement national chargé de son agence à Lisbonne.

E' claro que, em qualquer caso, se têem de manter os termos da condição 6.ª das bases. Convem não annuir á duplicação do augmento de juro; mas sim limital-o ao equivalente da condição 7.ª das bases, isto é, 55 por cento ao fim de cinco annos; 60, ao fim de dez; e 70, ao fim de quinze. Cumpre não exagerar os favores á divida externa, pois pela lei os portadores da interna têem o direito de se acolher ao regimen do convenio e augmentar-se-íam as difficuldades financeiras do futuro. Como o banco de França não abonará juro pelas sommas em deposito, conviria obter d'elle o encarregar-se do pagamento dos coupons sem commissão, ou com encargo minimo. O effeito para o credito portuguez seria excellente. — *Oliveira Martins.*»

E assim termina o segundo momento da negociação, em que, posta de parte a idéa da fiscalisação estrangeira, se procura uma formula que concilie os desejos do governo portuguez e os dos credores. A hypothese do banco de França falhou, e logo se entrou no terceiro momento, que é o seguinte:

Em 8 de maio, telegrapha de Paris o sr. Serpa:

«Les principaux membres du comité m'ont informé être d'accord pour accepter formule sui-

vante: *primo:* Le gouvernement prend l'engagement de faire le prelevement et consignation hebdomadaire sur les recettes des douanes au compte des porteurs de la dette extérieure, des sommes destinées au service en or à l'étranger des intérêts et de l'amortissement des titres de cette dette; *secundo:* Ces prelevements et consignations doivent representer pour chaque semaine la 54me partie de la somme nécessaire au service total de la dette exterieure, de manière que les charges de chaque trimestre soient assurés en temps utile; *tertio:* Ces sommes qui doivent comprendre tous le frais de transfert, charges et commissions seront versées à Lisbonne à telle banque, societé, ou personne que les *comités* permanents des porteurs de la dette exterieure, constitués à l'étranger en vertu de cette convention indiqueront, avec faculté de remplacement à toute epoque; *quarto:* Le gouvernement sera officiellement informé par ces *comités* de la nomination ou remplacement de la banque, société, ou personne que ceux-ci designent pour l'execution des operations précitées, et la responsabilité du gouvernement envers les porteurs de la dette exterieure cesse au fur et à mesure des versements à faire; *quinto:* Le transfert des sommes qui auront eté perçues à Lisbonne sera fait au credit des porteurs de la dette exterieure aux établissements ou banquiers actuellement chargés du service de la dette portugaise à l'étranger, ou à ceux que le gouvernement pourra ulterieurement designer. — Suis d'accôrd avec le *comité*. Je considère cette formule tout à fait satisfaisante, et je l'ai acceptée sous la reserve de votre approbation. Je vous prie de me faire connaître votre decision. — *Serpa.*»

Era a primeira vez que o sr. Serpa, de Paris, se não limitava a communicar as propostas que lhe tinham sido feitas; era a primeira vez, que transmittia um resultado de negociações, um accordo a que chegára com os delegados do *comité*. E fazia-o expressamente sentir nas ultimas palavras do seu despacho.

Comprehende-se, portanto, a gravidade d'este telegramma.

Presente ao conselho de ministros, — e não tenho a mais pequena duvida de alludir a este facto, por isso que é já do dominio publico, por ter sido relatado na camara dos dignos pares do reino, — as opiniões dividiram-se, votando pela rejeição tres ministros e pela approvação outros tres, pois um estava ausente. Os que approvavam declararam logo que apresentariam a sua demissão, caso o convenio viesse a mallograr-se. Tendo alguem notado que havia empate, fui eu quem disse: «N'esta questão não póde dar se empate. Ainda quando todo o conselho de ministros votasse n'um sentido, e o sr. presidente do conselho votasse em sentido opposto, como isto não é um facto administrativo particular á gerencia d'uma pasta, mas sim uma questão essencialmente politica, s. ex.ª, que é o responsavel pela politica do ministerio, tem um voto decisivo. Portanto, para mim não ha empate. Apezar da divergencia de votos que se observa, temos de seguir aquillo que o sr. presidente do conselho diz ser a sua opinião indestructivel.» A sua opinião indestructivel era a volta ao texto do telegramma anterior em que se exigia a inserção do adjectivo *nacional*.

Telegraphou-se, portanto, ao sr. Antonio de Serpa no dia 9, dizendo:

«Après longue discussion sur formule proposée, le conseil des ministres approuve texte, sauf, dans les articles 3° et 4° les mots *banque, societé ou personne* qui devraient être substitués par *établissement national*, ce qui n'importe exclusion de l'idée de substitution future de cet établissement, moyennant accord des comités avec gouvernement.— *Oliveira Martins.*»

A este telegramma respondeu o sr. Antonio de Serpa no dia immediato, 10 de maio:

«*Comité* não acceita a substituição das tres palavras que mandei no dia 8. Adiou-se para ámanhã ás quatro horas da tarde para approvação da acta de hoje e parece resolvido a terminar negociação, se eu não fizer alguma nova communicação do governo, que o demova d'esse projecto. Tambem creio que, não se fazendo accôrdo, egualmente se não fará emprestimo. — *Serpa.*»

Em resposta a este telegramma do dia 10 telegraphei eu no dia 11. Quando digo, eu, é o conselho de ministros. Nenhum d'estes telegrammas foi transmittido sem o accordo do conselho de ministros:

«Governo mantem anteriores resoluções.— *Oliveira Martins.*»

Portanto, no primeiro momento, tinha sido afastada a idéa da fiscalisação estrangeira. No segundo momento tinham-se chegado a resolver todos os pontos de divergencia.

Em tudo, absolutamente em tudo, se estava

de accôrdo, excepto unicamente na inserção do adjectivo *nacional*.

Entrâmos agora no quarto e ultimo momento. Começa pelo telegramma de 12 de maio, do sr. Antonio de Serpa que diz assim:

«Je vous prie de me dire si acceptez pour le *tertio* de la formule envoyée dimanche dernier la redaction suivante: Ces sommes qui doivent comprendre tous les frais de transfert, charges et commissions, seront versées à Lisbonne à tel établissement, société ou banque *ayant son siege* à Lisbonne que les comités permanents des porteurs de la dette exterieure, constitués à l'étranger en vertu de cette convention, indiqueront avec faculté de remplacement à toute epoque et dans les mêmes conditions.— Je vous prie de me répondre d'urgence. Quelques membres du *comité* se sont rétirés déjà ce soir.— *Serpa.*»

Assim, no dia 12 de maio, o sr. Antonio de Serpa telegraphava para Lisboa, perguntando se se acceitava a formula da entrega a um estabelecimento, sociedade ou banco que tivesse a sua séde, entenda-se bem esta palavra, a sua séde em Lisboa.

Quando, em minha casa, recebi este telegramma do dia 12, eram dez horas da noite. Estava a ponto de saír para uma das legações estrangeiras em Lisboa, onde devia encontrar-me com os meus collegas no ministerio, e com verdadeira alegria e uma satisfação absolutamente ingenua, metti este telegramma na algibeira, dizendo: «Está tudo resolvido, já não ha mais questões», porque eu não comprehendia que differença podesse haver entre estabelecimento na-

cional e estabelecimento que tivesse a sua séde em Lisboa.

Parece-me que é offender a intelligencia da camara dizer-lhe que um estabelecimento que tem a sua séde em Lisboa é nacional; *(Appoiados)* não póde haver estabelecimentos estrangeiros com a sua séde em Lisboa; pódem estabelecimentos estrangeiros ter agencias ou succursaes, mas a séde, não.

Portanto dizia eu para mim: «Esta questão está resolvida, e creio que se conseguiu uma grande cousa».

Communiquei o meu telegramma aos meus collegas, mas com surpreza minha, vi que da parte do sr. presidente do conselho se levantava uma resistencia insistente. Dizia-me: «Eu não acceito senão a palavra *nacional;* sem a palavra *nacional* não acceito.»

Observei que não podiamos entrar n'uma discussão na casa onde estavamos, e pedi a s. ex.ª para reunir o conselho de ministros na manhã seguinte, a fim de debatermos o assumpto. S. ex.ª concordou commigo.

Pouco depois era procurado pelo meu collega sr Costa Lobo, que vinha dizer-me da parte do sr. presidente do conselho não haver necessidade de reunir o conselho de ministros, porque elle não queria senão o adjectivo *nacional.*

Diante de um facto tão extraordinariamente anormal percebi que por força havia um pensamento reservado, e um motivo qualquer, pelo qual eu não merecia a confiança do sr. presidente do conselho; e n'estas circumstancias, pesando bem a gravidade da decisão, ao chegar a casa, dirigi ao sr. Serpa o meu telegramma de 13 de maio:

«President du conseil répondra à votre dépeche. J'ai cru devoir m'abstenir de poursuivre négotiation. Veuillez croire à ma reconnaissance illimitée pour vous services dévoués. — *Oliveira Martins.*»

E horas depois, de manhã, na mesma data, escrevi ao sr. presidente do conselho a seguinte carta, que não tenho duvida em lêr, por ser official, e sem caracter particular:

«Lisboa, 13 de maio de 1892. — Ill.mo e ex.mo sr. presidente do conselho de ministros. — Tendo-me o nosso collega dos negocios estrangeiros participado hontem, em casa de sir George Petre, depois de conhecido o texto do ultimo telegramma do sr. A. de Serpa, que v. ex.a resolvera não convocar o conselho de ministros, pois entendia dever responder-se negativamente ao mesmo telegramma, cumpre-me ratificar a minha declaração verbal de hontem e que hoje faria em conselho se o houvesse, isto é, que não me sinto com forças para, pela segunda vez, rejeitar as propostas de accordo do nosso delegado em Paris; e que por isso rogo a v. ex.a o obsequio de tomar sobre si esse encargo. Cumpre-me ainda participar a v. ex.a que, de volta a casa, esta madrugada, telegraphei ao sr. A. de Serpa nos termos seguintes (os do telegramma anterior). —De v. ex.a, collega muito obrigado, *Oliveira Martins.*»

Ora, de certo, a mais de uma das pessoas que me ouvem occorre perguntar: Mas porque é que, imaginando o ministro que tinha deixado de ter a confiança do presidente do con-

selho, não entregou a esse presidente a sua demissão, em vez de lhe entregar a sequencia das negociações?

Eu explico o motivo: é porque receiava, e com fundamento, que uma crise ministerial n'aquelle momento tivesse consequencias funestas para a ultimação do accordo, que se estava negociando, e ao qual eu e todos ligavamos a maxima importancia. Eu não podia de modo algum, por um acto que dizia respeito, unica e exclusivamente, á minha pessoa, sacrificar aquillo que entendia ser de interesse publico, e gravissimo interesse publico. Julgava que o não devia fazer, que não tinha auctoridade para o fazer; e por isso me limitei por então a entregar ao sr. presidente do conselho a resolução do negocio. Se me não podia demittir, declarando uma crise, tão pouco podia proseguir nas negociações depois do que se passára, porque isso era offensivo para a minha dignidade.

Deferindo para o sr. presidente do conselho a negociação, reservava para mim a escolha da occasião opportuna para pôr a questão ministerial, pois evidentemente, desde o momento em que tinha escripto a carta de 13 de maio, a minha permanencia no ministerio não podia ser mais do que provisoria.

Além d'isto, e não quero tambem escondel-o á camara, havia outro pensamento, e este pessoal e egoista. Circulava na imprensa o boato de que, na questão do convenio, havia dois partidos: um dos homens subservientes, que se submettiam ao estrangeiro, que queriam a imposição da commissão de fiscalisação, que queriam condições attentatorias da dignidade nacional; e o outro partido, o dos homens nobres, generosos e fortes,

a cuja frente estava o sr. presidente do conselho, que repelliam por completo toda e qualquer intervenção que fosse offensiva para os brios da nação.

Hoje, por fortuna, posso mostrar publicamente, com documentos em mão, a falsidade de taes affirmações. Nunca, ninguem, admittiu sequer a possibilidade do consentimento de qualquer clausula offensiva para a dignidade da nossa querida patria. Os documentos, que a camara ouviu lêr, mostram-lhe qual e de que natureza era a verdade escondida sob taes accusações.

Mas, n'aquelle momento, eu não podia, sem quebra dos deveres mais sagrados, tornar publica esta pendencia, e o resultado, crudelissimo para mim, seria ter de saír do ministerio com o labeu de um homem que não é patriota. *(Vozes:*— Muito bem.) Eis ahi porque não saí do ministerio e deferi a continuação das negociações ao sr. presidente do conselho; e quando, em 25 de maio, chegou o telegramma do sr. Serpa, dizendo: «o convenio está assignado, o emprestimo está feito», n'esse dia procurei logo o sr. presidente do conselho em sua casa e disse-lhe: «agora chegou o momento de declarar a crise, e estou prompto a saír, quando quizer. *(Vozes:*—Muito bem.)

(Pausa)

Ora, com effeito, nenhum dos ministros estava disposto a acceitar qualquer condição que podesse, nem de longe, ser attentatoria da dignidade nacional. Creio que os documentos, que acabo de lêr á camara, são prova irrefragavel d'este facto; comtudo não ha duvida que eu, pela minha parte, talvez pela natureza do cargo que occupava, receiava muito as consequencias que traria um rompimento das negociações do

convenio; ao passo que outros collegas meus, e acima de todos o sr. presidente do conselho, que foi quem posteriormente o rejeitou, não pensavam assim, e entendiam que facilmente se podiam romper as negociações e deixar de fazer o convenio. Bastava declarar que não se pagava!

Com effeito, parecia que isto era simples. Eu ouvi muitas vezes dizer que não havia receio de virem esquadras ao Tejo, como foram a Alexandria. Mas do que eu tinha medo não era das esquadras, nem das balas de artilheria; do que eu tinha medo era das balas de papel com que estamos sendo bombardeados: *(Appoiados)* do que eu tinha medo era de 50:000 contos de réis de emissão de notas, e que hão de ir mais além; do que eu tinha medo era do agio chronico do oiro á rasão de 25 a 30 por cento. E tudo isto é que o convenio e o emprestimo eram destinados a evitar.

Não ha um só facto de intervenção armada na Europa por questões de divida. Qualquer pessoa medianamente lida na historia o sabe; mas todos sabem tambem as consequencias do recurso ao papel moeda.

Não era uma intervenção armada que eu temia; o que eu temia eram os resultados economicos da falta de um convenio, convenio que era a condição *sine qua non* de se obter para Portugal uma somma de oiro sufficiente para restabelecer a confiança e para liquidar a crise da circulação, sem a liquidação da qual são inuteis, como terei occasião de demonstrar mais desenvolvidamente, todas as tentativas, todos os esforços que se façam para resolver a questão financeira.

Chegou, portanto, o momento de chamar a

attenção da camara para o assumpto parallelo ao convenio: para o emprestimo.

A respeito do emprestimo, eu com effeito pouco sei; pois, até á minha saída do ministerio, não tive mais que as noticias de um telegramma, recebido do agente do governo, telegramma que vou ler á camara, communicando-me os termos em que estava ajustado:

«París, 5 de maio.—Sob condição de se concluir o convenio com os credores e de approvação pelo governo portuguez, contratei o emprestimo de 100 milhões effectivos com a casa Cassel de Londres, representante de um importante grupo financeiro, nas condições seguintes: 1.ª, typo da obrigação 5 %; 2.ª, 2/3 tomado firme a 78 e 1/3 em opção a 80; 3.ª, duração da opção, até fim de dezembro; 4.ª se a emissão se fizer acima de 82, o thesouro receberá metade do excedente; 5.ª, as despezas geraes da emissão, taes como commissões, corretagens, impressão de titulos, sêllo e publicidade, a cargo do thesouro, não podem exceder 3 %; 6.ª, os portadores dos coupons dos dois titulos actuaes têem direito de preferencia na subscripção do emprestimo, trocando os coupons. Espero que estas condições sejam consideradas satisfactorias.—*Burnay.*»

Taes foram as ultimas noticias que tive do emprestimo, pois, tanto as relações com o negociador do convenio, como as do agente financeiro do governo, passaram para as mãos do sr. presidente do conselho.

Não é licito apreciar esta operação fóra das condições excepcionaes em que se realisava; mas desde logo é mister observar que não havia pe-

nhor nenhum especial, como antes, em melhores condições relativas, se dera com o emprestimo dos tabacos; devendo ao mesmo tempo lembrar que o facto de um grupo financeiro novo se tornar solidario com a situação tambem nova do thesouro portuguez, era um penhor de rapida resolução da crise monetaria que nos esmaga cada dia mais. Se o emprestimo era mau, negociassem outro melhor; mas não fôssem, nunca, atrás de uma popularidade inconsciente acclamando a formula vasia «nem convenio, nem emprestimo».

Em boa verdade, não podia deixar de considerar satisfactorias as condições do emprestimo; e todos, no conselho, assim as julgámos então, quando communiquei, como me cumpria, o teor do telegramma recebido. Um mez antes, considerára-se irrealisavel e chimerica a idéa de obter um emprestimo. Agora, no momento em que saía do governo, tanto o convenio, como o emprestimo, eram factos. Assim cumpria que fosse: de outra fórma, argumentar-se-ía hoje que ambos esses planos não tinham jámais passado de esperanças ingenuas da minha phantasia. Como factos, é possivel hoje comparar o que seria, se se tivessem consummado, com o que tristemente é, em consequencia do seu abandono e do regimen creado pelo decreto de 13 de junho. É essa comparação que eu espero poder fazer de maneira a elucidar convenientemente a camara.

Collocado a 75, preço liquido de commissões e gastos de emissão, o emprestimo, do nominal de 125 milhões de francos, ou 250:000 obrigações de 500 francos e 5 por cento, produzia liquido 104 milhões. Só dois terços eram firmes, mas o terço restante ficava em opção a 80,

e por outro lado havia para o thesouro metade do lucro eventual, quando a emissão se fizesse acima de 82. Suppondo tudo realisado a 75, ou 416 francos por obrigação, o juro simples subia de 5 a 6 por cento, e com o premio da amortisação o juro era de 7,12 por cento. A annuidade de juro e amortisação sommava 11.042:787 francos, ou 8,84 por cento sobre o nominal; sendo de cerca de 11 por cento o effectivo, pois a amortisação em quinze annos fazia subir o encargo proximamente de 4 por cento.

Tal era a operação com que eu pensava reconstituir as reservas metallicas do banco de Portugal, restabelecendo a conversão das notas por prata, desde logo, e por oiro desde que, durante tres mezes successivos, o agio não excedesse 5 por cento. Eu mostrarei, a seu tempo, como os recursos do emprestimo bastavam para tanto, e como, posta em via de liquidação a crise de circulação, o premio do oiro, se não desapparecesse de todo logo, se reduziria muitissimo.

No relatorio que precede a proposta de lei de 30 de janeiro de 1892, escrevia eu:

«É verdade que na divida fluctuante entram por muito as sommas suppridas pelo banco de Portugal, a quem o governo concedeu transitoriamente, pelo decreto de 8 de maio de 1891, a inconvertibilidade metallica das notas. Mas nem por isso, nem pelo facto extremamente lisonjeiro para a intelligencia do nosso povo, de as notas terem por toda a parte substituido a moeda metallica, se segue que não seja urgentemente indispensavel saldar, pelo menos em parte consideravel, os debitos ao banco. Não é que o governo entenda opportuno restabelecer a conversão das

notas, emquanto o nosso mercado monetario se conservar n'um estado de crise, pois, em taes condições, toda a moeda metallica lançada na circulação desappareceria. Mas é porque a constituição de reservas metallicas normaes é indispensavel, já para assegurar o credito da circulação fiduciaria, já para impedir que a emissão exceda o limite natural marcado pelas exigencias, limite ainda não transposto, como felizmente o prova a ausencia de agio nas notas. Não se deve confundir com o agio, ou depreciação do papel, o premio do oiro, pois são factos de ordem inteiramente diversa. Desde que o oiro se tornou, de moeda em mercadoria, está sujeito ás oscillações da offerta e da procura; nem se comprehenderia que, se o seu premio traduzisse agio nas notas, esse premio baixasse e subisse de modo vario, emquanto a emissão tem constantemente crescido.

«As notas do banco mantêem, pois, e em rasão, o seu inteiro valor; e para que isso não possa deixar de dar-se, é que é indispensavel reconstituir as reservas metallicas por meio do pagamento, mais ou menos completo, dos debitos do thesouro.»

O que então pensava, penso-o hoje; e por ver que se poz de parte por completo este pensamento, exagerando a emissão a descoberto; é por isso que considero nefasta a politica financeira inaugurada pelo decreto de 13 de junho.

Era excessiva a annuidade de 11.000:000 estabelecida para o emprestimo?

Pois hoje o governo está onerado e ha de continuar a estar, pelo premio do oiro nos paga-

mentos no estrangeiro, em somma superior áquella que custaria o emprestimo.

E se este encargo viesse a tornar-se incomportavel, por excessivamente pesado, creio que, satisfeita a necessidade urgentissima do supprimento do oiro, e liquidada a crise da circulação, não seria extremamente difficil alcançar, mais tarde, uma prorogação do praso da amortisação, obtendo-se d'esta fórma a diminuição do encargo.

O que é incontestavel é que é absolutamente illusorio e chimerico pretender resolver a crise financeira, sem parallelamente se atacar de frente a crise da circulação. Quantas economias, mais ou menos crueis, se fizerem; quantos impostos, mais ou menos vexatorios, se lançarem; tudo será absorvido pelas oscillações do agio, que vemos actualmente calculado em 2:300 contos de réis de encargo annual. E as economias e os impostos, desequilibrando a economia geral, trazem comsigo a menor productividade das receitas e a inutilisação dos sacrificios. Enfreada a crise económica pelas pautas, principalmente; vencida a crise da circulação pelo emprestimo; restaurada a confiança, seria relativamente facil rematar a reconstituição das finanças pela remodelação e melhor arrecadação dos impostos já existentes.

Uma das applicações do emprestimo era o pagamento, durante dois annos, dos juros da divida externa no valor de 10:248 contos de réis, somma a que havia a accrescentar cerca de 2:000 contos de réis por encargos medios do emprestimo no mesmo periodo. Produzindo o emprestimo 18:000 contos de réis, numeros redondos, ficavam ainda assim livres, depois de tudo pago, 6:000 contos de réis. Alem d'isso, porém, como

os encargos da divida externa não saíam dos recursos do orçamento, ficavam livres 10:000 contos de réis constituindo sobras de receita do orçamento. Quer dizer que, equilibrado o orçamento, além das sobras do emprestimo, ficar nos-ía o que se deixava de pagar de juros externos.

Uma somma junta com a outra representam 16:000 contos de réis; é em quanto se ha de calcular o reforço destinado ás reservas do banco de Portugal, ou, por outra, a parte da divida fluctuante interna que se pagava, o que é a mesma cousa.

Esta divida representava em fevereiro a quantia de 16:000 contos de réis, e em maio poderia representar, quando muito, mais 1:000 contos de réis. Hoje mudam completamente as cousas de figura. Não se fez o emprestimo externo de oiro, mas para se fazer um perigosissimo emprestimo de papel, interno, engorgitando o paiz de notas.

Por outro lado, a divida fluctuante externa, que era de 6:900 contos de réis em fevereiro, tinha-se já amortisado, n'uma parte consideravel, pela venda dos penhores. Foi uma operação, a que eu mandei proceder, já por não ter meios para a solver nos seus vencimentos, já por me parecer que havia uma vantagem incontestavel para o thesouro em realisar os titulos pela cotação d'essa epocha. Assim o 3 por cento foi, termo medio, collocado ao typo de 26; e a divida fluctuante externa, que em 21 de janeiro representava 6:982 contos de réis, era em 13 de maio de 3:482; quer dizer, que se tinham amortisado 3:500 contos de réis. Esta amortisação, em parte, provinha de £ 150:000 do banco de Portugal, de £ 160:000 da companhia de Ambaca, e de 2:105 contos, por venda de titulos que,

reduzido o juro a metade e calculando o agio então corrente, representavam divida contrahida a 4 1/2 por cento de juro.

Com relação a estas vendas de titulos, se, porventura, alguem julgar dever fazer quaesquer observações, n'essa occasião responderei mais minuciosamente pelo acto que pratiquei. Parece me, repito, que foi uma operação excellente, tanto mais attendendo á baixa progressiva, que se denuncia na cotação dos fundos portuguezes, sob o regimen da medida que substituiu o convenio e o emprestimo. Da cotação de 26, o 3 por cento baixou á de menos de 21. E quando circulou a noticia da assignatura dos dois diplomas, o fundo portuguez, que em 17 de maio estava a 25 1/2, subiu a 30; ao passo que o agio das libras, em Lisboa baixava a menos de 20 por cento. Hoje subiu outra vez a 25 ou 26, e o fundo portuguez desceu a 20!

Ora isto é a prova provada da influencia que a realisação do emprestimo e a assignatura do convenio tinham fatalmente de ter sobre a crise da circulação e sobre o credito publico em geral; sendo ao mesmo tempo a contra-prova da desconfiança que infundiu o decreto de 13 de junho.

Em 18 de março, no periodo mais agudo da crise, o agio das libras attingiu o maximo de 1$630 réis; em 25 de maio era de menos de 900 réis, e hoje é de 1$100 réis. O 3 por cento em Londres, que a 17 de março era de 25 1/2, em 27 de maio era de mais de 30; e hoje é de pouco mais de 20. Mas ha outra circumstancia gravissima a considerar: é que ás cotações de maio corresponde o cambio do Brazil de 10 1/2.

O premio do oiro em Portugal está em rela-

ção directa e immediata com a cotação do papel que vem do Brazil; se sobe, baixa relativamente o premio do oiro em Lisboa; se desce, succede o inverso; de maneira que, com o cambio a 10 1/2 em 25 de maio, o preço da libra era de 900 réis; e hoje com o cambio de 13 1/2 a paridade seria, de menos de 800 réis; e, em vez d'isto é de 1$100 réis! Eis ahi uma amostra das suppostas economias produzidas pelo decreto de 13 de junho. Eu hei de tratar mais de perto esta questão das economias, para mostrar o que são em realidade.

Proseguindo, porém, é mister que ninguem me faça a injuria de suppôr que, assignado o convenio e contrahido o emprestimo, a questão portugueza estava resolvida. Longe d'isso. Para mim não estava; mas parece que o governo, depois de feito e assignado o decreto de 13 de junho, julgou consummada a sua obra, porque de então para cá não ha outra providencia de alcance. *(Appoiados.)* Para mim, o convenio e o emprestimo, não eram mais do que o prologo indispensavel para, posteriormente e desembaraçado o terreno das difficuldades de occasião, proceder á reconstituição do organismo financeiro e economico portuguez.

Se já disse a influencia que a assignatura do convenio e o contracto do emprestimo deviam ter sobre a crise da circulação, cuja liquidação considero previamente indispensavel á resolução das crises parallelas do thesouro e da economia, é mister accrescentar muito categoricamente que não considerava esses actos senão um ponto de partida, e por assim dizer um prologo da resolução dos problemas de varia especie que nos affligem tão dolorosamente.

Desejo ainda fazer outras considerações, e se v. ex.ª, sr. presidente e a camara m'o permittem, eu continuarei ámanhã; estou bastante fatigado e como a hora está a dar, não havendo inconveniente, ficarei com a palavra para ámanhã.

Sessão de 7 de Fevereiro

O sr. OLIVEIRA MARTINS: —Breves palavras tenho a accrescentar hoje ás considerações que fiz na ultima sessão. Procurei então expôr com a sufficiente clareza quaes seriam as consequencias que resultariam para a economia nacional, das duas medidas: o convenio e o emprestimo. Procurei mostrar que o facto-capital resultante d'estas medidas seria o restabelecimento da confiança, e d'ahi a eliminação, ou reducção do premio do oiro. Hoje tenho de apreciar o decreto de 13 de junho que substituiu esses dois documentos.

Esse decreto baseou-se sobre tudo na consideração, segundo diz o relatorio que o precede, de que as receitas aduaneiras tinham baixado imprevistamente. Foi então de repente que o sr. presidente do conselho descobriu isto? Pois em junho, já a paralysação do rendimento das alfandegas estava dominada.

Em fevereiro houvera o *deficit* de 536 contos de réis; em março de 459 contos de réis; em abril de 733 contos de réis; e no anno todo, até dezembro, o *deficit* foi de 2:564 contos de réis.

Estes numeros referem-se ás alfandegas de Lisboa e Porto que são as essenciaes.

O segundo semestre do anno civil veiu minorar, como não podia deixar de ser, o *deficit;* que para o anno economico de 1892-1893, estava calculado em 1:600 contos de réis: 700 contos de réis já reduzidos no computo do orçamento ordinario, e 900 contos de réis calculados na lei de meios. Os factos mostram que esta diminuição não foi excedida. O argumento das alfandegas cáe pela base.

Mas, diz mais o relatorio, que o resultado do convenio e do emprestimo seria a bancarota, no praso de dois annos.

Ha aqui um mysterio de sabedoria que eu não sei explicar. Como poderia haver perigo eventual de uma bancarota, a praso de dois annos, o governo decidiu promulgal-a desde logo! Repito, ha aqui um mysterio que não percebo bem; e se não receiasse que esta opinião podesse ser taxada de malevolencia, diria que por detraz de tal fundamento havia uma realidade: a de cohonestar a crise de maio, para que se não encontrava explicação sufficiente.

Hoje, sr. presidente, se as reservas do banco de Portugal estivessem effectivamente reconstituidas, e se a confiança estivesse restabelecida, não se daria, como se dá, o facto que principalmente determina, nas circumstancias actuaes, o premio do oiro: refiro-me á emigração das economias nacionaes.

A somma que actualmente se está capitalisando fóra de Portugal é enorme, é considerabilissima, porque os possuidores de capitaes moveis, se os querem collocar em Portugal, em qualquer applicação movel tambem, vêem diante de si os riscos inherentes á circulação do papel, e portanto preferem naturalmente e obviamente

transportar para o estrangeiro as sommas a empregar, concorrendo assim de uma maneira surda para a conservação do premio do oiro.

Este facto, que era necessario que effectivamente terminasse, não poderá conseguir-se, sem que se restabeleça a confiança.

As circumstancias economicas que, no principio da crise, determinavam o premio do oiro, essas já não se dão hoje. A exportação de capitaes que se podía calcular entre 40:000 a 45:000 contos de réis annuaes, produzida pelos juros da divida publica, pelo *deficit* commercial e por outras causas que são conhecidas, está muitissimo reduzida.

Estas causas desappareceram, não por um modo completo, mas desappareceram em parte muitissimo consideravel, e actualmente a exportação necessaria de capitaes portuguezes não deve exceder uma somma de 8:000 a 9:000 contos de réis.[1]

A rasão é simples. Quem vir as estatisticas do movimento commercial no primeiro semestre de 1892 observa que chegámos quasi ao tão suspirado *desideratum* do equilibrio da balança commercial, e que quasi não temos que saldar com dinheiro um *deficit* entre a importação e expor-

---

[1] Calcúlo assim (contos de réis):

	Antes	Hoje
Deficit aduaneiro	20:000	—
Fretes, seguros, etc	2:000	1:000
Juros de divida publica	12:000	5:000
Titulos diversos	5:000	2:000
Loterias	1:000	—
	40:000	8:000

tação de mercadorias. Só isto representa uma diminuição annual de entre 15:000 e 20:000 contos de réis na exportação de capital para o estrangeiro.[1]

Por outro lado, a diminuição dos juros da divida publica, a suspensão de pagamentos da companhia real dos caminhos de ferro, e outras verbas, têem concorrido para que diminua a exportação de capitaes. E tudo isto tem feito, com que essa exportação, que todos calculavam de 40:000 a 45:000 contos de réis, esteja reduzida a 8:000 ou 9:000 contos de réis.

N'estas condições, não ha razão para que o oiro tenha premio em Portugal, porque 8:000 a 9:000 contos de réis póde a economia nacional exportar sem esforço. Nem ha motivo para que n'esse proprio primeiro semestre de 1892, apesar de equilibrada a balança commercial, se exportem 5:229 contos de oiro! [2]

---

[1] Commercio externo; primeiro semestre:

	1891	1892
Importação	21:431	15:462
Exportação nacional e nacionalisada	10:035	12:917
Excesso de importação	11:396	2:545
Abatendo a reexportação ultramarina	2:099	2:620
Deficit	9:297	—
Sobra	—	75

[2]

	1891	1892
Oiro, exportação liquida	8:862	6:312
Prata, importação, idem	516	1:084
	8:346	5:228

Porque ha premio? Porque sae o oiro? Porque o decreto de 13 de junho manteve as causas da desconfiança que determina a consolidação de capitaes portuguezes no estrangeiro, *(Appoiados)* e portanto, mantem o agio entre 25 e 30 por cento.

Ora, o que eu affirmo á camara, e é muito facil de calcular, é que ainda quando o convenio e o emprestimo não conseguissem eliminar, por completo, o premio do oiro, o que ninguem póde contestar é que haviam de reduzil-o de uma maneira considerabilissima.

Ninguem póde contestar isto; e quando alguem o quizesse fazer, estavam os factos: estava o que succedeu no momento em que houve noticia telegraphica da assignatura do convenio e do contrato do emprestimo. N'essa occasião o premio do oiro baixou, de 30, a menos de 20, e a cotação dos fundos subiu, de 25 1/2, acima de 30.

Ora, basta que o premio do oiro descesse a 10 para que o terço que o sr. ministro da fazenda deu aos credores e é a base das condições do decreto: para que esse terço acrescido com o premio do oiro, e acrescendo ainda por cima o premio do oiro, augmentado, sobre o que o estado tem de pagar no estrangeiro, além dos juros reduzidos da divida: basta, digo, para que esse terço, represente uma somma superior á metade do convenio de maio. De maneira que, nem diante da economia do orçamento propriamente dito, ou arithmeticamente, ha a menor vantagem no decreto de 13 de junho.

Das consequencias moraes, não falo: limito-me ás economicas. Não alludo sequer ao mal que ha em lisonjear os maus instinctos, sanccio-

nando a idéa de que a força e a habilidade no governo consistem em não cumprir os compromissos contrahidos. Aponto unicamente os prejuizos geraes que advieram á riqueza nacional. Quanto representam 10 pontos de baixa nos titulos de divida publica? Quanto vale o encarecimento das importações com 20 por cento de agio? 20:000, 30:000, 40:000 contos de réis é quanto custa á nação, este anno, a temeridade do governo pelo decreto de 13 de junho.

Mas, ha mais. É que o decreto, ou por outra o abandono das operações que estavam combinadas, juntando-se á desconfiança, tornou chronica a crise. O thesouro, que antes d'ella vivia regularmente de emprestimos estrangeiros, passou a viver normalmente da emissão de notas do banco de Portugal! *(Appoiados.)*

Ora, este recurso é facil, por emquanto. No primeiro semestre de 1892, a divida do thesouro ao banco subiu a 933 contos de réis.

Não é só a divida em conta corrente: é a divida em conta corrente e os contratos especiaes.

No segundo semestre de 1892, isto é, até ao balancete de 21 de dezembro, que é o ultimo publicado, subiu a 7:414 contos de réis.

Ora, vamos a ver, n'este mesmo tempo, quanto é que subiu a emissão de notas. A emissão de notas subiu a 6:000 contos de réis, quer dizer que, durante o ultimo semestre, a emissão fez-se exclusivamente para supprir as deficiencias do thesouro [1].

São 6:000 contos de réis o augmento de emis-

[1] Numeros exactos pelo balanço de 31 de dezembro de 1892 (contos de réis):

são no segundo semestre de 1892. São 7:000 contos de réis o augmento da divida do thesouro. Foi, portanto, a emissão inferior em 1:000 contos de réis ao saque do thesouro.

Isto prova que a emissão já não está servindo, como succedera anteriormente, para acudir ás necessidades da circulação. Pelo contrario, a somma das operações commerciaes reduz-se [1], porque nem toda a emissão nova basta para satisfazer o thesouro.

Diga alguem se é possivel continuar com uma situação d'estas, e calcule-se o alcance que tem, em taes circumstancias, apresentar-se ao parlamento a proposta para augmentar a circulação com mais 18:000 contos de réis.

Datas	Emissão	Divida do thesouro	Caixa
31 de dezembro de 1891......	34:760	19:577	4:348
30 de junho de 1892..........	43:697	20:510	4:483
Augmento no 1.º semestre...	8:937	933	99
31 de dezembro de 1892......	50:217	28:680	6:960
Augmento no 2.º semestre...	6:520	8:170	2:477
Ha a accrescentar:			
1.º As cedulas de cobre, que são ao mesmo tempo emissão fiduciaria e divida do thesouro, cerca de.	1:500	1:500	
2.º Os escriptos do thesouro, que figuram incluidos na carteira commercial do banco de Portugal..........	—	5:416	
Totaes..............	51:717	35:597	

[1] Total em 31 de dezembro de 1891..... 29:248 contos
Total em 30 de junho de 1892......... 33:920 »
Total em 31 de dezembro de 1892..... 32:560 »

De todas as propostas do governo desconfio que é a esta que elle liga importancia maior: dá-lhe facilmente meios para ir vivendo a emittir papel.

O resultado d'isto sabe a camara qual é? É que no momento actual estão calculados 2:300 contos de réis para o agio do oiro, ao passo que se pede ao imposto de consumo 1:800 contos de réis: ao imposto de consumo, ou a um outro imposto, como declara o sr. presidente do conselho! Quer dizer que o tributo lançado ao alimento do povo é destinado a ser sumido na voragem do agio. O resultado d'isto é que a situação ha de ser peior para o anno que entra; é que o orçamento se torna um tonel das Danaides, porque toda a receita que lhe lançarem para dentro, toda o agio insaciavel absorverá.

Esta historia não é nova, é a de todos os paizes que se têem lançado perdidamente na circulação de papel. O governo nem sequer tem o merito da invenção. Por isso eu considero que o decreto de 13 de junho tornou chronico o estado de crise da economia portugueza, e creou uma situação perigosa que, n'um praso mais ou menos largo, póde trazer todas as consequencias funestas que sempre, e em toda a parte, tem trazido a emissão exagerada da moeda papel.

Considero que, em taes condições, augmentar as contribuições, e augmental-as pelo modo mais cruelmente empirico, não é senão ir procurar, n'uma pauperisação progressiva do paiz, o meio de resolver a crise que o afflige. Isto é um contrasenso, não póde dar resultado. Não era este o caminho que havia a procurar: o caminho para onde as attenções do sr. ministro da fazenda se deviam voltar não era esse; porque as

duas questões, o problema da circulação e o equilibrio orçamental, não podem ser resolvidas senão simultaneamente.

Procurar attingir um, sem primeiro ter encaminhado o outro para a sua solução, é simplesmente crear um circulo vicioso, e nada mais.

Mas vamos a outro ponto que é o decreto de 13 de junho, encarado sob o aspecto das relações com os credores estrangeiros e com os seus respectivos governos.

O decreto de 13 de junho, substituindo-se ao convenio que fôra assignado, e que era um facto, provocou o protesto, datado de 22 de junho; protesto que está junto ao relatorio apresentado pelo sr. ministro da fazenda.

Este protesto accentuava a falta de paridade de tratamento entre os credores externos e os credores internos, e queixava-se da reducção do juro. Ao mesmo tempo que tal protesto apparecia, os portadores inglezes resolviam fazer uma emissão de certificados pela parte não cobrada dos juros da divida.

Quando essa noticia circulou, o governo mandou solemnemente declarar por via de todos os seus agentes financeiros, que não reconhecia por fórma alguma os certificados emittidos em Inglaterra, representativos dos 2/3, que se não pagávam aos portadores da divida.

Depois, tendendo a situação a aggravar-se todos os dias, recusando-se os portadores francezes e tambem allemães, creio eu, a receberem, provavelmente o governo, receiando que esta complicação trouxesse resultados mais serios, entrou em combinações que deram de si uma formula effectivamente engenhosa, formula que é a declaração de que o governo reconhece os direi-

tos dos credores, sendo esta declaração exarada no proprio recibo da importancia paga a esses mesmos credores. É o que consta da circular do *comité* de Paris, de 19 de outubro, e dos avisos publicados pelos banqueiros do governo, em Londres.

Não importa isto o reconhecimento dos certificados? Não é o reconhecimento do direito á parte não paga? reconhecimento expresso no proprio recibo em que se regista o pagamento? Sem duvida.

O que prova evidentemente, ainda quando não houvesse o protesto anterior de não reconhecer por fórma alguma os titulos representativos da parte não paga, que o governo tinha modificado as suas vistas, ou tinha sido forçado a modifical-as, contra a doutrina do decreto de 13 de junho. De modo que, pelo convenio, pagava-se metade e os credores cediam do resto; e agora paga-se um terço, reconhecendo o governo o direito dos credores pelos dois terços não pagos!

Tal é a situação, quando apparece agora a proposta que transforma o decreto de 13 de junho no projecto de lei, submettido á apreciação da camara.

Na occasião em que as camaras estavam para abrir-se, os portadores estrangeiros renovaram os seus protestos, formulados, mais ou menos, nos termos do protesto de 22 de junho; e renovaram-n'os perante a camara dos senhores deputados e perante a camara dos dignos pares. Essa renovação de protestos está tambem annexa ao relatorio do sr. ministro da fazenda.

Temos, portanto, quasi a certeza de que os credores protestam contra a fórma que lhes offe-

rece o projecto em discussão; temol-a porque estão diante de nós as suas declarações. E como o governo julgou melhor transferir as suas relações dos credores para os governos, não sabemos se estes apoiam os protestos dos credores, ou se se desinteressam do assumpto.

Eu comecei hontem por fazer duas perguntas categoricas ao sr. presidente do conselho, e a uma d'ellas s. ex.ª respondeu que não havia reclamação nenhuma por parte dos governos estrangeiros, e que quando a houvesse, elle seria o primeiro a communical-a á camara.

Diantẽ de uma resposta tão terminante e tão clara, não é licito haver hesitações; nem é licito, pelo caracter de s. ex.ª, acreditar-se em qualquer subterfugio.

Quando eu fallo em reclamações, não me refiro só a notas officiaes: refiro-me tambem a communicações verbaes e a quaesquer documentos que possam esclarecer o governo ácerca das disposições dos governos estrangeiros, perante o projecto que aqui se discute; porque isto é um facto gravissimo, e eu já tive occasião de dizer hontem que, quando o governo publicou o decreto de 13 de junho, envolveu a sua responsabilidade particular apenas. Se porventura as camaras não sanccionassem o acto praticado pelo governo, a demissão do gabinete era a resposta natural e satisfatoria a essa situação; mas do que se trata agora é de uma cousa differente: é de um acto que envolve a responsabilidade, não só do governo mas das camaras e, portanto, do paiz inteiro. *(Appoiados)*. Não é preciso fazer notar ao sr. presidente do conselho a gravissima responsabilidade que sobre elle impende, se porventura induzir a camara e o paiz a acceitar e

votar uma certa formula de relações com os credores estrangeiros, formula que ulteriormente tenha de vir a ser modificada, como teve de vir a ser modificado, na sua essencia, o decreto de 13 de junho, desde que aos credores se reconheceu o direito aos dois terços não pagos.

Ora, eu vou agora relembrar, e com isto termino as considerações que me proponho fazer, a outra resposta que me deu o sr. presidente do conselho, quando eu comecei hontem a minha serie de observações.

Essa outra resposta foi que s. ex.ª, para poder cumprir as obrigações inherentes á realisação do projecto que se discute, necessitava do producto das novas tributações propostas.

Portanto, encontrâmo-nos n'uma situação singular: por um lado, o recurso aos tributos para cumprir o que se promette na proposta, ainda não está creado; por outro lado, vemos—creio que ninguem o contesta—uma resistencia grave *(Appoiados.)* contra as propostas do sr. ministro da fazenda; de maneira que se pretende que votemos a obrigação de satisfazer um certo compromisso com recursos que ainda não foram creados, e contra os quaes já se levanta no paiz uma agitação geral. *(Appoiados.)* E que votemos ainda este compromisso sem sabermos se os interessados o acceitam ou não!

Por isso se me afigura que a este projecto falta absolutamente a base. Não temos condições seguras, certas, firmes, para fundamentar a nossa decisão.

Se nós já soubessemos que podiamos dispor de certos recursos, não teriamos duvida em dizer: vamos applicar estes meios para a satisfação de uma offerta que fazemos; mas os meios

de cumprir essa offerta faltam-nos; e, alem d'isso ignoramos se os termos d'ella serão, ou não, acceites.

Termino aqui as minhas considerações e como é possivel que no decurso da discussão, eu tome novamente a palavra, darei por essa occasião maior desenvolvimento a qualquer ponto que tenha sido tratado agora de um modo deficiente.

VOZES:—Muito bem.

O sr. OLIVEIRA MARTINS:—Pedi a palavra unicamente para dizer duas palavras, não a respeito do convenio, nem do emprestimo, nem da crise, porque são factos transactos, a que se applica o dito pombalino do «enterrar os mortos e curar dos vivos»; mas sim do que agora se trata, que é o projecto que confirma o decreto de 13 de junho. Unicamente desejo dar explicações relativamente a uns pontos do discurso proferido pelo sr. presidente do conselho.

S. ex.ª, com aquella eloquencia que todos lhe reconhecem, diz que se pronunciou abertamente, desde o principio, contra toda e qualquer idéa de emprestimo. Mas s. ex.ª sabe perfeitamente que veiu aqui pedir auctorisação para se negociar esse emprestimo, e que levou as negociações até ao fim. Creio que s. ex.ª não dirá que o emprestimo foi uma invenção minha, perpetrada ás escondidas.

S. ex.ª sabia tão bem como eu...

VOZES:—Isso não são explicações.

O ORADOR:—As minhas observações não duram mais de dois minutos; se a camara me dá licença...

VOZES:—Falle, falle.

O sr. PRESIDENTE:—O illustre deputado está fazendo um novo discurso, uma réplica, e eu não posso permittir que prefira na ordem da inscripção outros srs. deputados que pediram a palavra. Esta pertence ao sr. Eduardo d'Abreu. *(Appoiados.)*

As explicações que v. ex.ª queira dar só são permittidas em prorogação de sessão, e como a sessão não está prorogada para esse effeito, eu inscrevo a v. ex.ª para fallar na sua altura, continuando o seu novo discurso.

UMA VOZ:—Quer escalar a palavra.

OUTRAS VOZES:—Falle, falle.

O ORADOR:—Eu queria unicamente dizer ao sr. presidente do conselho, a respeito do emprestimo e a respeito da capacidade que a camara tem, ou não, de intervir para com os credores estrangeiros, que s. ex.ª esteve quasi meia hora a combater contra os moinhos; porque eu nunca contestei ao parlamento portuguez o direito de legislar para com os credores, quer internos, quer externos.

Nós ambos, porque somos solidarios na proposta de 30 de janeiro de 1892, dissemos que era mais conveniente haver um accordo com os credores externos do que impor-lhes condições.

Foi o que se fez. Nada mais.

Agora, emquanto áquelle exagero de phantasia que s. ex.ª me notou, por eu ter dito que um terço podia ser mais que metade, o que parece um paradoxo arithmetico, succede que tenho aqui, e muito rapidamente digo...

O sr. PRESIDENTE:—Peço licença para observar novamente que v. ex.ª não póde, em face do regimento, continuar a usar da palavra da fórma como o está fazendo. *(Appoiados).*

VOZES:—Falle, falle.

OUTRAS VOZES:—Não póde agora fallar.

O sr. PRESIDENTE:—As explicações dão-se em prorogação da sessão. *(Appoiados.)*

VOZES:—Está preterindo os seus collegas inscriptos.

OUTRAS VOZES:—Falle, falle.

O sr. PRESIDENTE:—Eu não posso acceder á manifestação do lado esquerdo da camara, porque as manifestações são desencontradas; por consequencia vou provocar uma votação, porque desejo em tudo, e sempre cumprir strictamente o regimento. *(Muitos appoiados.)*

Peço aos srs. deputados que occupem os seus logares.

Consulto a camara sobre se permitte que o sr. Oliveira Martins possa continuar com as explicações pelo modo como as tem dado.

Consultada a camara, resolveu affirmativamente.

O sr. ARROYO:—O que é que se approvou?

O sr. PRESIDENTE:—O sr. Oliveira Martins pediu a palavra, dizendo que era para explicações, e eu entendi que s. ex.ª não podia continuar a usar da palavra, porque estava respondendo ao discurso do sr. presidente do conselho. Do lado esquerdo da camara houve manifestação no sentido de se permittir que s. ex.ª continuasse no uso da palavra; declarei que o regimento se oppunha e que portanto eu não o podia permittir sem uma votação da camara. Foi sobre isto que a consultei e ella decidiu que o sr. Oliveira Martins continuasse nas suas explicações. E' em virtude d'esta resolução da camara, e que eu acato, que o sr. Oliveira Martins continúa nas suas explicações.

O sr. Arroyo:—Nós ficamos com v. ex.ª

Vozes:—E com o regimento.

O sr. Presidente:—Eu tambem desejo cumprir o regimento e cumpri-o á risca, consultando a camara. *(Appoiados geraes.)*

E agora é a votação d'esta que me obriga a permittir que o sr. Oliveira Martins continue no uso da palavra. *(Muitos appoiados.)*

O sr. Franco Castello Branco:—Toda a camara tem por v. ex.ª muito respeito e deposita em v. ex.ª inteira confiança. *(Appoiados geraes.)*

O sr. Oliveira Martins:—Eu não quero de modo nenhum aggravar a irritação da camara; quero unicamente apresentar uns algarismos que respondem á increpação que o sr. presidente do conselho me fez, de ser uma phantasia extraordinaria a minha allegação.

Esta phantasia não tem nada de extraordinario, porque metade do encargo da divida externa, que devia ser paga pelo producto do emprestimo, representa 5:121 contos de réis, e o juro d'esta somma, á rasão de 7 por cento, representa 358 contos de réis. Portanto, o encargo annual da divida externa era de 5:479 contos de réis.

Na hypothese do decreto, succede que um terço são 3:414 contos de réis; sobre este terço recáe um agio de oiro de 30 por cento, na importancia de 1:023 contos de réis; mas a isto ha que juntar cerca de 1:200 contos de réis, pelos 20 por cento a mais que oneram todos o varios pagamentos externos, despezas extraordinarias, vencimentos, legações, emprestimo dos tabacos, etc., calculando que o convenio e o emprestimo tivessem reduzido o agio de 30 a 10 por cento.

Só a noticia de estarem ultimados, o reduzia de 30 a menos de 20 por cento. As tres verbas, 3:414, 1:023 e 1:200 cóntos de réis, sommam 5:637 contos de réis; mais do que 5:479 contos de réis.

E' o que tinha a dizer.

Vozes: — Muito bem.

A camara dos deputados elegeu-o n'esta mesma legislatura para membro da *Junta de Credito Publico.*

A publicação da *Vida de Nun'Alvares*, teve logar n'este anno. No prologo d'esta obra revelava bem Oliveira Martins, pelas palavras que seguem, quanto desconfiava da sua saude:

«Se porém, repito e concluo, tiver vida, força, intelligencia e repouso d'animo para acabar a *Historia do tempo de Aviz*, morrerei ao menos com a convicção de não ter sido inteiramente inutil a minha existencia, pois terá servido para comprehender e contar um dos phenomenos mais nobremente interessantes da passagem dos homens sobre a terra.»

As forças iam-lhe faltando, já então era auxiliado nos seus trabalhos preparatorios; custava-lhe a escrever, precisava ter quem

lhe extractasse os livros que lia, para sobre esses extractos architectar as suas obras. No final d'este anno já a febre o corroia quasi em permanencia, o que porém não obstava a que aproveitasse todos os momentos que podia, para não só se occupar dos seus estudos, como para fornecer a todos, que a elle se soccorriam, o auxilio do seu vasto saber, pois que teve sempre por norma prestar a maior coadjuvação aos que queriam trabalhar.

1894

Não obstante o caminhar rapido da doença, Oliveira Martins não queria capitular.

Convidado para tomar parte nas festas Henriquinas, escreveu uma memoria sobre o Infante D. Henrique; não lhe permittindo porém o seu estado de saude ir ao Porto fazer a sua leitura, fez publical-a no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro.

Era este o unico jornal para que escrevia; tendo publicado artigos em quasi todos os jornaes portuguezes e em alguns estran-

geiros, tinha-se visto forçado a limitar a sua collaboração, pois lhe faltava o vagar e a saude.

Estava por esta epocha reunindo os elementos para escrever o seu estudo sobre o *Principe Perfeito*, ao passo que revia as provas da traducção hespanhola da *Historia da Civilisação Iberica,* e as de uma nova edição do *Quadro das Instituições Primitivas.*

Um aggravamento subito dos seus soffrimentos, fel-o convencer-se de que a hora suprema estava chegada, (16 de março): resolveu fazer testamento; e não querendo deixar esta vida sem tornar bem evidente a Sousa Martins quanto lhe era grato, offereceu-lhe commovido a medalha de ouro com que a Academia Real das Sciencias o distinguira.

Era esta a joia de maior valor que possuia, e que passava a pertencer ao amigo que, desde ambos creanças, lhe merecera a mais completa e justificada confiança, e a quem todos nós devemos subidas provas de dedicação.

Passada aquella crise, seguiu Oliveira

Martins para Cascaes (26 de março) acompanhado d'uma grande bagagem de apontamentos, para ahi ordenar, afim de, logo que as forças lh'o permittissem, começar a escrever *O Principe Perfeito*.

Oliveira Martins quando começava definitivamente a fazer um livro, já sabia qual havia de ser a sua ultima palavra; muitas vezes lh'o ouvi dizer.

Não pouco foi o que trabalhou em Cascaes; no entanto, para completar o esqueleto da sua obra desejava ardentemente ir a Hespanha, para estudar directamente o theatro das guerras portuguezas, e assim realisaria um duplo fim: acquisição de materiaes para o seu livro, e assumptos para artigos a publicar no *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro.

A convicção de que as melhoras tomariam maior incremento em virtude d'uma completa mudança de vida, fez com que lhe fosse concedida a tam desejada ida a Hespanha.

Sahido de Cascaes (19 de maio) poucos dias se demorou em Lisboa; e muitos foram para os seus desejos, pois parecia

receiar que um novo aggravamento da doença lhe viesse prejudicar os seus planos.

Seguiu pois para Hespanha (5 de junho) visivelmente alegre, e d'ahi escreveu as suas primeiras *Cartas Peninsulares*.

Chegado a Lisboa (23 de junho) vinha muito peior. Pela ultima vez tinha posto em pratica o seu dizer: *querer é poder*, quando se referia ao seu trabalho. D'esta vez porém o seu organismo não o serviu como desejava.

Breve partiu (16 de julho) para Brancannes (Setubal) onde não encontrou melhoras, volvendo a Lisboa (8 de agosto.)

Durante a sua estada em Brancannes, aproveitando umas manhãs em que soffria menos, escreveu o primeiro capitulo do *Principe Perfeito*.

O mal aggraváva-se; já não podia escrever e então Oliveira Martins dictando e sua mulher escrevendo, foram compostas as ultimas *Cartas* que publicou. São pois estas as ultimas paginas que produziu.

A maneira porque na primeira d'estas *Cartas* está descripto o valle do Tejo impressionou-me tristemente. Aquellas para-

gens eram de ha muito conhecidas de Oliveira Martins, não podiam offerecer-lhe novidade. O modo porque as descrevia denunciava bem o estado intimo do seu espirito.

O encanto de que se mostrava possuido derivava principalmente, de que tendo chegado a perder quasi completamente a esperança de tornar a dispôr de si, não comprehendia como encontrar-se gozando a natureza, o que tanto apreciava. Communiquei-lhe esta minha apreciação e não m'a contestou.

Mais uma vez direi que Oliveira Martins applicou a outrem periodos que mais tarde teriam cabimento a seu respeito. N'este caso está o que se encontra no prologo do seu *Camões* (1891):

«Quando a vida vae descendo, succede como de tarde, ao cahir do sol; accodem á mente impressões de uma serenidade suave e que são o prenuncio de um acabamento placido.»

Infelizmente era bem justificada a tristeza das minhas impressões.

As outras *Cartas* mostram, em parte,

como trabalhou até aos seus ultimos momentos, pois só com uma grande intensidade de trabalho é que em tam poucos dias se poderia realisar observação tam intensa.

Não dão porém as *Cartas* publicadas a medida do que estudou durante a sua curta estada em Hespanha, pois que colligiu apontamentos para escrever trinta artigos, dos quaes apenas doze poderam ser elaborados.

«A minha ida a Hespanha, dizia-me, foi o acto de maior força que fiz em toda a minha vida; não imaginas quanto imperei sobre mim para realisal-a.»

Os dias que se seguiram ao regresso de Setubal, não foram de todo estereis; apesar de torturado pelas dores que em permanencia o perseguiam, revia as provas dos trabalhos que estavam em andamento. Por vezes dirigia a vista para a gaveta onde tinha as notas relativas ao *Principe Perfeito*, e me perguntava:

«Se eu julgava possivel que ainda lhe fosse dado concluir aquelle trabalho.»

Era tal o amor que tinha ao seu escriptorio que poucos dias antes de perder a vida, declarou não mais querer sahir d'aquella casa.

O seu genio, por vezes dotado de violencia, muito natural em quem se sente com valor, e lhe custa a supportar as enormes contrariedades da vida, achava-se completamente modificado.

«Só quando o remorso morde, ou o goso estupido nos agita; só então a morte é dolorosa.»

Assim se expressava, continuando o periodo acima transcripto; e bem praticamente o comprovou.

Faltava mostrar-se ainda sob este aspecto, para ser completo o quadro representativo da sua vida; soffria com inexcedivel resignação a torturante doença que o victimou.

«Já aprendi a supportar melhor as dôres; repito por muitas vezes: paciencia, paciencia e assim custa-me menos.»

As dôres physicas não o atemorisavam;

não tinha porém esquecido as dôres d'alma, e é assim que frequentemente repetia:

«Morro triste, não levo saudades do mundo.»

E' que Oliveira Martins por muitos foi mal comprehendido. Avaliando-o pela bitola vulgar, attribuiram-lhe ambições que nunca teve. Gastou toda a sua existencia trabalhando e procurando tornar fecundo o seu labôr, quer directamente, ministrando a todos quantos a elle se soccorriam, os subsidios de que podessem carecer; quer de um modo indirecto, distribuindo largamente os seus proventos; pondo em pratica em toda a sua latitude a maxima que conservo escripta pela sua mão:

«E'-me mais agradavel vêr o proximo sem faltas do que encontrar-me na abundancia.»

Estavam chegados os seus ultimos dias. Em conversa que teve comigo fez-me saber que queria sacramentar-se.

A varias pessoas pareceria estranha essa sua resolução, suppondo que Oliveira Mar-

tins não era crente: tal não era porém a minha convicção.

Inopportuno seria tratar este ponto n'um simples esboço biographico.—A resolução tomada muito serenamente por Oliveira Martins, constitue prova importante para fundamentar o meu modo de vêr.

Quiz Deus que pouco tempo antes de se lhe extinguir a vida, os seus soffrimentos fizessem uma pausa, permittindo-lhe despedir-se *placidamente* de todos os seus, recommendando-lhes que supportassem o golpe *sem fazerem barulho*.

Os seus amigos não foram esquecidos n'este momento solemne: a elles se referiu n'estes termos:

«Peçam aos meus amigos que se lembrem de mim com saudade.»

Os soffrimentos voltaram; a sua paciencia não se extinguira e resignadamente dizendo:

«eu não posso soffrer mais.»

perdeu a rasão, deixando de existir ás 6

horas e 10 minutos da manhã de 24 de agosto.

Darei justa applicação ainda mais uma vez ás suas proprias palavras:

Nem hymnos, nem odes, nem o clangôr das trombetas celebrando as façanhas do guerreiro, nem os vivas da multidão acclamando os raptos do tribuno, nem as commoções electricas do povo fazendo a apotheose do artista, convêm para a consagração clarissima d'este homem bom, em quem os movimentos da intelligencia entretecidos com os dictames do caracter, formavam as cordas d'uma harpa, que toda a sua vida levou a ferir as notas crystallinas de uma lucidez virtuosa. (Elogio de Anselmo Braamcamp.)

A consagração clarissima d'este homem bom é feita pelas lagrimas sinceras e sentidas dos seus, pela grata lembrança de todos os amigos e pela significativa manifestação de reconhecimento que á beira da sepultura lhe foi tributada em palavras sentidas pelos representantes das classes operarias.

Que consoladôra impressão receberia Oliveira Martins se lhe fôra dado ouvil-os!

Estes tinham-o comprehendido.

Póde o humilde baixel desconjuntar-se A sua missão, ainda que mal desempenhada está cumprida.

Lisbôa, 31 de Dezembro de 1894.

Guilherme d'Oliveira Martins

CARTAS PENINSULARES

I

Sahi de Lisboa com o proposito de visitar algumas povoações castelhanas da fronteira de leste, n'essa zona chamada *terra de Campos*, e que tão intimamente está ligada á historia nacional portugueza desde os seus primordios até ás guerras do principio do seculo. Sahi tambem com a idéa de que essa excursão, agora, em junho, quando o sol começa a queimar nas planicies de *Castilla-la-vieja*, me tonificaria as forças deprimidas por uma enfermidade passada.

Mais uma vez queria tambem respirar os ares e embriagar-me com a paisagem incomparavel do Valle do Tejo, pedaço sem par no mundo, pelo menos, nos retalhos do mundo que tenho visto passarem-me deante dos olhos.

Era manhã quando larguei de Lisboa. A minha primeira estação era Abrantes. Apesar do tempo

teimar em conservar-se traiçoeiro, o dia amanhecera glorioso, e o sol, reinando nos céos livres, fazia cantar e rir a paisagem, como o sorriso das crianças, quando lhes brinca nas faces orvalhadas de lagrimas.

Alguns batalhões rotos de nuvens que, por aqui e por além, vagueavam dispersos no firmamento, faziam realçar ainda mais o esplendor da luz, matizando o vasto lençol azul do rio de cambiantes de côr, nas vastas modulações da gramma entre o verde, o azul e o cinzento; e pondo, nos recantos longinquos da paisagem, alguns pontos de sombra transparente.

O ar sem espessura, crystallino, descobria até as dobras mais tenues, até os pormenores mais delicados de um panorama vastissimo.

Ladeando o Tejo, na sua margem direita que é breve, o comboio ia subindo, desenrolando-me perante os olhos as immensas campinas do lado esquerdo, alluviões pingues que todos os annos o rio fecunda, como succede no Egypto com o Nilo. O dia magnifico accordava-se com a opulencia dos campos carregados de searas. Tudo me parecia cantar hymnos, de belleza, de fortuna. As espigas fartas, as searas espessas, por entre os verdes já amarellecidos do trigo, a nota vibrante das papoulas rubras, as cortinas de arvores, ao longe, arrendando-se levemente no ar, e sobretudo, abençoando a natureza opipara, o sol soberano derramando em ondas a sua luz de oiro.

Os meus pulmões combalidos parecia-me pularem de contentes respirando amplamente esse ar tepido em que a frescura fecundante da noite puzera tambem parcellas invisiveis de agua, parecidas ás gottas de orvalho que eu ia vendo fugirem como diamantes nas folhas das arvores sacudidas pela marcha violenta do comboio.

Tudo cantava, tudo ria deslumbrantemente. A natureza celebrava uma das suas festas solemnes, e deante do poema sem palavras da creação, a palavra, o homem, as suas idéas, as suas phantasias mais ou menos desvairadas, appareciam-me como as luctas e debates obscuros das formigas negras, quando em horas de abandono, nos deixamos perder observando a vida dos insectos, tão cheia de lição para a nossa vida de homens cheios de vaidade.

Eu ia só, e a solidão não faz mal. Esse estudo pathetico e quasi religioso que a natureza triumphante, muda e meiga, infunde em nós, não póde communicar-se.

E' alguma coisa similhante ao que nos succede com a musica de Haydn ou de Beethoven.

A natureza é uma symphonia: a symphonia é a natureza traduzida em sons harmonicos. N'um e n'outro caso, a rede inteira dos nervos vibra em nós, e, excitada pela impressão exterior, isola-nos e acorda-nos na alma successões de estados patheticos que se traduzem em dramas intimos indecifraveis.

No meio das ondas da luz, no seio dos oceanos de searas, entre os massiços e cortinas de arvores, quando nos caminhos passa um carro e os seus boieiros; quando ao longe nas manchas pardas dos campos já ceifados, ou das charnecas negras por lavrar, entre o restolho das searas, ou entre as moitas de esteva e rosmaninho florido de rôxo, se vêem as manadas de touros ou de eguas, pastando indifferentes, as nossas idéas ácerca da vida, distinguindo o animado do inanimado, a planta do animal, o animal do homem, varrem-se confusamente, e tudo se nos affigura identico. Se os animaes, os homens, o touro ou a ovelha que pastam, o campino que passa, até o proprio comboio que vae vomitando nuvens de vapor branco, parecem accessorios minusculos, notas perdidas na gloriosa symphonia da natureza triumphante!

Estiradamente, o valle magnifico se vae apertando. Já nos ficam para baixo Santarem, que é o coração d'este paraizo do mundo, já as pequenas povoações ribeirinhas do Tejo, Villa Franca e o Carregado, Alhandra e Tancos e a Barquinha, debruçadas sobre a margem, alimentadas pelo rio onde se miram e que as creou e fecundou.

Já em frente, na confluencia do Zezere, ahi onde a linha ferrea passa para a margem esquerda do Tejo, vemos levantada em amphitheatro a nobre Constança. Nobre, dizemos, porque foi lá que Camões ouviu as Tagides segredarem-lhe os

mysterios dos *Luziadas*, e ensinarem-lhe a linguagem sublime em que cantou a gloria de um povo já então agonisante e que depois não fez mais do que prolongar a crise do acabamento...

O valle aperta-se; ás largas planicies alluviaes succedem os terrenos terciarios contorcidos em ondulações ainda suaves; as margens do rio empinam, o seu leito delimita-se, colleando á mercê dos caprichos dos montes. Até aqui elle era o soberano: d'elle vinha a riqueza e a fortuna da terra, nos abraços amorosos da agua sobre o chão negro, fecundado annualmente, para a geração periodica das searas. Agora a terra é soberana: ergue-se em throno, a cujos pés o rio, subalterno, vae correndo passivamente.

Por isso, a paisagem é outra: quem a alimenta é o ar, não é a agua. Em vez de searas, ha florestas. As arvores não são já o accessorio balouçante da paisagem: as arvores são a propria essencia d'ella—os olivaes infindos, os soutos de sobreiros galgando o dorso dos montes, perdendo-se á vista na ondulação incessante de um mar consolidado.

A symphonia da creação entrou agora em um adagio solemne e forte. Toma-nos uma melancolia doce. Os olivaes com o seu tom pardo e triste, com os seus cachos de flores amarellidas, a transformar-se em fructos; os sobreiraes a mostrar-nos a força ferrea dos lenhos lentamente formados, na successão larga das estações pelas

estradas, nos carros de altas rodas, as mulas substituindo os bois; o homem outro na phisionomia mais secca e mais nervosa do que o campino da varzea ribatejana, similhante ao nubio do Nilo; tudo leva para outras direcções a nossa alma emergindo de uma embriaguez voluptuosa.

O comboio parou: estava em Abrantes, primeira estação da minha viagem. Trepei em um carro, do Rocio da villa, na margem esquerda para Abrantes que fica sobre a direita, no alto de uma das ondas d'este mar de terras. Lá de cima, dos muros do velho castello amodernado, a vista é grandiosamente magestosa. Em baixo o Tejo encastoado nos montes. Em volta, a perder de vista, um panorama infindo de montes litteralmente coalhados de olivaes e sobreiraes, mosqueiados aqui, além, pelas notas brancas das aldeias e villas caiadas, perolas engastadas em verdura sombria.

A'parte as impressões pantheistas, acodem outras. Que riqueza agricola enorme! Que abençoada terra, que abençoados ares, os que se transformam n'estas florestas opiparas d'onde saem rios de azeite, varas infindas de porcos, cargas de cortiça, montanhas de madeira! Que somma de força e trabalho para desbravar estas charnecas antigas e trazel-as á vida social e economica!

No alto do castello lembrou-me quando Satanaz tentou a Jesus com o imperio inteiro do

mundo desdobrado a seus pés... Ante meus olhos desenrolava-se um mundo tambem. Satanaz não me tentava. Nem a ambição do mundo nem a da riqueza são tentações para o meu espirito que vinha, emergido de um banho de encanto, para se perder em um oceano de magnificencia. Nos meus ouvidos cantava a symphonia ideal do mundo, com as estrophes innominadas da natureza creadora.

Vira as paisagens monotonas da Touraine, que chamam o paraizo da França; vira a paisagem humida, massiça da verde Inglaterra; pois garanto a todos os que tem olhos para ver e nervos para sentir, garanto-lhes que nenhuma se compara com esta successão de bellissimas scenas, encantadoras de meiguice e amor, nas margens alluviaes do Tejo, deslumbrantes de grandeza e melancolia na zona de montes que as cercam pelo norte e por leste. Para oeste, além-Tejo, a charneca succede logo ás alluviões: aqui, a leste, para além das florestas de olivaes e sobros, começa tambem (muito para além, nem a vista descortina) a charneca núa que vai até ás vertentes da Guardunha.

Dentro do castello, onde passei a tarde, ha uma velha egreja arruinada que serve de palheiro á tropa. Dentro da egreja ha capellas tumulares: ha o tumulo do primeiro vice-rei da India, D. Francisco de Almeida, dormindo o somno eterno no seu leito arrendado de pedra, com brazões e

laçarias, as espheras armillares da nossa gloria de conquistadores e as *empresas* do velho symbolismo heroico. Vieram-me impressões tristes de um passado afogado... em palha. Lembrou-me que a terra é celebre por esse alimento bestial. Acudia-me o proverbio: quartel general em Abrantes, tudo como d'antes! Tudo como d'antes, isto é, como agora, que estamos reduzidos ás condições da Beocia rural farta e gorda, sem appetites; não como d'antes, *d'antes*, quando no tumulo do velho Almeida se esculpia a empresa reveladora: uma corrente de bordo dobrada em collar, tendo por pendentes os moitões da cordoalha. Tempos, tempos fugidos, quando o mundo era pequeno para nós e os maiores mares tão faceis de transpôr como o Tejo, lá em baixo, onde vai bordejando uma caravella antiga!

Dentro da igreja-palheiro, ao lado dos tumulos, vi tambem o retrato do sr. Avellar Machado que é quem tudo manda na terra, e seu deputado permanente, com um ar feliz e alegre, bigode e pera marcial, pintado para alguma apotheose das nossas, que logo acabam em palha. No palheiro estava, irreverentemente, em companhia dos mortos...

Preferi sahir de Abrantes de noite para transpôr dormindo, a charneca da Beira-Baixa. Acordei no Alcaide, perto do Fundão, em plena serra, dentro de outra floresta de castanheiros.

O dia amanhecêra chuvoso, e essa nevoa do

céo dizia bem, com as novas terras que atravessava. Encerradas no fundo de valles breves que a serra forma, ou penduradas, como a Covilhã, nas vertentes dos montes, oásis de vegetação pingue, apertados contra as serranias frias, sentia que já agora a natureza, cantante lá para baixo, tomara aqui um ar carrancudo e tragico, um ar hostil, similhante ao vento que batia as copas dos castanheiros e á chuva que embaciava os vidros da minha carruagem.

Subiamos sempre, até á Guarda, onde a extravagancia dos itinerarios me impôz uma demora forçada de quatro horas. Farta, fria e feia, diz o adagio da Guarda: fria e feia, sim; farta não sei. Só sei que em baixo, na estação d'onde não sahí, por falta de carruagem que me levasse ao alto, onde fica a cidade, tive de resumir o meu almoço a uns ovos quentes, porque dentro de ovos a porcaria beirôa não teve ainda artes de se insinuar.

Via de longe a mole negra da Sé, via uma torre do castello, e mais nada, quasi. Em volta de mim via um terreno desolado onde as searas de centeio, frias e raras, pareciam cãs em craneo de velhos; via pastores, e rebanhos de ovelhas nos seus redis, sobre a terra lavrada, para a estrumarem; via aqui, além, pinheiraes magros, granitos nús, extensões tristes mosqueadas por moitas breves de piornos que o vento dobrava e a chuva miuda batia monotonamente. Era triste. Ante-

via-se a desolação das altas serras vestidas de nuvens, despidas de vida...

Afinal parti, na direcção de Salamanca, onde o comboio me deitou já de noite.

II

Quem, nas viagens, buscar o pittoresco, venha á Hespanha, que é talvez o ultimo recanto da Europa onde a vida antiga, por fóra e por dentro, se conserva intacta. E quem se internar em Hespanha, comece por Salamanca, esta cidade de meia centena de milhar de habitantes, coalhada de monumentos esplendidos: templos e palacios, escolas, hospitaes e seminarios, do seculo dourado da vida hespanhola, a partir do reinado de Fernando e Izabel, a continuar pelo dominio imperial da casa d'Austria. Venha a Salamanca e não perderá o seu tempo.

A cidade modernisa-se, é verdade, mas em Hespanha dá-se este facto unico entre europeus: é que os hespanhoes vestem-se á moda, mas sem mudarem de indole, de caracter, nem de esperanças.

Não ha differença essencial entre um castelhano de hoje e um castelhano do tempo de Santa Thereza.

Aqui em Salamanca, ao mesmo tempo que se fazem *boulevards* arborisados, casinos e cafés á moderna, e que ha até luz electrica; ao mesmo tempo quem realmente manda na terra é o bispo, e ainda hoje vi a fabrica magnifica de uma cathedral bysantina, *pastiche* de uma notavel perfeição artistica, consagrada a San Juan de Sahagum.

Convém dizer que Salamanca tem egrejas, conventos, capellas, casas de oração de toda a especie, bastantes para uma população de trezentas mil almas. O culto é o luxo antigo d'esta população de lavradores, profundamente catholicos, como seus avós de ha quatro seculos.

«Quem disser que em Salamanca ha uma cathedral sumptuosa, com vinte e cinco parochias, dizia na sua *Viaje en España* (1783) o erudito Ponz, vinte e cinco collegios, vinte conventos de frades, onze de freiras e além d'isso hospitaes, recolhimentos, capellas, ermidas, etc., e sobretudo uma universidade litteraria tão celebrada e outr'ora tão concorrida; quem disser tudo isso, como não ha de crêr que é esta uma cidade de primeira ordem e uma das povoações mais consideraveis de Hespanha? Pois saiba v. que está hoje reduzida a pouquissimos habitantes e pouquissimos são os estudantes que hoje se matriculam,

em comparação com os do tempo passado. Veja v. a que se vão e se teem ido reduzindo as antigas glorias e oxalá que a deslocação não continue.»

Isto era ha um seculo: n'este seculo as cousas mudaram consideravelmente. A terra engordou, a riqueza rural cresceu, cresceu a população, e agora mesmo achei Salamanca atulhada com mais de seiscentos estudantes que veem a exames á Universidade. E apesar d'este renascimento, o facto singular hespanhol é que, significando hoje por toda a parte isto que se chama progresso, o repudio da tradição e do passado, os ricos são catholicos, os estudantes são devotos.

A Sé e a Universidade não estão divorciadas: pelo contrario, as duas fazem um só, e é um espectaculo singular ouvir á mesa da *fonda* dezenas de rapazes discutindo, como na Edade Média, a metaphysica quasi racionalista de S. Thomaz, contra o *krausismo* que é nas escolas hespanholas a expressão das idéas revolucionarias e a philosophia do republicanismo, ensinada em Madrid pelo chefe politico e moral, Salmeron, com uma auctoridade savonarolesca. Os tempos não permittem já fogueiras mas se a lenha não arde, arde no coração d'estes rapazes um fervor capaz de incendio. *El atomismo* (carreguem-se bem as ultimas syllabas) é um horror. O *instituto de libre enseñanza*, onde as philosophias no-

vas combatem o thomismo tradicional, passa por uma herezia; e os seus alumnos são desapiedadamente tratados pelos professores da Universidade.

E' necessaria aqui uma explicação para intelligencia do assumpto. As leis actuaes da instrucção em Hespanha permittem os exames e o doutoramento nas universidades aos alumnos de fóra. Frequentam-se escolas particulares; ou estuda-se livremente, e na época propria requer-se a admissão a exame na Universidade. A unica exigencia é ter a approvação nos exames anteriores do curso universitario. Por isso agora Salamanca está cheia com umas centenas de examinandos, vindos de varias partes de Hespanha.

Por outro lado, as leis vigentes da associação são bastante liberaes para permittirem as congregações religiosas, e á sua sombra se reconstituiram os conventos das velhas ordens e sobretudo se restaurou o ensino superior jesuita, dirigido principalmente com os egressos de França expulsos pelas leis do ministerio Ferry. Junto de Bilbau, em Deusto, teem os padres jesuitas uma escola universitaria ou universidade particular, onde preparam os alumnos para os exames nas universidades officiaes.

Salamanca é uma universidade mais *catholica* do que Madrid e mais completa do que Valladolid, por isso os de Deusto vêm a Salamanca, seguros da approvação. O *Collegio de estudios su-*

periores de Deusto, onde ensina o extravagante Padre Coloma, auctor das *Pequeneces*, typo expressivo do neo-catholicismo hespanhol, mandou, só por si, mais de duzentos examinandos, a terça parte dos alumnos forasteiros d'este anno.

Ao mesmo tempo, para que se fórme uma idéa de quanto este renascimento religioso da Hespanha se enraiza nos sentimentos espontaneos da população, convém ir até á Sé velha a examinar a capella do Senhor Jesus da Agonia ou *dos estudantes*.

Em um throno de luzes está um Crucifixo diante do qual ardem centenas de velas. Empilhadas ao lado estão rimas de velas para arder. Em frente da capella, de joelhos, rezando, accumula-se a gente. Que são essas velas? Quem é essa gente? As velas são dos estudantes, os devotos são os estudantes, que vêm pedir a approvação.

De joelhos, orando ferventemente, ha homens barbados, vestindo com elegancia. Encontrei lá um meu companheiro de *fonda*, estudante de medicina das Canarias. E quando saía, os garorotos apinhados no atrio da Sé, tomando-me por algum examinando encanecido, perseguiamme, pedindo:

—Para rezar al Christo, una *perrita*...

Não se diga, pois, que o pittoresco morreu. Quem o quizer ver, antigo verdadeiro e moderno á antiga, venha aqui e será servido. O scepticismo

é inconciliavel com a alma castelhana, affirmativa e crente. Os estudos (não queiramos saber de que qualidade são, nem se as discussões abstractas da metaphysica se dão bem com as sciencias naturaes) renascem em Salamanca. A Universidade volta a ser, como nos antigos tempos, um centro intellectual.

Outr'ora, passadas as horas de transe (que o doutorando, como condemnado, soffria encerrado na capella de Santa Barbara, da Sé Velha) depois do acto começava o triumpho. A capella fica no claustro escuro da Sé byzantina. E' um pequeno recinto ogival, que tem no centro o tumulo do bispo condescendente que fez e desfez os casamentos á vontade de Pedro-o-Crú.

Em castigo armaram-lhe, sobre o tumulo em que dorme, uma mesa ou eça de pannos negros.

Em frente da eça está um *sillon* de couro e em cima uma estante ladeada por dois velões de cêra amarella. Esses instrumentos de supplicio universitario ainda lá estão, mas só *pro memoria*, como curiosidade de um povo tão respeitador do antigo, como o inglez.

Passadas as vinte e quatro horas de *ponto* ou capella, obtido o grau, o doutor saía em triumpho processional pelas ruas, com musicas e cantos, parando em frente das casas dos parentes, dos protectores. Ahi se tocava e cantava, e no muro da casa escrevia-se a côres o nome e a data do doutor e do doutoramento. Assim as ca-

sas de Salamanca repetem os archivos da Universidade, e as paredes contam a sua historia secular.

Lá dentro da cathedral dos estudos ainda se respira um ar seiscentista, e nas suas cathedras os professores falam ainda uma linguagem identica. Até, reverente espectaculo! se conserva ainda a sala onde professou Fr. Luiz de Leão, vasta quadra abobadada, quasi escura, com os seus antigos *tapices* colgados das paredes em varões de ferro; com a veneranda cathedra carcomida, com os mesmos bancos, vigas de pinho esquadriado crivadas de incisões, nomes, datas dos alumnos que alli beberam a mystica sciencia do agostinho.

No pateo da Universidade levantaram-lhe modernamente uma estatua.

Pois, apezar de tudo isto, ha um bispo protestante de Madrid, o sr. Forrest. Mas como hão de os hespanhoes tomar a serio o protestantismo e o seu bispo, se o sr. Forrest é um inglez pratico, ex-empreiteiro das obras do porto de Bilbau e agora mesmo emprezario da construcção da linha ferrea de Salamanca a Avila? Francamente, não é possivel, porque é uma impiedade esta accumulação de funcções. Um bispo-empreiteiro! Quando e como é que similhante novidade poderia entrar no cerebro integro dos castelhanos?

Taes idéas e exemplos não pódem fazer for-

tuna n'esta terra, onde as almas são antigas e fortes.

Por isso são eminentemente interessantes. Interessantes as que nascem ao sopro dos ares modernos com a pujança antiga; interessante o povo ainda aferrado aos seus velhos trajos, aos seus velhos usos, á sua velha lingua, dramaticamente musical. De noite acorda ainda a gente com o grito nasal do *sereno* na sua melopéa arrastada:

Las tres... sereno.

e parece-lhe ouvir o grito do *muezzin* no minarete, chamando por Deus. Nas ruas perpassam as raparigas, graciosas ainda quando não são formosas, com um andar cadenciado e breve, com um lenço traçado sobre o seio, com uma flor pregada nos cabellos; passa o *charro*, apertado o ventre no seu collete preto de grandes botões de prata, chapeu negro de abas largas, calções, jaqueta e borzeguins de briche castanho e alpargatas de corda nos pés; passam os carros tirados por uma récua de mulas, carros que são arcas de Noé e que vão e vêm pelas estradas de Castella, com as cargas pesadas e os arrieiros empoeirados, de acicate em punho, falando ás mulas em uma linguagem cantada, que as boas bestas entendem.

III

Chamam os hespanhoes a Salamanca *Roma la Chica*. Eu nunca estive em Roma, mas talvez não seja *hespanholada*, tal é a profusão de monumentos religiosos, civis e domesticos, accumulados no perimetro relativamente exiguo da cidade. Tinha, de tarde, saido a dar um passeio de carruagem nos arredores da cidade. O campo, levissimamente ondulado, cobria-se, até onde a vista alcança, com um tapete amarello doce, como as velhas tapeçarias orientaes. As searas de trigo começavam a amadurecer. Aqui e alem, raramente, quebravam a monotonia da paizagem melancolica, arvores soltas, com uma nota negra no fundo opalino. Ao pé, na orla da estrada, as espigas balouçavam-se nas hastes, e por entre a doçura colorida da seara rebentavam milhares de papoulas como gottas carmineas animando a pai-

zagem immensa, que o ar parecia querer imitar, tingindo-se das mesmas côres. O sol já ia baixando muito no horisonte d'esta campina similhante ao mar e os seus ultimos raios banhavam a atmosphera em ouro fundido com o azul tenue da noite assomando do lado opposto. A fusão das côres do céu era como a fusão das côres do trigo: o verde pallido da vegetação ia-se esbatendo no amarello das espigas seccas.

D'alli, do alto da *carretera* de Zamora, viam se ao longe cortadas no horisonte as torres e coruchéos de Roma *la chica*, e com effeito a impressão tinha muito de *antigo*. Os monumentos, a natureza ainda estavam virgens de engenhos e machinas, do fumo e tijollo com que os homens de hoje estragam a paizagem. São Domingos; a *espadaña* do *ayuntamiento*; a cathedral nova que dura todavia desde o seculo XVI, mas é *nova* em relação ao vetusto monumento romanico ou bysantino, junto do qual está construida; a Universidade; São Sebastião; a casa dos jesuitas; as Agostinhas; o palacio do Arcebispo; no meio de tantissimos outros monumentos que estavam despertando a minha curiosidade e acordando-me para a vida na embriaguez doce da suave paizagem da *carretera* de Zamora, ao cahir de um dia tepido de verão.

Alongada contra a margem direita do Tormes, que é um rio, só historicamente celebre, frenteando com a opipara veiga de la Serna, com

o valle risonho de Zurguen e a frondosa alameda de Salas Bajas, a cidade antiquissima de Salamanca assenta sobre tres successivas dobras do terreno: São Christovão, São Izidro e Santo Vicente, a que os Salamanquinos chamam *montes*, certamente com o proposito de se parecerem com Roma. Faltam-lhe ainda assim quatro *collinas*. Mas de qualquer das tres eminencias, a vista do espectador descobre com effeito um aggregado de construcções monumentaes sumptuoso.

Salamanca é a cidade da cruz e da penna: egrejas e collegios são os edificios dominantes. Não ha muralhas, não ha castellos, nada que indique, como em Zamora por exemplo onde o caracter militar domina, os antecedentes bellicos. É que Zamora, pela sua situação topographica, estava destinada para ser o castello fronteiro contra os mouros na brava lucta da reconquista. E Salamanca, no seio de uma campina indefensavel, só poude resurgir quando a reconquista, alcançando a fronteira do valle do Tejo, lhe consentiu viver em paz sua existencia de piedade e estudo.

Uma digressão que eu fiz na metade norte da Castella-Velha, é um curso pratico de historia da architectura, pois as cidades são verdadeiros museus, e não ha villa, nem *pueblo*, que tenha o seu nome na historia, a que falte um campanario, uma torre, um pedaço de muralha, uma

fachada, uma janella, uma porta encimadas com os brazões monumentaes dos velhos fidalgos castelhanos de pendão e caldeira, reis nos seus dominios, turbulentos, em luctas permanentes com a corôa ou entre si, desde que terminara o batalhar constante e secular contra os mouros.

Tres monumentos, qual d'elles mais sumptuoso, attestam a vitalidade e a fé d'essa sociedade que no seculo XI alcançou com segurança a crença de que um dia todos os mouros seriam varridos da Hespanha inteira. Esses tres monumentos são a Sé de Zamora, a collegiada de Toro e a Sé velha de Salamanca, exemplares similhantes de cathedraes bysantinas, construidas, ao que parece verosimil, por architectos trazidos para a côrte de Affonso VI pelos genros a quem deu as suas filhas, os borguinhões Raymundo, marido de D. Urraca, e Henrique, marido de D. Thereza, a verdadeira fundadora da nação portugueza.

Essas trez joias de estylo romano ou bysantino, admiravelmente conservadas, foram n'estas regiões os sanctuarios sagrados até ao seculo XVI, quando terminada a guerra com Portugal e conquistada Granada, consolidado o throno dos reis catholicos e sellada a união religiosa da Hespanha com a expulsão dos mouros e judeus, a Hespanha, inteiramente redimida, teve em premio a America, dadiva de Colombo. Parecia attingir-se o cumulo da gloria e da fortuna.

A vida era uma apotheose. A Hespanha, senhora da Italia, ia debater com a França o imperio da Europa—e ganhou-o.

Todas estas impressões me acudiam ao espirito diante do movimento singularmente extravagante, exuberantemente fantasista que se observa em todas as obras da arte *plateresca*, na architectura, na esculptura, na madeira dos córos das cathedraes, na ourivesaria, *plateria*, como se diz em castelhano.

D'ahi *plateresco*. Porque o architecto propõe-se executar na pedra as cinzeladuras, os arabescos, as fantasias e caprichos que os ourives realisavam na prata e no ouro. O estylo ogival, que por toda a parte succedeu ao romanico, é omisso aqui; salta-se para o *plateresco*, isto é, para um estylo sem estylo, em que a ornamentação é tudo e em que se conservam ainda, mas abastardadas e abatidas, as ogivas e as abobadas artezoadas como elementos historicos da construcção.

E' o que em Portugal se denomina *manoelino*, da época que de resto é exactamente a mesma.

O *plateresco* e o *manoelino* não são propriamente um estylo architectonico, pois os elementos basilares das construcções, apesar de deturpados, não foram alterados na sua essencia. São estylos de ornamentação: ourivesaria em pedra, analoga á dos esculptores em madeira, ou dos

ferreiros auctores das extraordinarias obras, *rejas* como a da casa das *Conchas* de Salamanca, cancellos como os do tumulo do cardeal Annaya, na Sé velha.

Sendo um estylo de ornamentação e não de architectura propriamente dita, desde logo se comprehende a variedade infinita dos caprichos que acódem á ponta do buril do artista cinzelador de pedra; e por isso esta ordem de monumentos deve ser vista não nas suas linhas architectonicas, mas sim á *lente*, minuciosamente, nos pormenores da sua fantasia. Não só cada monumento tem a sua propria originalidade, como em cada monumento a fantasia inexgotavel do cinzelador faz de cada columna, de cada badalquino, de cada agulha, de cada janella, um typo diverso e inconfundivel na sua variedade infinita.

Ora, se os monumentos *platerescos* hespanhoes se não confundem, pois, entre si, mais ainda se distingue, do genero hybrido e fantasista de que falámos, o typo *manoelino*, onde predominam os motivos maritimos na ornamentação, e a fantasia dos artistas mistura os typos do velho mundo, os dos novos mundos descobertos, mais a sua flora e a sua fauna. N'estes termos, parece-me, se deve collocar a questão da originalidade do *manoelino* portuguez.

Póde marcar-se em Burgos, onde se encontram documentos da arte ogival e onde a sua

decadencia se caracterisa mais pelo que além dos Pyreneos se chama o *gothico florido*, principal caracter da famosa Sé; póde marcar-se em Burgos a fronteira do *plateresco*. Ainda em Valladolid ha exemplares sublimes do genero, confórme veremos a seu tempo.

Do *plateresco*, a architectura hespanhola de Castella passou rapidamente para o formoso estylo da renascença italiana, que tem na egreja de S. Domingos de Salamanca um exemplar superior; mas esta estação não foi longa, entrando logo o seu estylo frio chamado jesuitico ou philippino, cujo typo é o Escurial. Estylo asceta, que corresponde ao pensamento da época, da mesma fórma que o *plateresco* e o italiano traduziam a exuberancia creadora da imaginação, solicitada pela novidade extraordinaria das descobertas geographicas, scientificas, philosophicas.

Essa embriaguez estonteadora desvairava os espiritos sobre que o concilio de Trento assentou o capacete frio de gelo de um dogmatismo hirto e de uma disciplina ferrea, visiveis nos coruchéos agudos mas rectilineos, nos coruchéos cobertos de lousa negra que encimam quasi todas as egrejas pelas aldeias de Castella-Velha.

Depois vem o *rococo* hespanhol, mais extravagante ainda de que o francez, em que o mau gosto essencial e o esforço da imaginação creadora se encobrem mal, sob o abuso incoherente

dos ornatos. É o periodo das columnas retorcidas, chamadas salomonicas; esses monstros da ideia architectonica.

Interrompi as minhas impressões de Salamanca vista por fóra, para pôr aqui esta breve e summaria explicação ácerca dos *generos* que successivamente hão de passar deante dos olhos do leitor no decurso da nossa viagem apenas começada. Salamanca é a Roma do *plateresco*, dominante na epocha da primeira gloria da Hespanha unida com os reis catholicos. E' então que os *reis* fazem levantar a magnifica fachada occidental da Universidade e o salão sumptuoso da sua bibliotheca. E' então que D. Fr. Diogo de Annaya ergue a torre do Clavero e os carmelitas calçados e os trinitarios os seus conventos; é então que Roma *la chica* se coalha litteralmente de monumentos.

Mas a noite desce e de certo não é possivel hoje visitar nenhuma das obras de arte, embora Salamanca esteja — ó deuses! — illuminada já a luz electrica. Nos cafés, sob o seu clarão frio, borborinha a gente tomando o fresco; ouvem-se de todos os lados desferir guitarras e adivinham-se os *zapateados* que animam os *pateos* das casas.

Nada d'isso me commove, porém. O castelhano grave não se dá com o movimento dos andaluzes, tão absorvente, que se generalisou a

toda à Hespanha. As danças, as musicas typicas da região, é que eu queria ouvir, e vim a conseguil-o.

Por isso me fui deitar na firme determinação de, logo de manhã, no dia seguinte, me achar na Sé velha junto á torre *del Gallo.*

IV

A torre do Gallo é como se chama o zimborio da Sé velha de Salamanca. Vem o nome de que, na lança de ferro com que termina, gyra um gallo marcando a direcção do vento.

Imagine-se um capricho de artista sobreposto á fria e forte obra de um engenheiro: assim a *torre del gallo* se levanta sobre as muralhas espessas e nuas que desafiam o tempo depois de o terem batido durante oito seculos. Columnelos esguios encastoados nas paredes, poucas e pequenas janellas de volta inteira (ainda o ogival não reinava) e pelos altos um friso simples, d'onde se destacam sobresalientes as gargulas caprichosamente rudas: eis tudo quanto nos dá o exterior da Sé velha, na sua infrastructura. E' que n'esses vetustos tempos as egrejas tinham de ser baluartes e as janellas de se transformar

com frequencia em setteiras. Muitos templos eram ameiados. Mas lá no alto, sobre o tecto, no espaço já livre dos assaltos: ahi a phantasia incipiente dos artistas podia já expandir-se.

Com uma fórma hexagonal, a torre pesada e massiça levanta-se ladeada em tres faces por outros porticos salientes, porticos ladeados de columnas, encimadas por coroamentos triangulares; e nos tres angulos livres cingem-n'a cubellos redondos, de cima a baixo fendidos por janellas esguias.

D'esta fórma a volta inteira da torre, no seu desenvolvimento accidentado, apresenta uma successão elegantissima de arcarias de volta inteira, sobre que se levantam os tectos de abobada revestidos de escamas de pedra. As seis arestas são dentadas e o todo parece a crusta eriçada de algum animal prediluviano. Dos tres typos similhantes de architectura romanica, Zamora, Toro e Salamanca, a *torre del gallo* é sem duvida o mais interessante: é o unico que tem ainda a descoberto a escama de pedra. Em Zamora revestiram-n'a de argamassa; em Toro cobriram-n'a com um tecto de telha.

Tal é exteriormente a vetusta fundação do Conde Raymundo de Borgonha e de sua mulher D. Urraca de Leão.

O recinto interior é uma egreja em fórma de cruz latina, onde a attenção é logo solicitada pelo retabulo da capella-mór. No archivo do ca-

bido conserva-se a escriptura datada de 15 de dezembro de 1445, em que Nicoláo Florentino se obrigou a pintar, pela somma de 75:000 *maravedis* «de moneda blanca corriente de Castilla que vale dos blancas viejas e tres nuevas, la bóveda del altar mayor, desde encima hasta abajo sobre el retabulo que ahora nuevamente está puesto, conforme la muestra que presentó en estopas.» O retabulo é, pois, um exemplar magnifico de pintura italiana, ainda hieratica, na primeira metade do seculo XV.

Em volta do claustro collado á cathedral ficam as capellas annexas, em que o respeito pelos monumentos vetustos e o espanto pelas bellezas da arte humana absorvem. A primeira é a capella dita de Talavera, onde, ainda hoje, no seculo XIX, doze vezes por anno se diz missa pelo rito mosarabe, essa fórma de lithurgia catholica adoptada pelas populações christãs arabizadas, mas não convertidas ao islamismo. E n'essa mesma capella, um farrapo de seda colgado do tecto dá que pensar: é a bandeira de Arias Maldonado, na tremenda guerra dos Communeros, que obrigou Carlos V a hespanholizar-se. Os vencidos de Villalar venceram. A Hespanha, ameaçada de ficar sob o governo dos flamengos, impôz a sua vontade e o seu pensamento ao novo imperador e transformou a sua dynastia austriaca em orgão do mais genuino do seu pensamento nacional.

Os Communeros, os mosarabes! que somma de cogitações me não despertavam n'essa capellinha de Talavera estas duas palavras eloquentes, resumindo em si a alma da Hespanha! Mosarabe era o hespanhol, curvado sob o alfange dos dominadores; mas intemerata a fé, indomavel o espirito, protestando no templo, emquanto os seus irmãos em Christo se debatiam com as armas no solo sagrado da patria. Communero era o hespanhol cioso da sua liberdade, dos *fueros* antigos da sua vida local, repellindo a philaucia atrevida dos proconsules flamengos que o filho de Joanna a Louca imaginára procuradores bastantes para lhe regerem os seus estados do extremo occidente. A fé e a independencia, eis ahi os dois gumes da espada da Hespanha.

Vamos adeante, á capella do cardeal Annaya, o bispo de Salamanca, arcebispo de Sevilha, arrogante embaixador de Hespanha no concilio de Constança, fundador do poderoso collegio de S. Bartholomeu. Deitado no seu tumulo, o arcebispo, a quem os filhos e os vassallos em torno fazem guarda funeraria, revestido de pontifical, com a mitra e o baculo, descança no somno eterno sobre cochins é almofadas de velludo. Um leão, um podengo e uma lebre guardam-lhe o tumulo de marmore, que assenta sobre oito leões e cujas paredes se cobrem de folhagens e baixos relevos. Christo com os apostolos, Nossa Senhora com doze virgens, o Calvario, os brazões

do arcebispo, tudo em uma confusão realistamente pittoresca, em que se revela o estado plastico da alma hespanhola, acordando despertada pela arte para o seu drama phantasmagorico da transcendencia realista, em que se não sabe se é a terra que subiu ao céo, se o céo que desceu á terra.

Mas o mais extraordinario de todo este *enterramiento,* assim lá chamam aos tumulos, é o cancello de ferro batido em que está encerrado, obra prima da serralheria castelhana do seculo XV, delirio da phantasia creadora em que as chimeras aladas, monstros da imaginação, em attitudes inverosimeis, fazem a apotheose da grandeza do defunto, erguendo-lhe os escudos e alçando-os entre a dança macabra que vae gyrando, confundindo flores, folhagens, animaes e homens, ou antes, seres de uma especie sómente definida na imaginação incendiada do artista...

Quando a imaginação dos fieis, exaltada pela grandeza nos novos templos que os reis catholicos abriam á Hespanha, unida e redimida por completo, sentiu a estreiteza da velha Sé de D. Raymundo, decidiu-se á construcção de um templo immenso, a que o antigo serviria como deadito, da mesma fórma que as eras remotas da reconquista eram o prologo da edade triumphante em que entrava a Hespanha. Esse templo é a Sé nova.

Não se levantam em um dia construcções gigantescas; não dura por muito o capricho da imaginação humana. Por isso, as velhas egrejas romanicas, limitadas nas suas proporções, são em geral uniformes e acabadas, ao passo que as construcções mais recentes apresentam nas suas varias partes a historia das evoluções da arte.

Assim acontece com a Sé nova. A fachada do poente e o interior da egreja até ao cruzeiro são *platerescos*; a fachada do norte, a torre colossal e a parte superior do templo attestam já a influencia da Renascença italiana.

A fachada do poente, a *plateresca*, é um dos exemplares mais extraordinarios que jámais vi, do esforço da esculptura ornamental para absorver em si todos os effeitos impressionistas das artes plasticas. Ao passo que na arte classica, o exterior de um templo é apenas o revestimento, o *muro* que encerra a cella onde se representam os mysterios sagrados, aqui esses mysterios pintam-se, esculpem-se, contam-se, commentam-se á luz do sol. O sacrario está mais fóra ainda, do que dentro da nave, relativamente despida de ornatos. A fachada da Sé nova de Salamanca contêm o drama inteiro da vida de Christo, e no alto a Cruz triumphante preside á scena que se vae desenrolando nos badalquinos e sobreportas brincadas, cinzeladas, crivadas de estatuetas, de nichos, de brazões, de phantasias ornamentaes. Perderam-se as linhas estructuraes da edificação

que se encobrem sob a multitude de arabescos, de folhagens, de figuras e imagens.

Quando a espontaneidade fecunda d'esta imaginação artisticamente creadora se perverteu com a perversão de gosto que foi consequencia do atrophiamento intellectual no seculo XVII, em Hespanha, passando por sobre a Renascença italiana e o estylo jesuitico, a phantasia espraiou-se nos desvairamentos do *barroco churrigeresco*, do nome do artista mais celebre no genero. E' o que se vê no côro interior da cathedral, que amesquinha o effeito grandioso das naves altissimas. E' o que fere sobretudo no interior da cupula, carregada até ao delirio de invenções, disparatadas no seu conjuncto, com anjos por cariatides, e conchas, e vasos, e flôres, e medalhões, e columnelos, tudo dourado e pintado em tons crús que ferem a vista.

Como ella descansa, como socega a alma, parar deante dos ornatos finamente entretecidos, malhas de renda lavradas sobre a pedra da columna e das paredes de San Esteban, esse puro exemplar da Renascença italiana! A exuberancia, a *furia* são menores? São. Mas a harmonia é maior. Está-se adivinhando gente que conhece mais a vida: a terra que produziu Horacio. A arte é um sorriso, a phantasia dá o braço á ironia. Brinca-se; não ha essa chamma interna da alma hespanhola que se solta em labaredas, produzindo os contrastes, as extravagancias, as

monstruosidades, o realismo cru a exprimir a piedade arrebatada, a tragedia transcendente em que céo e terra apparecem revolvidos, ora pelo sarcasmo de um Quevedo ou de um Goya, ora pela exaltação mystica de um Loyola ou de uma Santa Thereza.

Aconselho a quem fôr a Salamanca que não visite San Esteban senão depois de se estontear bem com a cathedral. Na paz d'essas paredes, na belleza d'essas rendas de pedra, no doce olhar dos frades vestidos de branco, passando pelos claustros amplos, mostrando a sala onde a tradição reza ter estado Colombo, em tudo isso a alma encontra um bem estar doce.

O calor começa a apertar: um copo de agua fresca e um *azucarillo* restauram as forças para vermos o que ainda nos falta ver em Salamanca, a Roma pequena.

V

Quem é que, pelo menos uma vez, não viu ainda, no museu do Prado, os quadros de Ribera? Quem é que não tem, pelo menos, visto gravuras d'essas telas que são, porventura, o documento pictorico mais expressivo do realismo catholico hespanhol, nos tempos dourados da fé peninsular? Os quadros terriveis do ascetismo, os requintes horrorosos dos martyrios, sem se poupar nenhum pormenor que possa arripiar os cabellos, nenhum traço capaz de produzir calafrios, sem se poupar uma só gotta de sangue, nem os tendões cortados cerce pela espada dos algozes, nem as carnes palpitantes que se esvaem, contrastando na côr rubra do sangue extravasado com os tons lividos da pelle; essa energia quasi diabolica do pintor que se deleita na exhibição das cruezas com uma *furia* genialmente caste-

lhana, parecendo ter o cannibalismo na alma dilacerada pelo ideal de torturas impossiveis; parecendo que nem os seus olhos, nem a meiguice do mundo, nem o azul do céo, nem as tardes luminosas, são capazes de ver e de sentir; Ribera, o terrivel, appareceu-me hoje sob um aspecto imprevisto.

Tambem o funebre pintor de S. Jeronymo tinha os seus momentos de illuminação gloriosa da alma e tambem era capaz de competir com os mysticos *triumphantes*, poetas de piedade feminina, pintores das Conceições, das Assumpções, entre choreas de anjos sobre nuvens nacaradas, na luz esbatida, nos fundos opalinos da gloria celeste, suavemente azul.

O retabulo celebre do convento das Agostiñas de Salamanca—a ultima egreja em que entraremos—é uma verdadeira maravilha da arte hespanhola. A's fortes e solidas qualidades do pintor de tantas *anatomias*, eximio no claro-escuro, juntam-se aqui dotes superiores de colorista. A composição é grandiosa, a tonalidade forte e ao mesmo tempo suave.

Nas duas columnas que ladeiam o arco da capella-mór da egreja, que nada tem de apreciavel, estão de *rodillas*, orando, voltados para o retabulo, os marquezes de Monterey que foram os fundadores do mosteiro. Eternamente ajoelhados perante a Conceição do grande mestre, dizem-nos ao mesmo tempo a força e a fé da

alma castelhana e o vivo sentimento de uma arte reveladora dos arrebatamentos mysticos da epoca.

Não ha *dilletantismo* de espiritos tornados scepticos pela educação. O hespanhol é tão simples quanto forte; a sua nobreza é ingenua. Com egual sinceridade manda, impéra, combate e destroe, como se humilha, prostrado, perante o symbolo creador d'essa força que lhe borbulha no peito. Monterey, armado de ferro, com o capacete orgulhoso aos pés e sob os joelhos o brazão magnifico, registro immorredouro das façanhas hereditarias, está alli humildemente, de mãos postas, outro homem, fragil e dependente, deante da Virgem que no alto dos céos o ha de proteger, implorando do pae soberano um logar condigno para o heroe famoso na terra.

Levantou-lhe um templo, á Virgem; erigiu-lhe um sanctuario, onde pelos seculos sem fim a voz suave das virgens, em hymnos interminaveis, cantará a gloria da Mãe de Christo, concebida sem peccado... Em frente, do outro lado da rua, ergueu o seu palacio, padrão terrestre da sua grandeza, pedindo á arte o que ella então possuia de melhor, esculpindo nas paredes os brazões gigantescos, para apregoarem á successão das gerações a grandeza incomparavel da familia de heroes. Cada fidalgo castelhano se suppunha, e com razão, um heroe, porque nunca se viu no mundo tanta e tamanha energia executiva, como

nos tempos que alvorecem com Fernando e Isabel, os reis catholicos.

O palacio dos condes de Monterey, vice-reis do Mexico, pertencente hoje á casa de Alba, em que a dos vice-reis veiu incorporar-se, é um formosissimo exemplar da transição do plateresco para a renascença italiana, e de ambos os estylos apresenta caracteres tão superiormente bellos que foi essa construcção a escolhida para servir de modelo ao pavilhão hespanhol na exposição de Paris, em 1867.

Do projecto que tomava as proporções gigantescas de um verdadeiro paço real, só uma parte se acabou. Devia ser um vasto quadrilatero com torreões nos quatro angulos e no centro de cada ala. No centro havia um sumptuoso *pateo* ou claustro. Apenas uma das faces do quadrilatero se concluiu e incompletamente. As paredes dos andares inferiores são relativamente nuas, segundo a regra n'este genero de construcções; mas o segundo andar ostenta, entre as torres, galerias sumptuosas de arcos apoiados sobre columnelos em cujos capiteis as cruzes de Santiago se enlaçam com os motivos phantasistas dos esculptores *platerescos*: satyros, crianças, folhagens, fructos, aves, animaes, moveis, alfaias e tudo quanto á imaginação ardente dos artistas occorreria nos seus devaneios inexgotaveis.

Dos oito torreões projectados, apenas dois chegaram a construir-se; mas dois bastam para

nos dar a amostra da elegancia nobre d'essas obras que, na sua traça, affectavam ainda a fórma dos baluartes, de quando a vida perenne da fidalguia era formada pelos combates e sedições com que tiveram por seculos a Castella em tormentos.

Se o palacio de Monterey nos recorda o periodo quasi feudal da fidalguia castelhana, a famosa casa das *Conchas*, construida no mesmo periodo architectonico, tem no capricho, que a denomina, a reminiscencia de outra face da vida turbulenta dos tempos transactos. Não são os liões heraldicos o que dá caracter ao palacio erguido no logar do velho solar de Arias Maldonado; são as conchas de peregrino de que as paredes estão coalhadas. Contam-se não menos de 275 conchas de pedra na fachada, 68 no torreão, 26 na ala oriental e mais 40 de ferro nos cravos monumentaes da porta: 400 conchas de pedra e ferro!

O mais bello, porém, d'este monumento, que os jesuitas quizeram derribar, quando em frente levantaram o seu collegio, não é o capricho das conchas: são as esculpturas do pateo, são os brazões da portada, são as escadarias interiores. Cada uma d'estas obras é um primôr, e são um encanto as grades das janellas, que disputam com as do tumulo do cardeal Annaya o primor na phantasia da concepção, e na belleza da execução.

A casa de *la Salina* é hoje o palacio da *Deputacion provincial.* Foi restaurada, e no magnifico *pateo* do palacio dos Fonsecas, o que sobretudo me enlevou a vista, foram os extravagantes consoles ou cachorros que aguentam a galeria coberta do claustro, atlantes monstruosas, cariatides contorcidas, que nos estào dizendo as torturas e ambições extenuantes da alma humana, ainda pujante e solicitada em tantas direcções oppostas, n'essa época da Renascença, erriçadas de Sphinges.

O papel não chega para enumerar todos os solares dignos de menção: o palacio das *Quatro torres*, o de *San-Boal*, a casa dos *Suarez*, a dos *Maldonados*, a dos *Abarcas*, a dos *Amatos*, a do Marquez *del Vado del Maestre*, a dos Viscondes de *Garcigrande* e muitos outros, sem contar a das *Mortes*, nome lugubre, que lhe vem das tragedias funebres, de que foi theatro, e sem esquecer essa joia que se chama *Torre del Clavero*, pertencente á familia dos Sotomayor. Sobre um envasamento quadrado assenta a torre em prisma octogonal, tendo em cima, como corôa, uma guarita, em cada uma das faces, adornada no alto de escudos, em baixo de cónes invertidos formados por entrelaçamentos de folhagem de pedra.

E agora reparo que ainda não vimos a Universidade, nem a *Plaza Mayor*, ou Rocio, que são, cada qual no seu genero, monumentaes.

Da Universidade, referir-me-hei unicamente á

fachada que fica no fundo do largo onde puzeram a estatua de frei Luiz de Leon. E' em minha opinião, o mais bello exemplar do *plateresco*, a fachada da Universidade. Encimando a dupla porta gigantesca de arco abatido, ha tres andares successivos, divididos por pilares que encastoam os brazões de Hespanha. No alto uma renda de pedra, cortada por corucheos dentados, diz-nos que as tradições ogivaes se não perderam de todo ainda, como o faziam até certo ponto suppôr os arabescos *italianos* das pilastras e dos paineis.

Não posso ficar calado perante a escada, onde vão subindo em alegre festim as imagens das velhas touradas da Hespanha medieval, com os cavalleiros cobertos de saios, dos cavallos carapaçonados, perseguindo o touro com a lança apontada para o matar.

Ficaria calado talvez dentro da *Plaza Mayor*, a maior e a mais sumptuosa de Hespanha — mas não a mais bella, não! Ideada nos principios do seculo XVIII, padece de todos os defeitos da época. É grande, sem ser pittoresca. É theatral, sem ter grande largueza. Arcarias em toda a volta, medalhões com retratos de reis, columnas, porticos, fachadas regulares e semsabores... Ainda bem que em compensação de tanta monotonia enjoativa, a municipalidade ajardinou o recinto e o rega regularmente agora, durante junho, quando o sol começa a estreitar nas suas tenazes de lume estas regiões quasi arabicas.

Nas arcarias concentra-se o que ha de melhor em *commercios* na cidade; o povo, em busca de sombra, accumula-se, e o sitio é magnifico para observar a população. Salamanca, porém, não sei porque, a não ser architectonicamente, tem pouco *caracter*. Será porque já se cruzam aqui tres linhas de estradas ferreas? Mas tem tão escasso movimento! Como quer que seja, o leitor verá quanto mais pittoresca é a physionomia de Zamora, de Toro.

É para lá que eu dirijo os meus passos, modo de dizer rhetorico, pois os passos que me levam são os da locomotiva, a caminho de Medina del Campo. Da paizagem nada posso dizer, porque fiz o trajecto entre as 10 horas e a meia noite. Escuro como breu. Mas tambem nada haveria a dizer, porque a campina rasa, coberta de searas de trigo, é a mesma que eu vi em torno de Salamanca.

Aproveitei a noite para dormir: na manhã seguinte ia entrar no valle do Douro.

VI

Dormindo, fizera o trajecto de Salamanca a Medina del Campo. Dormindo, consumi as horas de espera n'essa bifurcação; dormindo desci a linha de Zamora, que fórma um angulo agudo com a de Salamanca. Quando acordei de todo, estava no valle do Douro perto de Castronuño, onde a estrada atravessa o rio. D'ahi para deante segue sempre na sua margem esquerda, encostada á raiz das collinas do norte, deixando para o sul as extensas campinas, no meio das quaes socegadamente o Douro vae marchando para a fronteira portugueza.

Mas que Douro este tão diverso do nosso Douro portuguez, estrangulado entre montanhas altissimas, constantemente ameaçado pelas derrocadas das penhas de granito que as chuvas e o vento mandam rolando até ao fundo das gargan-

tas assustadoras em que o rio, epilepticamente, se vae despenhando de rapido em rapido, de cachoeira em cachoeira, despedaçado pelos alcantís do leito! Quando o vemos da margem, o Douro de lá parece-nos um filete de agua perdida. As montanhas esmagadoras dominam tudo. Agora, porém, o caso é outro. O Douro d'aqui não é o nosso Douro turvo e rapido: é um rio que vae correndo mansamente as suas aguas caudalosas por meio d'uma planicie batida e entre renques de choupos, de faias e de salgueiros. A's vezes lembrava o meu querido Tejo para baixo de Abrantes.

Mas a campina é menos rica de côr, a paizagem mais sobria e mais severa.

Querem os sabios geologos que em épocas anteriores a toda a noticia, a Hespanha ligada á Africa por Gibraltar fechasse em um lago mediterraneo, e, prolongada para noroeste pela Atlantida submergida, fôsse ligar o continente europeu ao americano. O estudo da geologia peninsular levou os sabios a confirmar d'este modo as referencias lendarias dos antigos com respeito á Atlantida. Grandes rios terciarios viriam rumando a sueste entrar pela Biscaya, formando os lagos de então, hoje bacias fluviaes do Ebro, do Esla e do Douro. Se isto é verdade, rodava eu pois no leito do velho lago terciario que tem por centro Valladolid. Enfrentando ao nascente com as cumiadas que dividem a bacia do Douro da do Ebro, ao

poente com os montes leonezes; ao norte com a cordilheira cantabrica; ao sul com a grande cordilheira que divide a peninsula em duas partes, desde Cintra sobre o mar, até aos Pyrenéos: a bacia lacustre do Douro que aninha no seu seio Valladolid e Salamanca, Valencia e Leão e Zamora, tem como cidadellas fronteiriças Ciudad Rodrigo, a poente; Segovia nas abas do Guadarrama; Soria pelo nascente e Burgos no arrancar dos Pyrenéos cantabricos.

Esse antigo lago vasaria para o Atlantico pela garganta alcantilada, que nas fronteiras de Portugal dá começo ao nosso Douro. E assim se explica o facto do mesmo rio ter aspectos tão diversos, cursos tão variados, individualidade tão distincta, antes e depois das serranias que por este lado formam a fronteira hispano-portugueza.

Como quer que seja, o comboio, rodando quasi tão suave e vagarosamente como o rio, parou em frente de Castronuño.

Por entre as nesgas do arvoredo, engastando o rio que passa junto á linha, via a pequena distancia, no arrancar de uma collina cuja base vem banhar-se no Douro, o triste *pueblo* com as suas casas de taipa da côr da terra, o corucheo philipino da sua egreja, mais acima as ruinas do castello que Pedro de Mendaña entregou ao nosso pobre Affonso v, quando foi da aventura tristemente terminada em Toro. A manhã era limpida e clara, fresca, pois o sol acabára apenas de nascer; e a

solidão da terra, o melancolico aspecto do *anden* da gare onde a inevitavel *pareja* de guardas civis, brunidos e reluzentes, passeava somnolentamente, a ausencia de passageiros e de fazendas, a inacção morta de tudo, faziam-me perguntar a mim mesmo porque estaria alli o comboio parado tempos esquecidos.

De volta em volta, n'esse desdobrar incoherente do pensamento, quando não é solicitado por uma direcção voluntaria, accudia-me á lembrança a scena da noite, quando o pobre rei desbaratado em Toro vinha correndo a fugir por aquellas campinas fóra e, trepando a galope até ao Castello do Mendaña, lhe pedia abrigo, o desgraçado. O Mendaña desceu, abriu a porta e ratificou a homenagem, offerecendo as chaves do Castello ao rei vencido que, morto de cansaço, se atirou a uma cadeira e adormeceu logo resonando de gordura. O Mendaña de pé olhava para elle calado, e a mulher ladina observava-lhe:

— Vê agora por quem nos perdemos...

N'isto, a sineta da estação deu o primeiro toque e despertou-me. Tinha de haver mais dois ainda e por isso não escasseava o tempo. O sol, subindo, illuminava meigamente a vasta campina de cereaes, desenrolada deante de meus olhos, com vinhas invadindo por todos os lados. Estas planicies da Castella-Velha eram consideradas o celleiro de Hespanha, emquanto a plantação de vinhas as não foi transformando em adega do

mundo; hoje as cepas são tantas que o vinho vale tres tostões a arroba, que é o equivalente do almude. Já os proprietarios começam a arrancar vinhas. O marquez de F., com quem me encontrára em Salamanca, dizia-me:

—Tenho as adegas cheias com o vinho da colheita passada. Se o não vender antes da que vem, de certo não vou construir casas e vasilhame novo. Não vindimo; os cães que comam as uvas.

Deu a segunda badalada: ainda faltava outra. Os montes em volta, distantes, douravam-se de luz e por entre as ondulações da planicie, ainda levemente accidentada, espalhavam-se ramilhetes de arvores, choupos ondulando com a brisa da manhã, faias tremeluzindo nas folhas prateadas, carvalhos arrendados destacando-se no fundo azulado do ar. Já para aqui não ha nem oliveiras de aço, nem sobreiros e azinheiros: só apparecem lá para o sul e para o poente, nas regiões da fronteira. O clima é frio e interior.

Afinal, deu a terceira badalada, e a locomotiva, espreguiçando-se, seguiu a sua jornada monotona, arrastando atraz de si os carros vasios do comboio.

Perguntei porque motivo em região agricolamente tão rica, o trafego era tão escasso. Responderam-me que os habitos primitivos da pequenissima povoação local se não tinham alterado: transportavam os seus grãos nos seus carros pelas antigas estradas; e que sobretudo a linha de

Zamora, terminando em uma cidade sem maior importancia economica, não communicando para oeste com as estradas de ferro que dão accesso á costa, era um becco sem saída e uma empreza sem futuro. Assim parece.

A' maneira que o comboio a custo me ia levando pela estrada aliás plana como a palma da mão, o rio que a principio fizera uma doce companhia, escorregando entre choupos á margem da linha, foi pouco a pouco desquitando-se, fugindo no seu passeio ondulante e caprichoso para o lado opposto da planicie, desenrolada perante os meus olhos. Gradualmente as vinhas iam invadindo os campos de trigo até os coalharem de todo e nas encostas proximas que tinha á direita, via-as trepar viçosas até á cumiada das collinas, vendo-as subir como um indeciso formigueiro de insectos pelas encostas do lado esquerdo, lá ao longe, esbatidas já nos tons azulinos dos campos distantes.

Mas á medida que nos iamos approximando de Toro, o rio, por outro capricho, inclinava de novo para a direita, vindo encostar-se aos montes mais consideraveis que desde aqui principiavam a accidentar o terreno. A estrada, apertada entre o rio e as vertentes rapidas, teve de abrir o leito em trincheiras de um saibro côr de sangue. Para a esquerda a veiga aperta-se, e os altos d'estas quasi serras vêem-se coroados de mattas de pinheiros e carvalhos.

Nas bordas do Douro a arborisação é densa. A paizagem ensombrada ganha tons mais severos. Toro approxima-se, e quando lá chegâmos, da estação assente em baixo, na orla da veiga, vemos sobranceiro, a cem metros de altura, o castello, a *collegiata* bysantina, algumas, poucas, torres e as ruinas das antigas muralhas colleando a meia altura da encosta vermelha como sangue, profundamente sarjada pelos rasgões das chuvas, abrigando casebres mesquinhos espalhados aqui e além.

Não era meu intento parar em Toro á ida. Resolvera fazer essa visita no regresso; por isso não deixei que a minha imaginação divagasse na lembrança dos casos melancolicos do drama que teve por principaes protogonistas Affonso V e a *Beltraneja*. Depois, opportunamente, teria occasião de memorar esses tristes episodios, ao visitar a terra abandonada de que elles foram theatro.

Cá de baixo não se vê senão o que está no alto da vertente do monte, porque a cidade extende-se para o interior em um planalto inclinado oppostamente.

O meu destino directo era Zamora, termo da laboriosa viagem do comboio; Zamora, a terra de Viriato e do Cid, cuja bandeira se compõe de oito fitas vermelhas em memoria das oito batalhas ganhas por Viriato contra os romanos, e mais uma fita verde em memoria da batalha de

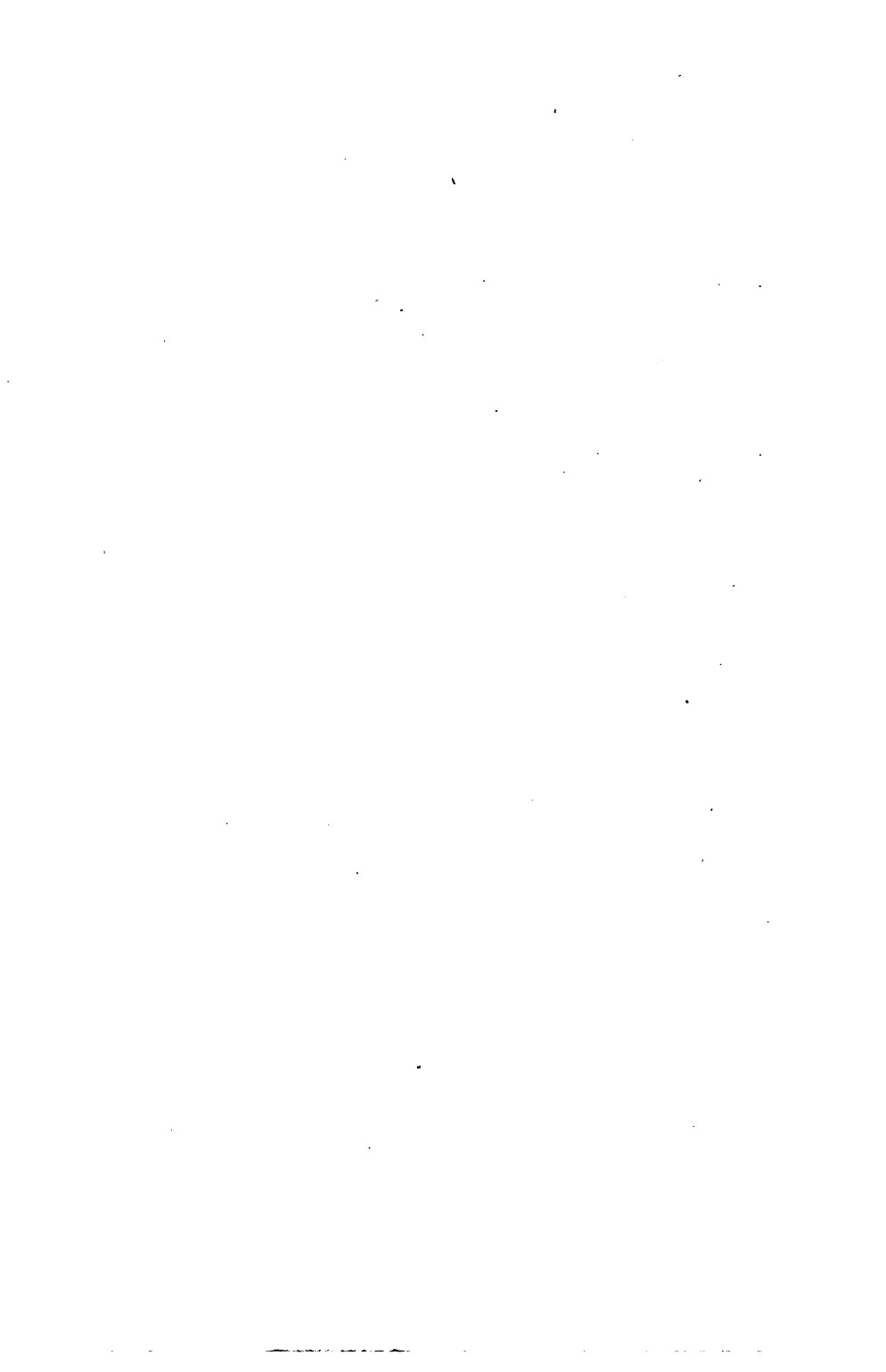
Toro que o rei Fernando affirmou ter ganho contra os portuguezes. Para celebrar esta façanha duvidosa desatou a banda que trazia ao hombro e deu-a aos zamoranos para a sua bandeira.

Singulares extravagancias tem a historia dos povos, e não é das menores a bandeira de Zamora, porque os modernos leonezes, tão luzitanos como os beirões que em Vizeu possuem a cava de Viriato, tão luzitanos que tambem reivindicam para si a gloria do famoso guerrilheiro do Herminio, conjugaram na bandeira de Zamora, aos tropheos de uma gloria commum, o pobre signal de uma lucta entre esses proprios irmãos outr'ora socios nas batalhas contra o invasor.

Deixemos, porém, *Seña Bermeja* que assim se denomina o estandarte zamorano. Ainda nem sequer chegámos á cidade. O comboio vae rodando contra o rio, que até ao fim da nossa jornada se nos conserva fiel ao lado.

Em frente de Toro alarga-se para além do Douro vastissima campina opipara, em cujo centro está Pelea-Gonzalo e onde foi ferida a confusa batalha de Toro. Mais abaixo uma linha de moitas estrangula a veiga que de novo se abre, com menor extensão, porém, em frente de Zamora, prolongando-se para oeste até aos confins provaveis do Lago remoto dos tempos terciarios: ahi onde começa o massiço de montes que vão, Portugal em fóra, terminar quasi na praia atlantica.

Quando se entra em Zamora, especialmente depois de uma jornada fatigante não pela extensão, pois desde Medina não ha mais de noventa kilometros, mas esses noventa kilometros levam quatro horas a transpôr: quando se entra em Zamora, a sensação é risonha. Para cada lado que a vista se torne, descobre-se arvoredo; e em Junho, ás 9 horas da manhã, já a sombra sabe bem. São longas alamedas de choupos, são laranjaes e pomares por todos os lados. Zamora fica á beira do Douro, n'uma pequena elevação que se ganha por uma estrada bem traçada. A cidade tem um aspecto serio, limpo e convidativo. Pelas boccas das ruas, que dão sobre o campo, ao passar, descobrem-se perspectivas risonhas...

Vamos almoçar; depois veremos a cidade.

VII

Em Salamanca receberamos a impressão de uma cidade ecclesiastica e universitaria.

Em Zamora a impress o que temos é de uma cidade militar. Levantando-se estrategicamente sobre o Douro, foi Zamora por muito tempo, com effeito, o baluarte avançado dos principados christãos asturo-leonezes contra os musulmanos, ainda senhores da maxima parte da peninsula.

Consolidadas as suas conquistas no Minho ao depois portuguez, Affonso II, o grande heroe da reconquista, depois de ter levado as suas razzias até ao valle do Tejo, atacando Lisboa, aproveitou da paz que lhe pediu o califa de Cordova, Alhaken, para reconstruir e fortificar Zamora, caída em ruinas nas guerras anteriores do seculo IX.

Não duraram, porém, muito as treguas, e o segundo Abderraman voltou sobre o Douro, assolando toda a comarca. Rezam as lendas que n'estas campanhas se extremou o famoso Cid Bernardo del Carpio, e póde-se dizer que n'esta época Zamora não passava de um castello erguido sobre a margem do Douro, no proprio ponto onde ainda hoje se veem as muralhas espessas e as torres circulares das velhas construcções medievicas.

Não foi antes dos ultimos annos do seculo IX, no reinado de Affonso III, que a nova Zamora conseguiu de vez installar-se e povoar-se. Trouxe o rei de Toledo alvaneos para construir as fortificações, egrejas e edificios. Alçaram de novo ao céo as agulhas de templos derrocados, brotaram d'entre as ruinas fortes torres de defesa, surgiu dos montões de escombros o poderóso castello; e a povoação *abundante de aguas*, como lhe chamavam os chronistas arabes, foi cercada por sete muros, extendendo-se até ás proprias margens do rio. O trabalho, o commercio e a actividade da vida urbana, reappareceram de novo com a presença dos proceres, dos soldados e mais gente, rodeando o rei que havia convertido Zamora, de um montão de ruinas quasi informes, em uma povoação por tal fórma importante, que desde então, e por muito tempo, os arabes lhe ficaram chamando a capital da Galliza.

Nova crise, porém, soffreu Zamora, no fim

do seculo X, com as invasões do celebre Almanzor, cujas correrias, já contra Leon, já contra Astorga, que ambas venceu, com estragos e morticinios horriveis, assolavam os arredores da cidade do Douro. Em 981 entraram, sem porém tomarem o castello; mas em 986 Almanzor, vindo contra o rei Bermudo, que se acolhera a Zamora, tomou-a sem grande resistencia e, matando ou captivando os habitantes, repovoou-a com mouros, deixando por governador Abu-Abas, o Todjidita.

Depois de submettido á sua vassallagem o Emir de Toledo e reparadas as perdas consequentes das correrias do terrivel Almanzor, o rei Fernando, em 1060, veiu pessoalmente a Zamora, concedeu-lhe o *fuero,* reconstruiu as fortalezas, fixou a população, chamou fidalgos a estabelecerem-se alli para defenderem a comarca, no regimen do feudalismo incipiente.

Entre as lendas piedosas que se entretecem com a historia terrivel dos tempos da reconquista, conta Zamora a de San Atilano, que é o padroeiro ou eponymo da cidade.

No primeiro quartel do seculo X o bispo Atilano, quando o rei Ordoño voltou da sua correria victoriosa de Cordova e achou morta, em Zamora, a rainha Elvira, teve escrupulos que a lenda não conta e, deixando o baculo ao seu coadjuctor e successor João, partiu em peregrinação á Terra Santa.

Ao saír, de cima da ponte, deitou ao rio o annel, fazendo voto de que só quando o tornasse a haver consideraria perdoadas as suas culpas e regressaria á sua diocese. Antes de partir, ordenára que as rendas da mitra fôssem repartidas pelos pobres. Durou dois annos a peregrinação. Certa noite, emquanto dormia ouviu uma voz celestial ordenar-lhe que voltasse á sua diocese, pois que as suas orações e penitencias tinham alcançado remissão para todas as suas culpas. Voltando, chegou a um arrabalde da cidade já de noite, e albergou-se em um hospital proximo do Santo Sepulchro. Os ermitões, tomando-o por um peregrino vulgar, mandaram-lhe abrir e limpar um peixe que n'aquelle dia tinham pescado no Douro. Com grande espanto, o prelado encontrou dentro das tripas do peixe o seu annel e, caíndo de joelhos perante o extraordinario milagre, deu graças ao céo por tão manifesta prova da sua misericordia. Succedia novo e simultaneo milagre: era que ao mesmo tempo todos os campanarios da cidade repicavam sem ninguem os tocar! E olhando para si proprio, o Atilano via com pasmo transformarem-se-lhe as humildes vestes de peregrino em trajos roçagantes de bispo. A noticia do milagre correu instantaneamente na cidade e todo o povo desceu ao albergue, levando d'alli o bispo em procissão triumphal até á egreja de S. Pedro, cathedral de então, pois ainda a Sé não estava construida.

A Sé, que nós logo visitaremos, similhante á Sé velha de Salamanca, foi tambem talvez devida a architectos borguinhões, vindos com os genros de Affonso VI.

D. Urraca, D. Elvira, as antigas infantas de Zamora e Toro, acompanharam o rei seu irmão e sua segunda esposa Constança a Toledo, no anno de 1086, quando ahi o monarcha ia restaurar a antiga côrte dos godos, capital da Hespanha christã. Como o fim verdadeiro das operações d'esse anno, apezar de dissimulado, era sabido ser a tomada de Toledo, empreza importantissima, não só para a Peninsula como para toda a christandade, vinham de outras nações muitos cavalheiros engrossar as hostes do monarcha leonez. Entre esses chegaram os dois nobres, Raymundo e Henrique condes de Borgonha, aparentados com a rainha de Castella, D. Constança, e a cada um Affonso VI deu uma filha; Urraca, afilhada da tia, antiga infanta de Zamora, a Raymundo, e Thereza, a outra filha, a Henrique. A primeira teve em dote o condado da Galliza; a segunda, as terras ultimamente conquistadas aos mouros, com o titulo de condado de Portugal. D'aqui provém a fundação e independencia de um novo reino.

Entre as muitas obras monumentaes que assignalaram a grande era da conquista de Toledo, e d'ellas a maior de todas é sem duvida a reconstrucção de Avilla, conta-se o alargamento de

Zamora que teve novas franquias e isenções dadas pelo conde D. Raymundo, datando porventura d'essa época o plano da reconstrucção da cathedral ordenada por Affonso VII e executada pelo ex-principe de Zamora, D. Ponce de Cabrera. Nenhum dos dois conseguiu vêr rematado o templo que se inaugurou em 1174, consagrado á Transfiguração, assumpto do retabulo de jaspe e marmore do altar-mór.

A fachada da cathedral olha sobre o Douro, levantada em cima de uma collina abrupta que se precipita contra o rio, em frente das ruinas semi-submergidas da antiga ponte romana e dos açudes das azenhas que a tradição diz terem sido concedidas pelo rei ao Cid. O Douro terá ahi duzentos metros de largura, e para além d'elle extende-se uma campina opipara cortada de arvoredos.

A cathedral é uma construcção bysantina. A fachada, severa e simples, tem uma nobreza real. Ao centro, no alto de uma escadaria, hoje reconstruida, rasga-se entre dois columnellos, que tomam a altura toda, a porta de amplo arco de volta inteira, triplo, estreitando, apoiado sobre seis columnas massiças. De cada lado da porta ha uma janella esguia, encimada, uma por uma rosa, outra por uma cabeça saliente. Reza a lenda que, tendo um ladrão entrado na egreja, durante as obras, quiz sair pelo vão d'essa janella começada, ficando preso pelo pescoço. Sobre a porta

corre uma galeria de cinco janellas, de arco inteiro, sobre ella um friso misulado, e sobre o friso os dois columnellos fecham em arco inteiro sobrepujado pelo tympano do remate.

Corroborando o que deixei dito, isto é, o caracter dominante de fortaleza que Zamora tem, ao contrario de Salamanca, está a localisação da cathedral, construida dentro da cidadella. Contra a fachada que acabamos de vêr, alinham-se prolongadas com a margem do Douro as velhas fortificações da cidade, sobre as quaes, logo ao pé, e para montante, ficam as ruinas do antigo Alcazar, ou palacio do Cid, como a tradição lhe chama. Para baixo, e orlando o terraço que se abre nas costas da cathedral, sobranceiro trinta metros ou mais ao terreno adjacente, corre a cerca exterior, ainda quasi intacta; e no ponto onde, rematada a volta, regressa para leste, levanta-se a construcção massiça do castello, lembrando os seus muros e setteiras o aspecto das fortalezas marroquinas. Foi esse castello que os portuguezes tiveram, ainda depois de Zamora ter engeitado Affonso V pelo rei Fernando; foi essa capella que o monarcha portuguez, na sua guerra desastrada, quiz rehaver, pondo a Zamora o cêrco que teve de levantar, para n'esse proprio dia ser batido em Toro; foi esse castello que, duas semanas depois, se rendeu afinal, fazendo perder aos portuguezes a esperança de nunca mais haverem Zamora.

O castello, na esplanada, dá a mão á torre quadrangular massiça, torre enorme transformada hoje em campanario da cathedral, mas que outr'ora foi de certo uma fortaleza, quando a arte da guerra levantava, nos pontos culminantes, vigias de onde a vista abrangesse a amplidão das campinas e por meio de signaes e fogos se podesse communicar com as fortalezas distantes. O castello dá a mão á torre; a torre já erguida, viu erguer-se encostada a cathedral. De tal modo a egreja, subalterna,,se acolhia sob a protecção da espada.

A abside da Sé de Zamora não é tão rica como a de Salamanca. Na sua volta semi-circular successivos botareus a aguentam encimados por agulhas dentadas entre as quaes vae correndo o friso arrendado que remata o muro. Além da abside levanta-se a cupola achatada, como a de Salamanca, octogona, com os angulos dentados, ladeada tambem por tympanos e corucheos; mas o tecto de escamas de pedra foi coberto por uma espessa camada de argamassa. Tal é o aspecto exterior da cathedral antiga, a que os tempos posteriores juntáram superstições mais ou menos discretas. Pelo nascente construiu-se um pateo amplo sobre o qual dá uma portada corynthia por onde hoje é a entrada da egreja. Na sobrestructura ergueu-se uma torre semsabor, com um relogio e sinos, encimada por uma cupola esguia, philippina, coberta de ardozia.

Do alto da esplanada da cathedral e do castello a vista é magnifica sobre a veiga do Douro. D'este lado, a cidade vae descendo para leste, e lá em baixo fica a ponte de arcos ogivaes, ladeada ainda nas extremidades pelos torreões que tamanho papel tiveram na guerra portugueza do fim do seculo XV. Vêem-se ainda os muros, de espaço a espaço cortados por torreões massiços, irem acompanhando o estender da cidade.

Para além do rio alarga-se a campina, matizada por bosques e casaes. O panorama é deslumbrante.

VIII

Logo pela manhãsinha, antes que o sol apertasse, larguei da minha *fonda* em direcção á cathedral. Mal imaginava ainda que deslumbramentos ahi me esperavam. Quando entrámos na egreja, os meus companheiros e eu, as naves resoavam com o cantochão do cabido.

O côro não terminára ainda.

Entre o seculo XVI e XVIII deu-se na disposição interna das cathedraes do occidente europeu uma alteração grave, por ventura determinada pelo augmento numerico dos cabidos. O côro, que nas velhas cathedraes ogivaes ou bysantinas, as mais das vezes de tres naves, se reunia na capella-mór, deixando amplo o templo para os fieis, passou á reunir-se em recintos fechados, interceptando a nave central, diminuindo-a assim em uma parte consideravel da sua gran-

deza, cortando o cruzeiro para o estabelecimento da passagem indispensavel entre o côro e a capella-mór onde se celebram os officios, e prejudicando completamente o effeito artistico dos retabulos da abside, feitos para serem vistos a grande distancia, como horizonte do vasto mundo encerrado no templo, banhado na luz descendente das cupolas dos cruzeiros.

D'esta vez, a liturgia, á qual a arte tanto deve, prejudicou essencialmente o effeito *dramatico* das construcções religiosas. Os cabidos, tendo em vista a propria commodidade, não tiveram presente a consequencia esthetica de uma tal innovação. O canto hieratico dos sacerdotes, saíndo em côro do recinto aberto da capella-mór, especie de gloria ou apotheose recamada de oiros, deslumbrante de luzes, refulgindo em alfaias e paramentos, entre rôlos de incenso, deve produzir nas imaginações uma impressão mais viva do que o côro de vozes que sae de um recinto vedado, inaccessivel, proferidas não se sabe ao certo por quem, nem onde.

Este proprio facto, porém, quando não ha officio triumphal nem esplendores na capella-mór, nas orações diurnas, matinas e vesperas que o cabido faz no meio da cathedral quasi erma, não deixa de ter um *quid* de seducção e mysterio. Quando eu entrei no recinto sombrio e pesado da cathedral de Zamora, dando em frente com o muro insosso do côro tive uma impressão de des-

gosto. Sentando-me, porém, em um recanto da nave a contemplar de esguelha o retabulo do altar-mór, pouco a pouco fui sendo tomado por uma impressão mysticamente secreta. O cabido cantava matinas, e como o que eu principalmente queria vêr era o côro, de que me diziam maravilhas, tinha de esperar.

Afinal as orações terminaram, e, saíndo os conegos um a um, fui apresentado ao Deão da Sé, homem da mais aberta e corpulenta franqueza castelhana.

Visitámos então o côro e não posso ao certo dizer quanto tempo me demorei lá; o que posso affirmar é que nunca até ali tinha passado deante de meus olhos uma symphonia tão extraordinaria de madeira esculpida. De quantos côros entalhados tenho visto em minha vida, nenhum se compara, nem de longe, pela exuberancia da phantasia, pela nobreza do desenho architectonico, pela riqueza e abundancia dos motivos ornamentaes nunca repetidos, ao deslumbrante côro de Zamora. Estava quasi arrependido das idéas no principio expostas sobre a propriedade d'estas construcções interiores das cathedraes. Estava sob a impressão hypnotisante de uma maravilha de arte.

A traça geral do côro, nas suas linhas architectonicas, é do puro renascimento; linhas batidas horisontaes ou perpendiculares, apainelando as superficies; mas, na renda que encima toda

a construcção, no corucheu que cobre a cadeira prelaticia, nas molduras dos retabulos apparece constantemente a reminiscencia do estylo ogival.

Duas ordens de bancos formam o côro em cujas estantes eu estava vendo os livros colossaes, de caracteres gigantescos em varias côres, com as capas de taboa forradas de carneira, tauxiados, encantonados com ferragens maravilhosas; livros monumentaes e magnificos. Cada um dos bancos é um prodigio de invenção ornamental! Não ha estylo nem descripção capaz de dar idéa, ao de longe, d'esta porventura obra prima da arte de entalhador na Peninsula. A madeira negra, endurecida e polida pelo tempo, tem um tom de ferro, porém doce e avelludado, que vem do constante entrecortar das linhas em superficies principalmente curvas, infinitamente mutaveis e sempre differentes. Cada banco, cada retabulo, necessitariam uma descripção especial. O agiologio, a historia, a heraldica, santos, homens, armas, brazões, folhas, fructos, flores, arvores, animaes, os verdadeiros e sobretudo os phantasticos, passam-nos perante a vista, n'um kaleidoscopo entretecido com os arabescos nascidos da pura imaginação artistica.

Sobre as costas da segunda linha de bancos apoiada contra os muros do côro, levanta-se um respaldo dividido em retabulos rectangulares, tendo no centro de cada um em alto relevo a effigie de um dos principaes santos da christan-

dade. Na face do fundo do côro dois d'estes retabulos são occupados pelas portas, maravilhas que valeria a pena fundir em bronze para lhes dar uma duração perenne. O retabulo do centro ergue-se em nicho mais alto, guardando a estatua da Virgem sob a qual fica o solio prelaticio e sobre ella o baldaquino glorioso.

Como em todos os côros, a face que dá para o cruzeiro da egreja é cercada por cancellas de ferro, obras sempre notaveis em Hespanha, mas que n'este caso não merece menção especial; pois toda a nossa attenção é chamada para a talha do côro que não terminou ainda.

Sobre a galeria das imagens dos santos, prolongando para um lado e outro o primeiro envasamento, corre avançando em baldaquino longitudinal uma facha repartida symetricamente com os retabulos inferiores. Foi ahi que a imaginação livre do esculptor ornamentista deu largas á exuberancia symphonica da sua imaginação. Cada um d'esses retabulos é um poema de phantasia. Corôa tudo uma renda, e esta construcção, de alto a baixo, não mede menos de nove a dez metros.

Era forçoso, embora fôsse difficil, deixar o côro. Já passava a hora de *la comida* que regula por aqui entre as 12 e a 1. O deão, enthusiasta e cioso dos thesouros da sua cathedral, queria surprehender-me com outras maravilhas; e eu, sceptico, imaginava não haver coisa digna de

vêr-se depois do côro. Mas os sachristães na egreja bocejavam com fome, e eu tambem sentia repellões no estomago e um quebramento forte nos joelhos. Ficou o resto para outro dia, e o leitor verá que esse resto valia bem a pena. O deão não exagerava.

De caminho para a *fonda*, quando o sol já ardente não convidava a excursões e o estomago reclamava subsidio, olhando uma esquina, vi o seguinte letreiro: *Calle de la Rua*. Perguntei e disseram-me que as *calles* d'esse nome eram communs nas cidades de Castella-Velha. Depois observei e vi ser assim. Isto deu-me que pensar durante o almoço, porque não é tão simples como parece. *Calle de la Rua*, traduzido em portuguez, diz-se *rua da rua*. Da mesma fórma, quando nós dizemos *rio Guadiana*, estamos dizendo *rio-rio-rio*, porque a palavra *ana*, nucleo da denominação actual, dizem os celtistas significar rio; vieram os arabes e juntaram-lhes *and guad*, que significa—rio, e por fim nós elevámos á terceira potencia o que os arabes tinham elevado ao quadrado.

Isto mostra como os esqueletos das linguas duram mumificados eternamente, quando as populações que as falam, ou mudam ou trocam uma lingua por outra. No caso do Guadiana as populações mudaram, tanto quanto é possivel em taes acontecimentos; no caso da *rua* de Zamora a população é hoje ainda a mesma, que outr'ora

sabia o significado correntio da palavra e hoje o ignora. E bastaram para isto cinco ou seis seculos, pois não ha mais tempo que leonezes, portuguezes e gallegos tinham uma lingua commum depois substituida na côrte pelo castelhano. Essa lingua, perdida na Castella até ao ponto que observei na esquina da rua da Zamora, ficou sendo o dialecto provincial da Gallicia, e, transformada principalmente nos seculos XV e XVI entre nós, chama-se hoje o portuguez.

Então uma irmandade de fala vinculava n'um laço igual os povos do occidente e do noroeste da Peninsula, metade da Hespanha, embora já os acasos da politica viessem fragmentando e separando o que estava unido, até ao ponto de, com tumultos e revoluções, scindirem profundamente a Hespanha em duas.

Os pensamentos são como as cerejas e taes cogitações me suggeria o letreiro simples de uma esquina, que de tarde na *calle* ou *rua* da minha *fonda,* quando tomava o fresco á janella, vi passar uma récua de animaes estranhos para mim. Não eram cavallos, nem eram machos. Pois eram burros.

E' que não ha em todo o mundo burros mais extraordinarios: teem até um ar firme e orgulhoso que destôa por completo do nosso burrinho minusculo, pelludo e triste, mas tão bom, tão compassivo e obediente: o burrinho de Cintra ou de Cacilhas. Vira tambem burros nas

aldeias da Mancha, onde não ha *vecino* sem manta, escopeta e burro. Mas são da especie cacilheira, não da zamorana.

IX

Pelo fôro antigo de Zamora os nobres tinham o direito de escolher no mercado tudo quanto desejavam, e só depois é que aos plebeus era licito comprar. Este costume dava logar a um desgosto profundo, porque se os nobres em pessoa ou suas esposas fôssem ás compras, naturalmente o plebeu seria o primeiro a ceder-lhes de boamente o passo, affastando-se com humildade. Mas os nobres mandavam naturalmente os seus criados e perante uma tal arraya tão miuda como elles, o plebeu encontrava-se deprimido.

E' como se hoje o dispenseiro de um barão affastasse altaneiramente para o lado o merceeiro de mais ou menos posses, que o amor da carne leva de manhăsinha á Praça da Figueira a escolher os melhores bocados.

Ora, succedeu que no anno de 1158, primeiro do reinado de D. Fernando II de Leão, um sapateiro de Zamora, cujo nome a historia injustamente esqueceu, foi ao mercado, olhou em volta, ninguem viu, e julgando-se portanto no seu direito, comprou uma truta pescada no Douro. Mal se dispunha a partir com o peixe o sapateiro, quando o dispenseiro de Don Gomez Alvares de Viscaya disse:

—Alto lá! o peixe é meu.

Resistiu o sapateiro, veiu em abono o pescador, armou-se logo um grande motim, levantando-se como chefe da arraya miuda um surrador de pelles, chamado Benito. Don Gomez, ao saber do acontecimento que já alvoroçava Zamora inteira, rompeu em ameaças, prometteu forças e mandou prender logo o sapateiro, o pescador e algumas mais cabeças de motim. D'ahi convocou toda a nobreza da terra para a egreja de Santa Maria, onde costumavam ter as suas assembléas; mas, quando os apanharam dentro reunidos, a multidão levada pelo Benito cercou a egreja, fechou as portas e amontoou lenha contra elles deitando-lhe fogo. N'um instante a egreja ardia, sepultando na fogueira os nobres todos e Don Gomez Alvarez de Viscaya, cujo palacio, ali perto, foi arrazado até aos alicerces.

Não faltou a esta tragedia veridica o milagre correspondente conservado pela tradição. As Sagradas Formulas fugiram do incendio, voando,

rasgaram o muro da egreja, deixando patente uma fenda, e foram abrigar-se no convento das Dueñas, que então se achava logo atraz da egreja de Santa Maria, cosido com a muralha da cidade.

Não desconhecia a plebe de Zamora a gravidade do crime commettido, e agora satisfeita a vingança, o seu cuidado era evitar o castigo. Depois de varias discussões, o surrador Benito, homem de authoridade e virtude, porque, de cada dez pelles que preparava, uma era para os pobres, opinou e foi acceita a emigração para Portugal.

Saíram com effeito de Zamora sete mil visinhos, dos quaes quatro mil eram gente de armas, levando comsigo quanto possuiam. Na cidade ficaram apenas os velhos e os clerigos.

Dirigiram-se á fronteira portugueza, mas antes de a transpôr enviaram mensageiros ao rei de Leão, para que lhes perdoasse, se queria que continuassem a ser subditos seus.

O caso era espinhoso. A nobreza queria partir em guerra; mas o rei, mais prudente, conteve os nobres, e mandou o perdão, sob estas condições, porém: que reedificassem á sua custa a egreja incendiada, e obtivessem absolvição do papa, que a outhorgou, impôndo á cidade a penitencia de fabricar um retabulo ou frontal pesando cem marcos de prata com cento e dezeseis pedras preciosas. Acceitas as condições, a plebe

voltou a Zamora. Reconstruiu-se a egreja; mas o retabulo não se fez e a alfaia que o substituiu afinal, só felizmente se lavrou no seculo XVI. E' o magnifico *carro triumphal* que, segundo o rito d'estes povos, leva em um andor a gigantesca custodia processional, no dia solemne de *Corpus*.

O *carro triumphal* é uma construcção de prata, obra de tres metros de altura e maravilha de arte de *plateria*, em que ao tempo primavam Urbina, Arte e Villafañe, como Berruguete, auctor ou inspirador do côro da cathedral e de tantas obras primas, na arte de entalhador. Quando sae na procissão de *Corpus* o carro triumphal, contendo a custodia, vae sobre um estrado, levado aos hombros de vinte devotos. E' impossivel descrever por miudo esta maravilha da arte de ourivesaria. A construcção monumental divide-se em tres ou quatro corpos sobrepostos, similhando exteriormente uma cathedral, e interiormente aninhando a multidão de figuras reaes e phantasticas de que se compõem os momentos successivos do drama augusto da Transfiguração.

Em baixo estão os santos, apostolos e evangelistas, de joelhos e mãos postas, em circulo, adorando a Hostia. Acima entre nuvens, suspendem-se choreas, anjos triumphantes. Por cima ainda, no remate das abobadas ogivaes arrendadas, a figura do Padre Eterno preside soberana_

mente á tragedia que fez de seu filho o Redemptor dos homens.

Uma cousa que me feriu ao observar o carro triumphal de Zamora, e que me servirá de complemento ao que antes deixei dito quanto ao estylo *plateresco*, é o facto de simultaneamente a architectura ir pedir á ourivesaria os motivos ornamentaes, e a ourivesaria tomar para si da architectura o desenho das suas obras. Todas as alfaias d'esta época, desde o carro de Zamora até á famosa custodia dos Jeronymos, lavrada com o primeiro ouro do Oriente, são miniaturas de cathedraes traçadas no estylo ogival florido e arrendado. Esta penetração reciproca da architectura, da ourivesaria, da marcenaria, dominando em todas a mesma exuberancia de genio creador, desabrochando em phantasias ornamentaes, não terá uma significação expressiva, superior á esphera simples da imaginação artistica? Pareceme que sim. O periodo em que isto se dá chama-se Renascença, e nunca na civilisação europea o espirito humano, solicitado por motivos quasi inconcebiveis, mostrou uma plasticidade maior, nem uma força superior de expressão affirmativa. Era o tempo em que simultaneamente tendo a Hespanha acabado de expulsar os arabes, expulsava os judeus, e fundava a inquisição, absolutamente crente na efficacia do purismo catholico. Era o tempo em que na Italia, ameaçada pelo turco, já senhor de Constantinopla, o Papa

tremia pelo futuro da christandade; e d'esse susto, que fazia vibrar a alma italiana, commovida pelas tragedias incessantes da historia medieval, brotava a flôr da pintura, terrivel nas mãos de Miguel Angelo, meiga e doce nas de Raphael. Era o tempo em que, largando as azas n'um vôo, Colombo descobria a America; e, proseguindo as derrotas incessantes dos seus predecessores, Vasco da Gama chegava á India. Todos estes factos agitavam profundamente a imaginação, revolucionando por completo as instituições, a economia e os costumes dos povos europeus.

O sentimento synthetico d'esta commoção incomparavel definiu-o Camões: é o pasmo deante de tão extranhas maravilhas. Esse espanto não entorpece porém o genio optimista e heroico dos povos meridionaes; pelo contrario, estimula-lhes a fé, multiplica-lhes as forças, accende-lhes a imaginação, produzindo a pleiade extraordinaria de homens que, uns com a espada, outros com a prégação, este com o buril, aquelle com o pincel, outro com a regua e o compasso, muitos com a penna, produziram o mais extraordinario conjuncto de obras geniaes.

Quando saí da sala onde o carro triumphal está guardado, para o claustro philippino da Cathedral, deparei com as magnificas tapeçarias flamengas que o illustre deão fizera desenrolar para eu as poder vêr. Essas tapeçarias, que revestem a volta do claustro nos dias solemnes da

festividade de *Corpus Christi,* tinham voltado havia pouco de Madrid, da exposição Colombina, onde tinham causado o assombro de nacionaes e estrangeiros. As tapeçarias de Zamora ficaram desde então celebres e por isso me não demorarei a fallar d'ellas, pois não são já thesouros quasi escondidos, como o côro e o carro triumphal.

Registremos antes, ao passar pelas ruas, a bellissima fachada (é tudo quanto resta) do palacio de *los momos*, que Pedro o Cru deu ao celebre Mem Rodrigues.

Deante d'essas janellas, cada uma das quaes daria assumpto a um architecto para um palacio de hoje, estende-se o mercado de fructas e hortaliças. E' assim que por estas terras os olhos dos artifices mais humildes têm permanentemente deante de si modelos de uma belleza incomparavel. A educação artistica bebe-se no ar, e ainda hoje, graças talvez tambem ao isolamento, as industrias locaes vão repetindo com graça e distincção os antigos moldes. As cidades são museus patentes á vista de todos. Os populares têem a noção nitida do bello, e isto revela-se na graça com que as mulheres se vestem, com que enfeitam os cabellos com uma rosa ou um cravo, postos no sitio exacto. E não se julgue que isto é simplesmente um instincto herdado que se mantenha inconscientemente: ao contrario, o culto pelos objectos artisticos é tão forte como racio-

cinado. Fazia-me gosto vêr o enthusiasmo e o amor carinhoso com que o cabido de Zamora guarda os seus thesouros, conservando-os cuidadosamente, sabendo-lhes ao certo a historia e relacionando-a com as épocas e os estylos da arte castelhana.

Castelhana digo e não hespanhola, porque, a partir de Toledo para o Sul, a influencia da arte arabe é predominante. Aqui não. Raros são os vestigios, se os ha, de influencia estranha. Tudo tem o cunho proprio do grande povo que soube acclamar Isabel a Catholica, repellindo a louca tentativa do nosso pobre Affonso V e adivinhando que no genio d'essa mulher heroica estava latente o triumpho definitivo do caracter castelhano. Elle imprimiria o seu cunho á unificação da Hespanha e o destino já de longe preparado tornar-se-hia de tal modo em realidade. A força e firmeza, a decisão, todas essas qualidades affirmativas que nos periodos revoltos da edade média traziam a sociedade em tumulto permanente, agora que ella encontrava nas idéas novas um principio de unidade e na rainha um symbolo estremecido, congregavam-se unanimes, subalternisando-se deante do throno e concorrendo com elle para a expansão gloriosa da monarchia catholica.

X

De tarde saí de Zamora com saudades, e ao cabo de duas horas estava aos pés de Toro. Digo aos pés, porque ella, velha cidade, fica lá em cima, em um monte quasi abrupto, que as mulas da diligencia vão trepando, com um barulho infernal de guizos e gritos dos arrieiros.

A' maneira que subimos pela estrada desenvolvendo-se em torno do monte por entre as suas ribanceiras vermelhas, profundamente sulcadas pelas chuvas, vae-se descobrindo mais e mais a vastissima campina alongada para além do Douro. O rio beija os pés da montanha, debruado de salgueiraes.

A tarde vae descendo; o sol inclinando-se para o poente, já morde as cumiadas, lá para longe, para os lados de Zamora. Parecia ouvir na campina o tropear de cavallos, o estrugir de

trombetas, o tinir de armas e armaduras, vendo as batalhas do rei Affonso V caminharem em direcção da ponte, lá em baixo... Ia subindo, e cada passo me ampliava mais o horisonte. Era uma tarde dulcissima de verão. Não bulia uma folha. O sol, caíndo, derramava sôbre o campo inteiro um tom dourado que se esbatia no opalino do céo. Aqui, além, casaes entre ramilhetes de arvores, searas, vinhas, pomares, aldeias: lá fica, distante uma legua, Pelea Gonzalo, que outr'ora estava á beira do Douro e que uma cheia arrazou. Mudaram-n'a para longe do rio, no arrancar das collinas que fecham a veiga... Era ahi que formavam as batalhas do principe D. João, o que rompeu o combate e desbaratou o inimigo; mas do lado do rio os castelhanos envolviam Affonso V, destroçavam-lhe os esquadrões fidalgos, e na escuridão da noite, desordenado tudo, o rei fugia afflicto a esconder-se em Castronuño, e o seu exercito vinha fugindo tambem, em demanda da ponte de Toro, em busca do abrigo salvador das muralhas... Era tambem noite, quando cheguei lá acima: ha cem metros a subir. A differença estava em que, no dia da batalha funesta, primeiro de março, invernava e a chuva caía pesada; ao passo que, hoje, a noite está clara, o ar tepido, e no céo quasi não luzem estrellas, banhado todo elle em uma luz intima, cheia de doçura.

Cá de cima, atravessada a villa, fui vêr o ef-

feito dos campos onde se deu a batalha. Por essas horas o principe D. João, congregada a sua gente, atroava os ares com as trombetas, chamando a si os fugitivos e dispersos. Castelhanos já não havia: tinham ido atraz do seu rei na direcção de Zamora... Mas nada d'isto que eu tinha aprendido, nada, absolutamente, via agora; e a campina, adormecida sob o seu manto de treva densa, era muda aos meus ouvidos que perscrutavam o céo do acampamento do principe e os gritos, os ais, os gemidos e imprecações dos feridos e desgarrados, dispersos pelo campo, ou arrastados pelo Douro na corrente violenta da cheia. Seria que a distancia de quatro seculos abafava todos esses menores vãos, extinguindo-os com a ironia desdenhosa do Tempo? Ou seria que na alma placida da natureza, aquella noite de serenidade olympica não comportasse a memoria de um instante de desvairamento humano?

Facto é que tinha a meu lado a mole immensa do castello restaurado, com as torres circulares que o ladeam por todas as quatro faces. Lá dentro, na noite da tragedia, os poucos soldados da guarnição debruçavam-se das ameias para ouvir o que diziam aquelles gritos confusos, aquelle tumulto de vozes que o negrume do ar batido pela chuva e pelo vento lhes trazia aos ouvidos. Quem vencera?... Debruçando eu tambem a vista sobre a ribanceira a pique, vi lá em

baixo o lençol de prata do Douro escoar-se mansamente, e mesmo a meus pés a ponte cortando-lhe um rasgão de lado a lado. Era por ahi que os nossos vinham correndo, a galgar a encosta abrupta, amontoando-se contra as portas da cidade, na muralha que a meia altura se erguia então e de que, por aqui, por além, eu estava vendo o traçado nos afloramentos dispersos das ruinas, funebres á luz da noite.

Era nas muralhas, na torre sobre a porta em frente á ponte que o Duque de Guimarães, fóra de si, batido no campo, exclamava com desespero, e aos que pediam acolhida e salvação respondia-lhes perguntando pelo rei : Que tinham feito d'elle? Vinha alli? E aferrolhava as portas vendo traidores em todos. Ao proprio arcebispo de Toledo, o ultimo dos grandes de Castella fieis a Affonso V, era negada a entrada. E a noite seguia, não como a de hoje, luminosa e olympica, mas infernalmente revolvida pelo vento desenfreado e açoitada pelas bategas diluviaes da chuva. Foi então que chegou o principe com o seu exercito intacto, intimando a abertura das portas, e que todos entraram, como o navio batido pelo temporal quando fundea em um porto seguro.

Estavam salvos.

Parti d'alli por serem já horas da ceia que me tinha preparado o meu hospedeiro.

Era um excellente velho, magro, alto e rijo,

verdadeiro typo physico do castelhano curado ao sol ardente dos verões e ás neves enregeladas dos longos invernos da região. O caracter retempera-se, a energia ganha uma rijeza de aço. O castelhano é talvez o mais forte dos europeus, e força quer dizer aqui energia da vontade. Sob o seu aspecto reservado e grave, sem affabilidades affectadas, nem impetos inconsiderados, não verga, quebra. Ora, eu não digo que o meu hospedeiro, excellente pessoa de resto, fôsse um typo heroico de castelhano: era todavia um soldado de Vicalvaro, victima d'essa escaramuça politica em que partiu quatro costellas e quebrou uma perna por dois sitios. Quando as harpias, caindo nos campos de batalha para despojar os mortos, deram com elle, começaram a puxar-lhe as botas. Os repellões chamaram-n'o á vida e poude sentar-se no chão, desembainhar a espada e salvar-se. Era alferes de cavallaria; mas esse rapaz mostrava geito para o desenho; e d'ahi veiu que, desilludido e escaldado como os gatos, entregou-se á photographia.

Recolhido a Toro, nos ocios de uma velhice horaciana, ainda por vezes tira o seu retrato; mas o seu gosto é hospedar as pessoas amigas que de tempos a tempos succede irem a Toro, onde não ha uma só *fonda*. Hoje é republicano zorrillista, mas platonico. Nem Toro tem politica.

O mais que vi no claro escuro do crepusculo, atravessando as ruas ennegrecidas, foram ré-

cuas e récuas de mulas, voltando dos campos, terminada a faina rural diaria. De relance olhava para as casas e no escuro da noite via-lhes aspectos singulares de ruinas gigantescas. Fitava as fachadas e por vezes, é verdade, lobrigava a luz tremula de uma candeia, para além dos humbraes de uma janella monumental. Outra vez eram fiadas enormes de aberturas negras em fachadas de velhos palacios mudos. Via em tudo um ar de desolação e ruina. Só viviam as patadas das récuas de machos, passando lentamente na calçada desconjuntada.

—Saberá dizer-me em que palacio se alojavam aqui o rei de Portugal e a *Beltraneja*, perguntava eu ao meu companheiro, quando passavamos n'um vasto largo, onde ao fundo via destacar-se a portada monumental de um antigo edificio.

—Talvez aqui mesmo. N'este logar era o convento de S. Domingos, de lá adeante fica uma porta: não vê? Arrazaram-n'a depois de 1835. No convento era o alcaçar dos reis.

E a caminho da casa do meu hospedeiro, na doce espera da ceia, voltava-me outra vez a visão da noite tragica. Via a scena funebre, quando no palacio, reunidos todos, menos o rei, o Duque de Guimarães acceso em colera exclamava:

—Fidalgos portuguezes, onde está o vosso rei? E, adiantando-se atrevidamente para o principe, dizia-lhe na cara:

—Que fizestes de vosso pae?

O principe, moço ainda, mas já senhor de si, enguliu a affronta e juntou-a ao rosario de odios, que tinha accumulados contra os Braganças. Mal sabia o Duque de Guimarães que só faltavam seis annos para se consummar a vingança do principe no patibulo de Evora.

Dentro de seis annos, um teria herdado o ducado de Bragança, o outro a corôa de Portugal.

Mas o facto é que ninguem sabia do paradeiro de Affonso V e que todos o tinham por morto. A pobrezinha da *Beltraneja*, quasi creança ainda, já se via viuva de um casamento, que nem fôra rematado. O Duque arrepellava as barbas e os cabellos, como um doido. Pois iria ficar sob o sceptro d'esse fedelho? Os outros hesitavam sem saber o que pensar. Havia em todos uma enorme desconfiança. Reciprocamente se consideravam traidores... E na sala, escuramente alumiada pelas luzes, e nos cerebros, vagamente confundidos pela raiva, pela indecisão e pelo medo, estou vendo o effeito que, alta noite, produziria a noticia de estar Affonso V, a são e salvo, no castello de Castronuño.

Ora ainda bem: e uma vez que o rei escapou, não ha razão para eu não obedecer ás solicitações do meu estomago, que está pedindo ceia.

N'uma pequena sala acanhadinha, baixinha, havia dispostos em volta da mesa cinco talheres

Ao centro um candieiro de petroleo—até aqui na nobre Castella, em Toro perdida, chegou a invasão d'esse oleo mal cheiroso!—O candieiro de petroleo dava, principalmente, não sei se luz, se fedôr e fumo. Mas o vinho era magnifico, as azeitonas tumidas e verdes, quasi louras, abriam o appetite. Cheguei primeiro e fui provando. Logo depois vieram os quatro companheiros que n'essa noite Toro albergava em seu seio: eram professores do lyceu de Zamora, chegados ali em commissão para examinar os educandos do Hospicio dos Esculapios, uma das muitas instituições de ensino livre que a propaganda catholica tem espalhado pela Hespanha.

Em Salamanca vira funccionar o mecanismo dos exames na instrucção superior; agora á mesa os meus companheiros suppriam a minha deploravel ignorancia com respeito ao regimen actual do ensino secundario. Ha lyceus officiaes nas capitaes de provincia, mas o governo reconhece, sancciona e fiscaliza a existencia de institutos ou collegios particulares, onde quer que se estabeleçam, desde que se sujeitem a certas regras. Os alumnos d'esses collegios podem, querendo, ser examinados nas proprias localidades. A isso vão as commissões de exame. As mesas são compostas por dois professores officiaes e pelo professor collegial da disciplina.

Ignoro que resultados isto dá, nem que valor tem a instrucção secundaria dos nossos visinhos,

porque não podia fazer perguntas indiscretas; mas pelo tom classico de dogmatismo professoral que via n'um, pela decidida preferencia de outro pelas apreciações culinarias, de outro que accumulava o professorado com a lavoura e tinha a segunda em muito maior conta do que o primeiro, crivando de ditos o dogmatismo professoral do collega, com uma graça caustica digna de Quevedo: por tudo isto fiquei pensando que cá e lá más fadas ha.

E a ceia? Serviram-nos primeiro *pollo con guizantes y chorizo;* depois *huevos* tambem com *guizantes y chorizo;* mas nem os ovos, nem a gallinha, nem as ervilhas, nem talvez até o chouriço, eram senão pretextos para um *caldo* commum aos dois pratos; môlho composto de quantas pimentas a invenção descobriu. Nadava tudo n'um mar de vermelhão, e, quando o môlho passava sobre a lingua, tirava-lhe a pelle, levando-a de companhia com a das guellas a incendiar o estomago.

—*El caldo está muy rico*, dizia um dos professores, molhando sopas e regando-as amplamente com vinho.

E' um engano suppôr-se que estas comidas são desagradaveis, ou fazem mal. Eu prefiro-as muito aos môlhos inglezes; e é sabido que os estomagos fracos se dão admiravelmente com o regimen do *pimiento.* Pela minha parte confesso que dormi essa noite como os deuses.

XI

Assim que ao outro dia me levantei, logo de manhãsinha, saí de casa a vêr a terra á luz do sol. A impressão geral que recebi differia da da vespera, como o dia differe da noite. As mesmas cousas vistas ás duas luzes têem sempre aspectos diversos: o que de noite se nos afigura lugubre, de dia apparece apenas triste pelo grotesco ou ridiculo, segundo os casos.

No caso de Toro, que na vespera me parecera tragico, hoje parecia-me simplesmente melancolico, segundo são sempre as ruinas amesquinhadas.

A ruina exige, para que dê uma impressão esthetica, isolamento e abandono; e Toro não está, nem só, nem abandonado.

Em vez da velha população de fidalgos e guerreiros, que nos bons tempos lhe enchia o re-

cinto, ha hoje uma população de labregos campezinos, habitando os velhos palacios desmoronados, em cujas fachadas se ostentam orgulhosamente os brazões heraldicos da fidalguia castelhana.

Para dentro do vão de uma porta, preciosamente lavrada, com os batentes de carvalho ainda inteiros e as antigas ferragens esplendidas, estava assistindo a um quadro repugnante. Accocorada, uma velha tão feia como as mais feias que a imaginação de Goya inventou nos seus *caprichos*, catava ao collo uma creança semi-nua e porca. Em volta saltavam na rua entre a immundicie e o lixo, de envolta com os cães, outras creanças, nem mais vestidas, nem mais limpas. Para dentro o fundo era negro de sombra e fumo, entrevendo-se utensilios de cozinha e miseraveis moveis desconjuntados.

— São mendigos, não é verdade? disse eu ao meu companheiro.

— *No señor!* respondeu elle quasi offendido. *Es una familia de labradores... y ricos...* Eu fiquei scismando no valor relativo das organisações sociaes e perguntando a mim mesmo se seria preferivel esta cidade obscura e feia de aldeãos remediados, á velha cidade garrida, onde a flôr da sociedade se expandia em actos de nobreza e arte.

Toda a medalha tem seu reverso e sei bem quaes os reversos do esplendor das sociedades

aristocraticas. Não é menos verdade, porém, que a democracia não póde ainda realizar a abundancia geral, nem a diffusão de saber, senão á custa d'essa operação terrivel que Tarquinio presava tanto: é mister degolar as papoulas todas que se levantam acima do nivel commum.

O facto é que nunca em minha vida atravessei terra de gente mais feia do que Toro. Vi ahi os exemplares typicos dos mendigos e feiticeiros com que os artistas hespanhoes encheram as paginas dos seus poemas e as telas dos seus quadros. Via deante de mim, caminhando sempre em um passo rapido e curto, o meu guia, rapaz baixote, espadaudo, de grandes ancas, jaqueta, chapeu raso e desabado, calças justas e botinas afiambradas, bamboleando-se com os cotovellos saídos e as mãos nos bolsos do jaleco. Tinha um ar de petulancia importante: um ar muito commum por estas terras e que me parece ser a degenerescencia do velho orgulho castelhano. O heroe fez-se *picaro*. Todavia, a semente da nobreza não se atrophiou, e em um velho jacobino, cheio de gotta, que eu visitei e que achei lendo velhas chronicas no seu *comedor*, pareceu-me estar vendo uma figura pintada por Velasquez e ouvindo um heroe de Calderon.

Lembra-me aqui uma anedocta observada uma vez em Madrid e que nunca mais se me apagou

da memoria. Sahia eu do theatro *Apollo* pela uma hora da noite e subia a rua d'Alcalá. Era inverno, fazia frio. Entrei no café Fornos para tomar um copo de leite e sentei-me a uma das mezas junto da porta. N'isto, correu a medo o reposteiro um rapazito, esfarrapado, com a cara esfomeada, que avidamente olhava para o salão quente, onde borborinhavam as vozes de muitas centenas de pessoas. Observava eu o pobre gaiato, quando um creado se approximou d'elle, e varrendo-o com a toalha lhe gritou:

— *Fuera!*

A face do pequeno transfigurou-se, illuminaram-se-lhe os olhos e erguendo o busto caminhou como um rei direito a uma meza, sentou-se e disse:

— *Mozo! un café!...*

Parece-me que isto só póde succeder em Hespanha.

Bamboleando-se, o meu guia levava-me a vêr as curiosidades de Toro.

Fomos á egreja de S. Pedro, onde está um precioso Christo de marfim, sobre a peanha de tartaruga, que tem em doze baixos relevos as scenas da Paixão. E' obra digna de vêr-se; mas

que não me suggeriu a mim impressões particulares. Fomos ao palacio das côrtes, quasi ruina pertencente á Marqueza de Santa Cruz e cuja celebridade consiste apenas na sala das côrtes, assim chamada por ahi se terem reunido em 1371, 1442 e 1505; chamada tambem das leis pelas que n'esta ultima data ahi promulgou o rei Fernando, viuvo de Izabel a Catholica, quando foram jurados reis de Hespanha Joanna a louca e Philippe *el hermozo,* então em Flandres. Esta famòsa sala, de dimensões aliás reduzidas, vale apenas quasi pelas tradições: *Locus ubi Troya fuit!* Quasi, porém, dissémos, pois se as paredes estão nuas, se faltam no chão os tapetes, resta ainda o tecto de carvalho dourado e pintado, onde os brazões de Santa Cruz se enlaçam com os de Castella.

D'alli, por viellas miseraveis e sujas, ladeadas de casas de adobes, que são o typo da construcção actual, fui dar ao *Espolon*, que é um terraço natural avançado pela montanha e d'onde ella desce quasi verticalmente sobre o Douro, cem metros abaixo.

D'esse terraço, o panorama é deslumbrante. A campina que eu vi na vespera, transfigurada pelas evocações da batalha, desdobrava-se agora deante de mim como um manto immenso de verdura matizado, deposto a meus pés para me embriagar a vista. O sol alto enchia de ouro o ar e sobre mim a cupola de um céo de saphyra

fechava o ambito em que o meu espirito ia voando triumphantemente de azas abertas.

Voltando-me, tinha nas costas a mole espessa da *Collegiata*, que é a antiga cathedral de Toro, hoje desmitralizada.

Creio ter notado já algures a extrema similhança das tres cathedraes, a velha de Salamanca, a de Zamora e esta de Toro; são tres monumentos typicos de estylo byzantino e reproduzem todas as mesmas linhas architectonicas, já na estructura geral, já no desenho da abside e no da torre de volta abatida, com a sua cobertura de escamas de pedra. Em Zamora revestiram-n'a de uma espessa camada de argamassa, em Toro com um telhado; só em Salamanca está evidente na torre *del gallo*. Nada pois haveria de dizer sobre a *Collegiata* de Toro, se não fôsse a sua extraordinaria portada, a todos os respeitos singularissima: na vetustez e na composição. E' o monumento mais extraordinario de esculptura architectonica byzantina. Parece acharmo-nos deante de um producto da arte russa, tal é a ingenuidade hieratica das figuras esculpidas sem respeito ao desenho, tanta é a riqueza e exuberancia da composição e tão extravagante torna o conjuncto a crueza das tintas com que pintaram todo o arco.

E' uma volta ogival abatida em seis arcos reentrantes, em cada um dos quaes nichos suc-

cessivos, contendo estatuetas santas, se enfiam como n'um rosario. Um friso exterior, rematando a volta, representa a scena do juizo final, com o Senhor, de grandes barbas, no fecho da ogiva. Lateralmente, os arcos apoiam-se em duas linhas de nichos com estatuas biblicas e estes nichos repousam sobre dois renques de columnas atarracadas. Tal é a moldura em que se engasta a porta. N'esta o tympano apresenta um alto relevo singularissimo, em que dois anjos ajoelhados ladeiam o grupo central do Padre Eterno, vestido de imperador byzantino, no acto de coroar a Virgem que se lhe senta ao lado de mãos postas.

Por baixo corre um friso horisontal supportado por um mainel que divide a porta em duas. Esse mainel é uma columna sobre a qual está a figura da Virgem com o menino ao collo.

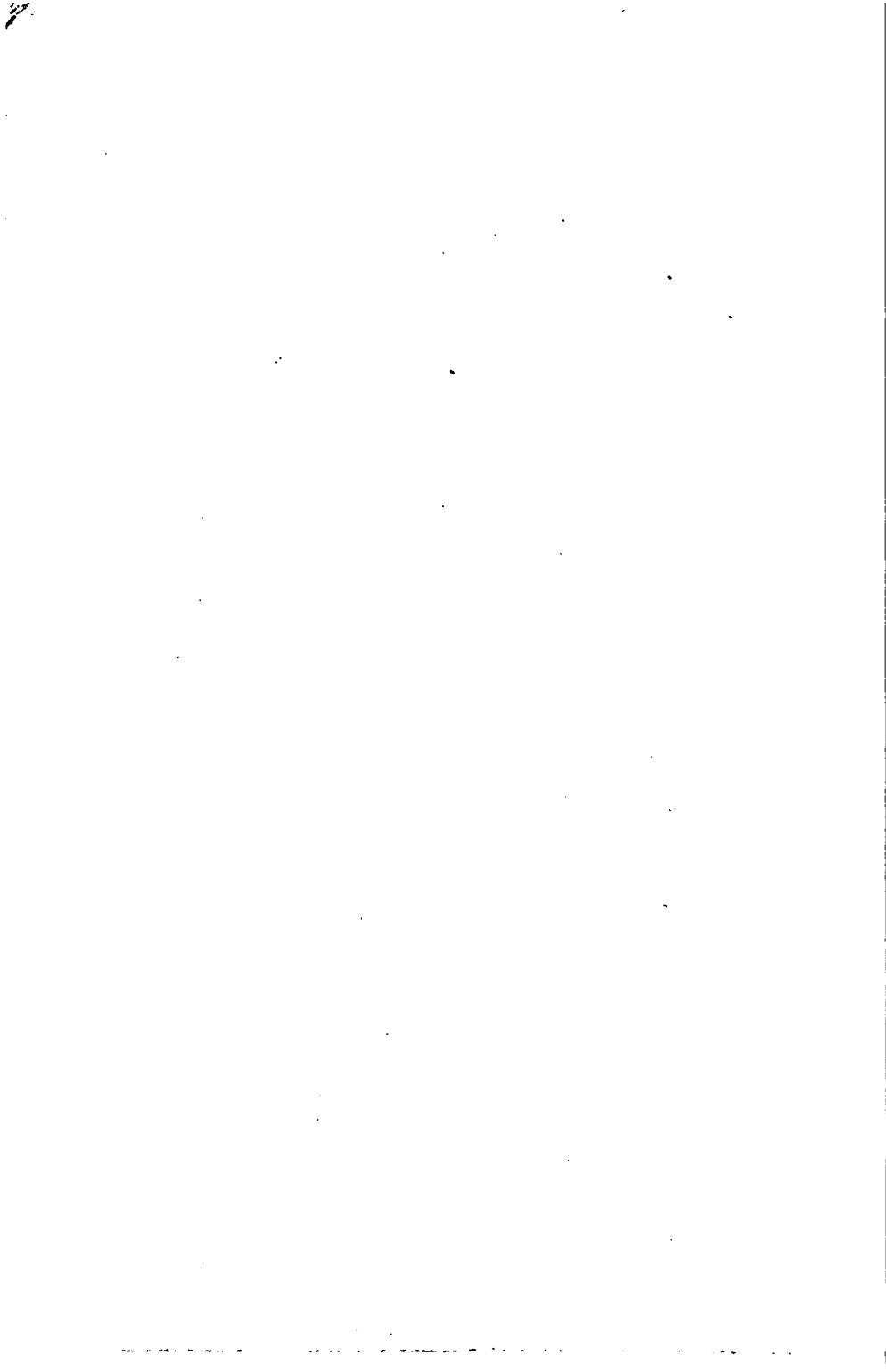
Tal é a porta da *Collegiata* de Toro, cujo exame por si só paga o incommodo da visita a essa terra, aliás tão pouco interessante, para quem não leve outras preoccupações. A barbaridade dos tempos fez com que applicassem, não sei em que época, nem importa, uma capella contra a fachada byzantina, de modo que este portico, que devia ser visto á luz do sol, está encerrado no recinto do templo. Talvez isto tivesse tido a vantagem de conservar o monumento; mas se algum dia Toro voltar a ter um lugar entre as cidades vivas de Castella, a demolição

do barbaro accrescento será uma das primeiras exigencias.

Não pude vêr senão de longe o tumulo onde se conservam os restos da rainha D. Beatriz, a filha do nosso rei D. Fernando, por cuja causa se feriu a guerra de 1383-85. Está esse tumulo no côro das freiras de *Sancti Spiritus;* e quiz a sorte que por ahi, com a cumplicidade das freiras, galgassem, pelos despenhadeiros da Magdalena, os que tomaram Toro ao Conde de Marialva, rematando assim a guerra, de facto terminada pouco antes pelo desbarato de Affonso V.

Aos pés da rainha expulsa de Portugal, vinha consummar-se a expulsão da Beltraneja, de Castella; da mesma fórma que no tumulo de D. João I, em Toledo, os reis catholicos iam depôr os estandartes tomados em Toro, consagrando assim a desforra de Aljubarrota.

Nada mais tinha a vêr em Toro, e, pela tarde deliciosa de um domingo de verão, desci a ladeira que leva á estação e tomei o comboio para Medina. O dia ia cahindo suavemente e ao passar em frente de Castronuño, já no crepusculo, pareceu-me ainda vêr desenhar-se no horisonte a figura obesa de Affonso V, com a calva luzidia, as barbas longas, as vestes soltas, fugindo, de braços abertos, levado pelo vento das chimeras, para França, a lançar-se,—o ingenuo,—na guella de Luiz XI.

Assim terminou a funesta aventura de Toro. Assim acabava, fechada a noite, esta parte da minha viagem. Dormiria em Medina e na manhã seguinte ía vêr a terra celebre dos banqueiros castelhanos.

XII

Medina del Campo e Valladolid parece-me serem as duas localidades mais typicas de Castella: pelo menos, apesar de uma ser hoje uma grande cidade, e de Medina dever quasi apenas a sua importancia á rêde dos caminhos de ferro, ambas foram na historia propriamente castelhana, até á época dos *comuneros*, o coração de Castella. De todos os restos historicos de Medina, e não são muitos, o que mais me feriu foi o palacio de *Dueñas*, não tanto pela sua construcção, como pela anecdota que lhe anda ligada á historia.

O dr. Boaventura Beltran, que era um dos primeiros conselheiros das Indias, depois de residir largos annos na America e de assistir á conquista do Perú, voltou á patria, ahi por 1538, e construiu o palacio destinado a perpetuar a sua

descendencia. Possuia a casa D. Rodrigo de Dueñas, quando passou em Medina Carlos V, a caminho do mosteiro de Juste e se aposentou no palacio. A' noite, na lareira ardia um lume de pau de canella e o imperador, deliciado o olfacto, gabava muito o combustivel:

—Ainda vossa magestade se ha de aquecer com lume mais precioso, disse lhe o amphitrião; e sacando de um bufete um rolo de pergaminho com o sêllo imperial pendente, deitou-o no lar.

Era um vale de quinhentos mil ducados assignado pelo imperador.

Isto ainda é castelhano, ainda é bizarro, embora já combalido pela affectação da riqueza que o saque dos paizes ultramarinos introduzia no antigo caracter particular. Já então Medina perdera a sua importancia capital, porque já tambem a Hespanha unificada, deslocando o seu centro politico para Madrid, tinha nas regiões mediterraneas, emporio do commercio ultramarino, novos elementos de ponderação para oppôr á antiga nação guerreira e lavradora do centro e do norte da Peninsula. O movimento que castelhanizou a Hespanha impellido pelos reis catholicos, descapitalizou ao mesmo tempo as antigas cidades eminentes, Medina e Valladolid.

Mas quem quizer sentir de perto e na sua pureza o caracter da Hespanha heroica, ha de vir aqui e commungar com o povo. No centro,

em Madrid, fundem-se todos os caracteres regionaes unidos sob a hegemonia castelhana, o andaluz buliçoso e imaginativo, o valenciano quasi mouro, o aragonez quadrado e duro, o catalão industrioso e activo, o basco, o navarro e o asturiano, ingenuos, fieis e fortes, o gallego perspicaz e paciente e o estremenho aventureiro.

Aqui é o *habitat* e subjectivo do castelhano puro; d'aqui irradiou primeiro a sua influencia dominadora, estendendo-se por Burgos para o Pyrenéo, por Leon para as Asturias, por Zamora para a Galliza, por Salamanca para a Estremadura. Depois, nos dias gloriosos de Fernando e Isabel, a mão da rainha deu a Castella Aragão com a Catalunha e a conquista de Granada deu-lhe a posse completa e definitiva de todas as provincias mediterraneas. A' Castella propriamente dita ficou succedendo o que succede hoje na Italia ao Piemonte: instrumento da unificação, diluiu-se na variedade do conjuncto, e acima dos elementos solidos das populações unidas brilha, e parece dominar, o encanto maravilhoso da imaginação dos andaluzes, esses parthenopes da Peninsula Iberica.

No coração da velha Castella, onde nos encontramos, são, porém, muitos os traços que denunciam a sua primeira fusão com asturianos e leonezes. Era um domingo o dia que passei em Medina e festejava-se Santo Antonio. Na *Plaza Mayor*, á qual, como sempre, preside o

palacio *del Ayuntamiento*, e invariavelmente ladeado por arcadas onde se vêem os melhores *comercios* da localidade, apinhava-se n'esse dia uma multidão pittoresca e alegre. Tinham armado um coreto onde tocava uma phylarmonica detestavel; mas os differentes bailés populares dansavam ao som dos tamborileiros que, batendo com a direita o bombo, com a esquerda tocam a gaita de folles e com os beiços a gaita pastoril.

Essa orchestra ambulante é o centro das rodas de raparigas e rapazes que dansam as *habas verdes* e o *fandango*. Um *cuarto* ou uma *perra chica* são o preço pago por cada par ao tamborileiro. Para outro lado vêem-se mulheres tocando pandeiro e marcando o *zapateado da Charrada* e da *Tarara*, indigenas de Sayago e Carvajales. A pandeireira dança tambem levantando os braços ao alto, retinindo as castanholas, avançando ou recuando para os pares que se juntam e se separam, rematando a dansa com fortes palmadas e gritos estridentes, que lembram os bailes pastoris pelos pendores alpestres da Cantabria.

N'esta multidão alegre que enchia a Praça Maior de Medina festejando Santo Antonio com dansas e cantares, com requebros e *bromas*, enlevada pela alegria simples, viam-se todos os vestuarios das regiões proximas, dominando a *boina* pyrinaica e a *alpergata* andaluza.

Havia mulheres com os cabellos negros lustrosamente encanastrados, cravos pregados nas tranças e nos hombros traçada a mantilha de Sayago, de lã, cujas pontas cáem sobre o ventre. Outras cruzavam no peito *paninhos* de Manilla, de côres rutilantes, atados nas costas e caíndo sobre a saia curta que deixa vêr o sapato aberto.

Havia mulheres de Alcanices, na fronteira portugueza, com as suas polainas de briche, *chulas* com sapatos de madeira e coiro, na cabeça a mantilha de *burdo* rematada por uma borla caíndo sobre a testa.

Os homens trajam a polaina e o calção de briche com portinhola sobre o ventre ladeada de botões, collete e jaqueta assertoados e gorro de pelle mais ou menos curtida.

Os leonezes de Sayago trazem calção e meia preta, cinto largo de coiro, chapeu negro chato de abas largas; e finalmente o *maragato* das montanhas com os seus sapatos de madeira taxados fortemente, e uma especie de capacete de coiro por baixo do qual lhes cáem as guedelhas dos lados da cabeça, que usam rapada no alto, dando-lhes um ar estranho de guerreiros medievaes.

No dia seguinte havia *corrida*, mas nem a feira nem os touros mereciam attenção: o unico attractivo era o espectaculo da gente.

A *corrida* não passava de uma parodia com um matador improvisado e a feira de Medina já

não tem importancia. Medina foi em outro tempo o que hoje é Valladolid, o centro do commercio interno da Hespanha septemtrional. A vasta planicie de Castella-a-Velha é pela força das coisas o ponto de contacto das populações que transitam commerciando entre as differentes zonas montanhosas que por todos os lados a cercam.

Assim é que actualmente Medina, perdido o seu antigo emporio commercial, tinha de tornar-se o ganglio de onde irradia a rêde dos caminhos de ferro.

Uma linha vae para Burgos, outra para Arande, outra para Segovia, outra para Avila, outra para Salamanca, outra para Zamora e outra para Benavente, direito a Astorga: são como sete raios de uma roda que tem por eixo a antiga capital castelhana.

Não se mudam facilmente as determinações da natureza e após as revoluções determinadas pela politica, pelos costumes, pelos interesses e pelas idéas, geralmente as coisas voltam a ser o que a natureza quer que sejam. As feiras celebres de outro tempo tem-as hoje Medina na centralização da rêde ferro-viaria, que porventura com o tempo a restaurarão na sua grandeza antiga.

Essas feiras de Medina eram por antonomazia as feiras de Hespanha. Acudiam a ellas nacionaes e extrangeiros, e já quando á Hespanha vinham pelo Mediterraneo os generos de todo o

mundo, Medina era ainda o entreposto, alfandega ou *Alfoli* geral. As perolas, as joias, os pannos, os brocados, as drogas, a cera e as especiarias, todos os generos de França, de Inglaterra, do Milanez, de Genova e de Florença, bem como os productos ultramarinos trazidos pelos navegantes hespanhoes e portuguezes, vinham a Medina juntar-se aos productos agricolas indigenas para se distribuirem pelo interior da Hespanha.

Na impossibilidade de albergar toda a população de forasteiros que acudia ás feiras, a cidade ampliava-se n'essas épocas com arruamentos de barracas, onde se estabeleciam os feirantes. Havia um juiz da feira servido por uma esquadra de beleguins, que toda a noite rondavam o acampamento com trombetas e lanternas. A principio, a feira durava cem dias. Era franca, isto é, não se cobrava imposto, nem alcavala pelas transacções.

Depois dividiu-se a feira em duas, uma em maio, outra em outubro; depois crearam-se os sete dias de mercado franco, começando em quinta-feira santa, para o trafego do gado de ovelhas e carneiros. No principio do seculo XVI a necessidade de effectuar os pagamentos das transacções levou a dividir as duas feiras em quatro de vinte cinco dias cada uma. As liquidações faziam-se por meio do que hoje chamamos *clearing house*, isto é, uma junta de negociantes

que encontravam os debitos e creditos das differentes operações, apurando os saldos.

As difficuldades inherentes a instituição tão complexa desacreditaram a junta, dando logar á formação de tendas ou casas de agio e desconto dos valores a prazo.

Assim nasceram do commercio os bancos de Medina, destinados a ficar na historia por uma palavra bem pouco edificante: *bancarota*. Chegou a haver nas feiras dezaseis bancos: dois de Valladolid, um de Medim-de-rio-secco, dois de Burgos, dois de Madrid, um de Toledo, outro de Segovia, e os restantes da propria terra, dando crédito até cem mil ducados.

Na rua Nova, hoje Calle de Padilha, cada qual saccava para fóra a sua meza de nogueira grande e larga e o *banco* de espaldar onde se sentava o *manualero*... cambista, escrevendo das 10 ás 12 pela manhã e mais duas horas de tarde sem cessar. Pedro de Medina na sua *Grandeza de España* diz que nas feiras de 1562 se saccaram e negociaram letras de cambio por mais de 150 milhões de escudos, somma inferior á do trafego dos annos precedentes.

Havia então em Medina mil casas que só em negocio de livros faziam 10 ou 12:000 ducados.

D'estas feiras nasceu a palavra *bancarota*.

Quando algum cambista commettia fraude nas operações de letras ou no troco das moedas

e valores, os consules e magistrados da feira iam solemnemente e quebravam o banco na presença do povo immenso que applaudia. O bancaroteiro era declarado indigno da convivencia dos homens honrados, e, excluido para sempre da feira, ficava sendo um pária.

Esta grandeza de Medina acaba com o seculo XVI; em 1600 supprime-se a instituição do aguazil e dos beleguins da feira «por não haver já mercadorias que guardar.» *Sic transit gloria mundi.* Hoje Medina é uma pobre villa sem importancia; mas junto d'ella está-se erguendo a cidade nova da estação dos caminhos de ferro, coração da rêde ferro-viaria n'esta zona de Hespanha. A feira grandiosa de outros tempos está hoje aberta todos os dias nas lojas, nos depositos e armazens magnificos de Valladolid, a opulenta.

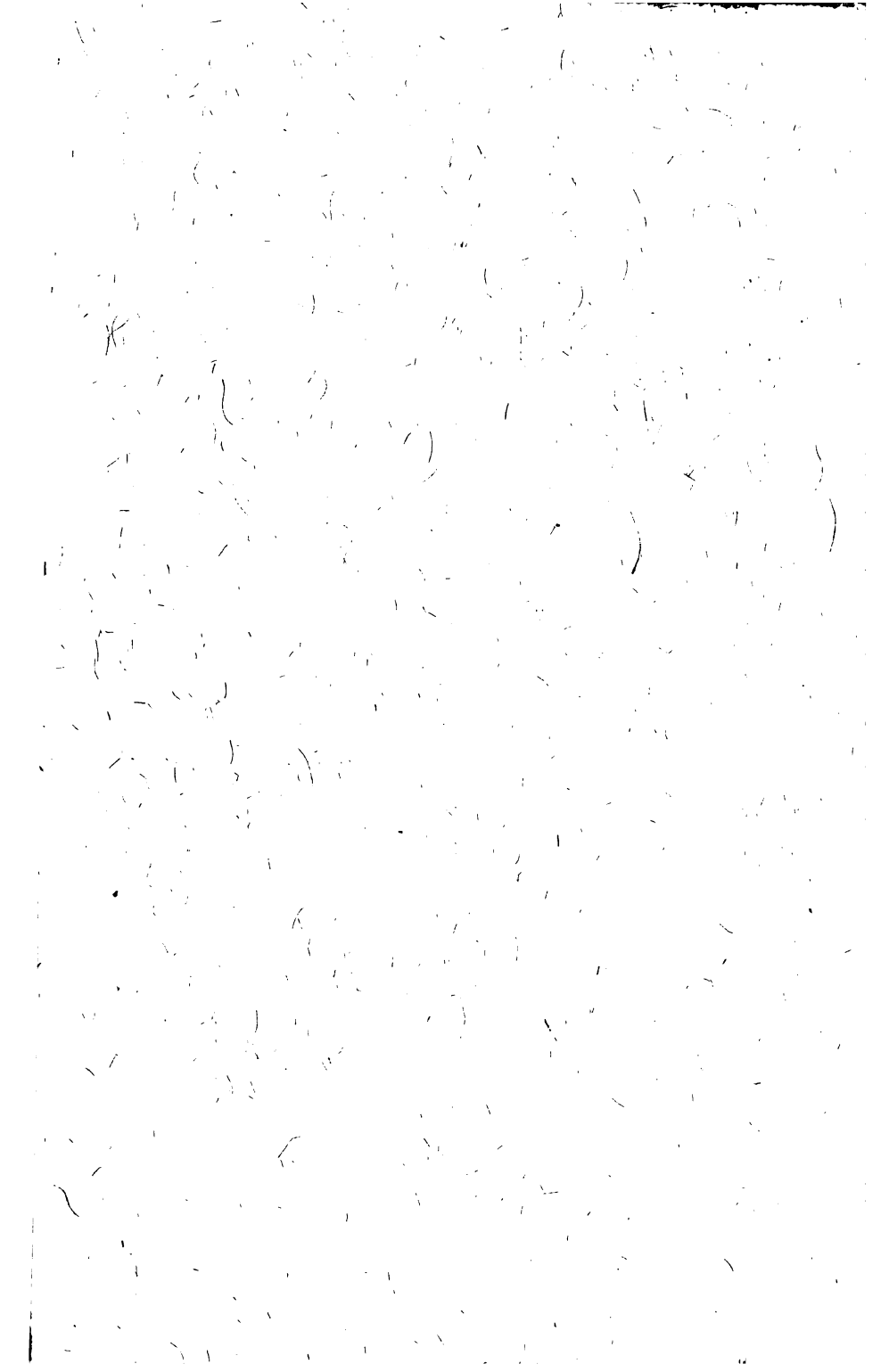
Estas duas ultimas estações da minha jornada foram sobretudo evocações do passado. Vi pelos meus olhos como, á maneira das nações e imperios, as cidades cáem da grandeza na ruina; e esta lição, amadurecida pelo pensamento, deve fazer reflectir todos aquelles que vaidosamente prégam a theoria de um progresso constante e sem limites.

Quem sabe se ha progresso, não já em uma ou em outra civilisação, mas até na propria existencia do mundo? Assim como Medina e Toro caíram do fastigio da sua grandeza, assim

caíu a Hespanha da época gloriosa de Filippe II na miseria do começo d'este seculo. Assim como o Imperio da Hespanha caíu, assim tinham antes caído, só n'este recanto occidental do mundo, um imperio no Nilo, outro imperio em Roma.

Quem nos diz a nós que, apezar de toda a vaidade que pomos na descoberta de molas e mechanismos novos para agenciar a vida, não estejamos preparando o descalabro final de um mundo desquíciado e o prologo da catastrophe inevitavel que para além vemos lugubremente, quando o nosso planeta girar nu e frio na noite eterna do espaço?

INDICE

1700

J. P. OLIVEIRA MARTINS

OBRAS COMPLETAS

I. Historia nacional:

HISTORIA DA CIVILISAÇÃO IBERICA, 3.ª ed. (1886), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
HISTORIA DE PORTUGAL, 5.ª ed. (1895), 2 vol., br. 1$400 rs. Enc. 1$800.
O BRAZIL E AS COLONIAS PORTUGUEZAS, 3.ª ed. (1888), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
PORTUGAL CONTEMPORANEO, 3.ª ed. (1895), 2 vol., br. 2$000 rs. Enc. 2$400.
PORTUGAL NOS MARES, (1889), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
CAMÕES, OS LUSIADAS E A RENASCENÇA EM PORTUGAL, (1891), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.
NAVEGACIONES Y DESCUBRIMIENTOS DE LOS PORTUGUESES, (*ed. do Ateneo de Madrid*, 1892), 1 vol. (não entrou no commercio.)
A VIDA DE NUN'ALVARES, (1894), 1 vol., br. 2$000 rs. Cart. 2$400. Enc. (folhas doiradas) 3$200.
OS FILHOS DE D. JOÃO I, (1891). 1 vol., br. 2$000 rs. Enc. 2$400.
O PRINCIPE PERFEITO, (1895) 1 vol.

II. Historia geral:

ELEMENTOS DE ANTHROPOLOGIA, 3.ª ed. (1885), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
AS RAÇAS HUMANAS E A CIVILISAÇÃO PRIMITIVA, 2.ª ed. (1893), 2 vol., br. 1$400 rs.
SYSTEMA DOS MYTHOS RELIGIOSOS, 2.ª ed. (1895) 1 vol., br. 800 rs. Enc. 1$000.
QUADRO DAS INSTITUIÇÕES PRIMITIVAS, 2.ª ed. (1893) 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
O REGIME DAS RIQUEZAS, 2.ª ed. (1894), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.
HISTORIA DA REPUBLICA ROMANA, (1885), 2 vol., br. 2$000 rs. Enc. 2$400.
O HELLENISMO E A CIVILISAÇÃO CHRISTÃ, (1878), 1 vol. Enc. 2$500.
TABOAS DE CHRONOLOGIA E GEOGRAPHIA HISTORICA, (1884), 1 vol., br. 1$000 rs. Enc. 1$200.

III. Varia:

A CIRCULAÇÃO FIDUCIARIA. *Memoria premiada com a medalha de ouro, no concurso de 1878, pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 2.ª ed. (no prelo.)
A REORGANISAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL, *opusculo*, (1877) br. 150 rs.
O ARTIGO «BANCO» no *Diccionario Universal Portuguez*, (1877), 1 vol., br. 500 rs.
POLITICA E ECONOMIA NACIONAL, (1885), 1 vol., br. 700 rs.
PROJECTO DE LEI DE FOMENTO RURAL, *apresentado á camara dos deputados na sessão de 1887*, 1 vol., br. 300 rs.
ELOGIO HISTORICO DE ANSELMO J. BRAAMCAMP, *ed. part.* (1886), 1 vol.
THEOPHILO BRAGA E O CANCIONEIRO, *opusculo*, (1869), br. 200 rs.
O SOCIALISMO, (1872-3), 2 vol., br. 1$200. (Esgotado o 1.º)
AS ELEIÇÕES, *opusculo*, (1878), br. 200 rs.
CARTEIRA DE UM JORNALISTA: I. *Portugal em Africa*, (1891), 1 vol., br. 400 rs.
A INGLATERRA DE HOJE, CARTAS DE UM VIAJANTE, 2.ª ed., (1894), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.
CARTAS PENINSULARES, (1895), 1 vol.

LIVRARIA DE ANTONIO MARIA PEREIRA
50, 52 — RUA AUGUSTA — 52, 54 — **LISBOA**